



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 140

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 24 DE NOVEMBRO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 140

130ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Mensagens 03

Indicações 17

Requerimentos 26

Projetos de Lei 32

Pequeno Expediente:

Dep. Cida Borghetti 34

Dep. Péricles de Mello 35

Dep. Antonio Belinati 38

Dep. Douglas Fabrício 38

Dep. Artagão Junior 39

Dep. Elio Rusch 41

Grande Expediente:

Dep. Luiz Claudio Romanelli 43

Dep. Jocelito Canto 45

Horário das Lideranças:

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello 36

Liderança do PMDB

Dep. Artagão Junior 40

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch 42

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel 48

Liderança do PP

Dep. Ney Leprevost 49

Liderança da Oposição

Dep. Ney Leprevost 50

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Reni Pereira 52

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 53

Discussão/Votação

1ª Discussão (Votação em) 56

Redação Final 60

3ª Discussão 60

2ª Discussão 61

1ª Discussão 61

Requerimentos 63

Encerramento da Sessão 64

DIÁRIO Nº 140

130ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 130ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

24 DE NOVEMBRO DE 2008

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secre-

tariado pelo Sr. Deputado Carlos Simões e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Milton Puppino, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor

Edson Praczyck, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Paluto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (43).

Ausentes os Srs. Deputados: Ademar Traiano, Dobrandino da Silva, Dr. Batista, Edgar Bueno, Elton Welter, Fábio Camargo, Geraldo Cartário, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Feranndes Litro, Luiz Nishimori (10).

Em licença médica o Sr. Deputado Luiz Accorsi (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagens

MENSAGEM Nº 040/08

Curitiba, em 19/11/08.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por esta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que tem por objetivo a extinção da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA e a criação do Instituto Paranaense das Águas - IPAGUAS, entidade autárquica vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, e adota providências.

Justifico a presente proposta pelas razões fundamentadas que passo a expor:

1. Razões do anteprojeto de lei

O anteprojeto de lei trata de aprofundar mecanismos para a promoção da gestão pública das águas no estado do Paraná. O Paraná ao longo do tempo tem sido referência na gestão das águas, entretanto necessita de aperfeiçoamento que vem sendo promovidos a partir de 2003. O anteprojeto de lei consolida o desejo do aperfeiçoamento do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, do qual a sociedade paranaense participa.

Com o anteprojeto de lei será possível focalizar a gestão das águas no estado do Paraná sem dispensar

esforços em outras ações periféricas e que possam ser promovidas por demais instituições. A extinção da SUDERHSA e a criação do IPAGUAS possibilitará fortalecer os instrumentos da gestão dos recursos hídricos previstos na Lei nº 12726, de 22/11/99, inspirados na Lei Federal nº 9433, de 1997.

Em 2003 foi verificada a incompatibilidade da gestão das águas por intermédio das denominadas Unidades de Execução Descentralizadas - UEDs previstas na Lei nº 12726, de 22/11/99. O estudo realizado no âmbito da Procuradoria Geral do Estado - PGE resultou no Parecer nº 170/03 que recomendou que a Superintendência de Desenvolvimento e Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA assumisse as funções das UEDs mediante Decreto Estadual nº 1651, de 04/08/03. Este mesmo parecer recomendava que fossem realizados estudos visando a reestruturação e fortalecimento da SUDERHSA para que as atribuições fossem futuramente consolidadas em lei. Posteriormente, mediante estudos da Comissão nominada no Decreto nº 1651 e ouvindo o Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH, que contou com a participação expressiva de representantes de instituições governamentais, de usuários e da sociedade civil, foram sugeridas várias modificações à Lei nº 12726.

Ao mesmo tempo a especialização que o IPAGUAS proporcionará na gestão pública das águas, com maior eficiência na implementação da outorga, fiscalização do uso das águas, monitoramento da qualidade e quantidade, difusão de informações, elaboração e implantação dos planos de bacias hidrográficas, funcionamento dos comitês de bacias hidrográficas, entre outros, o instituto atuará de forma integrada com setores que demandam recursos hídricos em seus processos, na agricultura e, na indústria e realizará a interação com demais políticas públicas, especialmente com as recentes diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política nacional de saneamento básico.

Os avanços conseguidos a partir de 2003 estão consolidados pelos estudos promovidos pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SEMA, Superintendência de Desenvolvimento e Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA, Procuradoria Geral do Estado - PGE, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR e entidades que participam do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. O anteprojeto de lei materializa a modernização para a gestão pública das águas.

2. Conteúdo básico

O anteprojeto de lei trata de dois aspectos fundamentais, o fortalecimento institucional com a criação do IPAGUAS e o melhor ordenamento jurídico para a gestão das águas.

Para o fortalecimento institucional da gestão das águas, é necessária a extinção da SUDERHSA com a criação de uma nova estrutura organizacional capaz de fazer cumprir com as atribuições previstas em lei.

A integração com a política de saneamento estabelecida pela Lei Federal nº 11455, de 05/01/07 apresenta inovações que precisam ser integradas com a política de recursos hídricos. No caso dos princípios fundamentais da legislação de saneamento básico, é estipulado no artigo 2º que os serviços devem adotar princípios entre os quais o da integração das infra-estruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos. A unidade de planejamento para o saneamento básico é a bacia hidrográfica, estipulada nas diretrizes gerais (artigo 48). Ao mesmo tempo a integração acontece, pois além de adotar a bacia hidrográfica como unidade de planejamento, os prestadores de serviços de saneamento básico devem elaborar o plano de saneamento básico (artigo 11) e este plano deverá ser compatível com o plano de bacia hidrográfica em que estiverem inseridos (parágrafo 3º e artigo 19). Mais uma vez o Paraná poderá avançar, integrando a política de recursos hídricos com a de saneamento, buscando um arranjo institucional de legal compatível as diretrizes nacionais e estaduais.

3. Melhoria da Gestão Pública das Águas

A gestão do patrimônio público “água” somente é possível se os interesses públicos sobrepujarem os econômicos de caráter privado. A estrutura proposta para o IPAGUAS privilegia a gestão pública das águas. O instituto atuará regionalmente com as Gerências de Bacia Hidrográfica que executarão o planejamento junto aos Comitês de Bacia Hidrográfica na implementação das ações previstas nos Planos de Bacias Hidrográficas.

A evolução da gestão das águas com a lei das águas federal e estadual que completou 10 anos em 2007 tem proporcionado avanços significativos na forma de planejar e implementar ações de gestão pública das águas. Os Sistemas de gerenciamento nacional e estadual são equivalentes e proporcionam uma integração. A gestão compartilhada e pública nos Comitês de Bacia Hidrográfica foi o grande avanço na forma de dividir esforços. A responsabilidade de cuidar da água é de todos. Todos os setores, sejam governamentais, de usuários e da sociedade possuem responsabilidade compartilhadas. O Paraná vem avançando progressivamente, e com a gestão pública das águas a partir de 2003, é assegurada à sociedade paranaense o desenvolvimento eficiente. Atualmente são 5 Comitês de Bacia Hidrográfica, até o final de 2009 serão 10 contemplando todas as bacias hidrográficas.

A implementação dos instrumentos de gestão das águas é decorrente da modernização e eficiência dos serviços públicos. O Paraná foi um dos primeiros estados a implementar a outorga pelo uso das águas e recentemente também pelo lançamento de efluentes. O IPAGUAS, ademais de fortalecer o sistema de outorga, implementará um controle do uso das águas superficiais e subterrâneas com a fiscalização em campo executados pelas Gerências de Bacia Hidrográfica em parceria com a Polícia Ambiental. Os Planos de Bacias Hidrográficas, em fase de execução para 3 bacias hidrográficas, serão ampliados para

todas as bacias hidrográficas estaduais proporcionando uma visão de futuro do uso e planejamento para a conservação das águas, mediante priorização de ações a curto, médio e longo prazos. O incentivo de uso de técnicas de uso racional das águas é uma das atribuições do instituto, contribuindo para o uso consciente individual e coletivo das águas.

A atuação integrada com os segmentos que demandam águas, dá-se por intermédio de agendas integradas. Este planejamento iniciou com a elaboração do primeiro Plano Estadual de Recursos Hídricos do Paraná que auxiliará a implementação de atividades estratégicas para o uso sustentável dos recursos hídricos pela agricultura, saneamento, indústria, lazer e a conservação dos ecossistemas. O instituto privilegiará a construção das agendas integradas, com os conhecimentos acumulados pelos estudos da PERH.

A interação da política de recursos hídricos com a política de saneamento que possuem aspectos comuns no planejamento e implementação dos serviços de saneamento básico faz-se necessária. O setor de saneamento básico é o que mais demanda recursos hídricos e poderá ser regulado pelo instituto com a maior precisão e com a integração das políticas públicas de recursos hídricos e saneamento.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Assembléia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

TÍTULO I **DO INSTITUTO PARANAENSE DAS ÁGUAS** **Capítulo I**

Da Criação, Natureza Jurídica, Finalidades e Competências.

Art. 1º Fica criado o Instituto Paranaense das Águas, entidade autárquica dotada de personalidade jurídica de direito público, com patrimônio e receitas próprios e autonomia administrativa, técnica e financeira, integrante da Administração Indireta do Estado, nos termos do artigo 7º, inciso I, da Lei nº 8485, de 03/06/87, vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA.

§ 1º O Instituto Paranaense das Águas terá sede e foro na cidade de Curitiba e jurisdição em todo território do estado do Paraná, podendo instalar unidades administrativas regionais.

§ 2º O Instituto Paranaense das Águas gozará dos privilégios e das isenções próprias da Fazenda Pública do Estado e de imunidade de impostos sobre seu patrimônio, receitas e serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes.

Art. 2º Fica extinta a Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA.

Art. 3º O Instituto Paranaense das Águas é o órgão executivo gestor do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SEGRH/PR, tendo por finalidade oferecer, em sua esfera de competências, suporte institucional e técnico à efetivação dos instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos - PERH/PR instituída pela Lei nº 12726, de 26/11/99, observando seus fundamentos, objetivos e diretrizes gerais de ação.

Parágrafo Único. Constitui, também, finalidade do Instituto Paranaense das Águas o exercício das funções de entidade de regulação e fiscalização dos serviços públicos de água, esgoto e resíduos sólidos prestados na gestão associada entre o estado e municípios, autorizada pela Lei nº 11107, de 06/04/05, nos termos da Lei nº 11445, de 05/01/07, e demais determinações previstas nesta lei.

Art. 4º Compete ao Instituto Paranaense das Águas:

I - desempenhar, na condição de órgão executivo gestor do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SEGRH/PR, as competências previstas no artigo 39-A da Lei nº 12726, de 26/11/99, que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos - PERH/PR;

II - elaborar, executar e controlar planos, programas, ações e projetos técnicos de proteção, conservação, recuperação e gestão de recursos hídricos superficiais e subterrâneos, preservando e restaurando aspectos quantitativos e qualitativos das águas;

III - planejar, executar e fiscalizar os serviços técnicos de engenharia e administrativos necessários para o controle de problemas de erosão, cheias e inundações, degradação de fundos e vales e poluição das águas;

IV - elaborar normas técnicas para projetos de prevenção e controle de erosão, de drenagem e controle de cheias e inundações e de preservação, conservação e recuperação de áreas degradadas, visando à melhoria quantitativa e qualitativa das águas, bem como acompanhar e fiscalizar, em sua esfera de atribuições, a execução e a manutenção de serviços e obras relacionadas a sua área de atuação;

V - prestar assistência técnica aos municípios no planejamento, na elaboração de projetos e na execução de obras e serviços de prevenção e controle de erosão, de drenagem e controle de cheias e de preservação, conservação e recuperação de áreas degradadas, assim como promover pesquisa buscando soluções para tais questões;

VI - elaborar os estudos hidrológicos, climatológicos, hidrogeológicos, de sedimentos e de qualidade da água necessários à gestão dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas do estado do Paraná;

VII - promover pesquisa e capacitação de recursos humanos, em estreita colaboração com universidades e

outras instituições, visando ao desenvolvimento e intercâmbio tecnológico e a busca de subsídios para a formulação e implantação de planos, programas e atividades destinadas à identificação de metodologias, tecnologias e soluções voltadas à conservação e ao uso sustentável das águas no estado do Paraná;

VIII - difundir informações sobre recursos hídricos, capacitando a sociedade e mobilizando a participação pública para a gestão, preservação, conservação e recuperação da qualidade das águas;

IX - articular-se com a União e com outros estados, em especial com entidades que lhe são correlatas, visando o gerenciamento de recursos hídricos de interesse comum;

X - articular-se com os órgãos e entidades da Administração Estadual e dos municípios, visando a integração da Política Estadual de Recursos Hídricos - PERH/PR aos demais sistemas e políticas regionais, locais e setoriais e a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental;

XI - definir os critérios técnicos de alocação de recursos e calcular anualmente os percentuais relativos a cada município no que diz respeito aos incentivos relacionados a mananciais de abastecimento público previstos na Lei Complementar nº 059, de 01/10/91, em articulação e sem prejuízo das competências do Instituto Ambiental do Paraná - IAP;

XII - desempenhar as competências previstas na Lei Federal nº 11445, de 05/01/07, na condição de entidade de regulação e fiscalização dos serviços de água, esgoto e resíduos sólidos prestados na gestão associada entre o estado e municípios; e

XIII - fiscalizar os serviços públicos de água, esgoto e resíduos sólidos prestados na gestão associada entre o estado e municípios e aplicar sanções por infrações à regras jurídicas que disciplinam a adequada prestação dos serviços de saneamento básico previstas na Lei Federal nº 11445, de 05/01/07, nesta lei, em seus regulamentos, nas normas técnicas e nos jurídicos deles decorrentes.

Art. 5º No cumprimento de suas competências, o Instituto Paranaense das Águas poderá:

I - celebrar convênios, acordos ou contratos e outros instrumentos legais congêneres com pessoas físicas ou jurídicas de direito privado ou público, nacionais, internacionais e estrangeiras;

II - prestar serviços a órgãos e entidades dos setores privado e público e a pessoas físicas e jurídicas, nacionais, internacionais e estrangeiras;

III - cobrar emolumentos correspondentes à prestação de serviços a pessoas físicas e jurídicas, órgãos e entidades dos setores privado e público nacionais, internacionais e estrangeiros, cujos valores devem ser fixados pelo Instituto Paranaense das Águas;

IV - delegar o exercício parcial da atividade de fiscalização a outros órgãos do estado;

V - promover a inscrição de seus créditos em dívida ativa e efetuar a sua cobrança judicial;

VI - acompanhar e disciplinar, em caráter normativo e em sua esfera de competências, a implementação e a operacionalização dos instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos - PERH/PR; e

VII - contratar e executar obras e serviços comuns e de engenharia, bem como efetuar compras.

Art. 6º Ficam transferidos para o âmbito administrativo do Instituto Paranaense das Águas as atribuições, cargos e servidores da extinta SUDERHSA, garantindo-se os seus vencimentos, vantagens, gratificações e encargos especiais para todos os efeitos legais.

Parágrafo Único. Os convênios, acordos, contratos e outros instrumentos legais congêneres que se encontram em execução pela entidade extinta pelo artigo 2º desta lei serão assumidos pelo Instituto Paranaense das Águas, que se responsabilizará pela sua continuidade.

Capítulo II

Do Patrimônio e da Receita

Art. 7º O patrimônio do Instituto Paranaense das Águas é constituído por:

I - todos os direitos e bens, móveis e imóveis, instalações e equipamentos da entidade autárquica estadual extinta pelo artigo 2º desta lei;

II - todos os direitos e bens, móveis e imóveis, instalações e equipamentos que lhe forem conferidos pelo estado ou que venha a adquirir ou incorporar;

III - doações e legados de pessoas físicas e jurídicas, nacionais, internacionais e estrangeiras; e

IV - outros bens não expressamente referidos, vinculados ao exercício de suas atividades.

Parágrafo Único. O patrimônio do Instituto Paranaense das Águas será empregado exclusivamente para a consecução de suas finalidades.

Art. 8º Constituem receitas do Instituto Paranaense das Águas:

I - créditos, transferências e repasses orçamentários que lhe sejam consignados pelo Orçamento Geral do Estado, da União ou dos municípios;

II - auxílios, empréstimos, doações, legados, subvenções federais e municipais e contribuições de pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado, nacionais, internacionais e estrangeiras;

III - recursos provenientes de acordos, convênios, ajustes ou contratos celebrados com pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado, nacionais, internacionais e estrangeiras, nos termos da legislação vigente;

IV - recursos provenientes de taxas e emolumentos;

V - produto resultante da arrecadação de sanções pecuniárias aplicadas em decorrência da prática de infrações aos dispositivos da Lei nº 12726, de 26/11/99, desta

lei, de seus regulamentos, das normas técnicas e dos atos jurídicos deles decorrentes;

VI - remuneração por serviços de qualquer natureza prestados a terceiros e administração de fundos e verbas que lhe sejam destinados legalmente;

VII - rendas provenientes da venda de produtos, publicações, materiais técnicos e dados e informações, inclusive para fins de licitação pública;

VIII - rendas oriundas da alienação de bens patrimoniais e de aplicações e operações financeiras e juros;

IX - recursos oriundos do percentual que lhe for conferido em virtude da aplicação da alínea "b" do parágrafo 4º do artigo 22 da Lei nº 12726, de 26/11/99;

X - saldos orçamentários e extra-orçamentários de órgãos, entidades e programas que venham a integrá-lo;

XI - saldos de exercícios encerrados; e

XII - outras rendas de qualquer natureza.

Capítulo III

Dos Cargos e da Organização

Art. 9º Ficam extintas as gratificações de chefia e assessoramento da extinta Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA, recepcionadas pelo artigo 5º do Decreto nº 2260, de 27/04/93, em número de 19 (dezenove), sendo 1 (uma) de nível I, 13 (treze) de nível II e 5 (cinco) de nível III.

Art. 10. Ficam extintos os seguintes cargos de provimento em comissão da extinta Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA:

I - 1 (um) cargo de Diretor-Presidente, símbolo DAS-1;

II - 1 (um) cargo de Diretor Administrativo-Financeiro, símbolo DAS-3;

III - 1 (um) cargo de Diretor de Engenharia, símbolo DAS-3;

IV - 1 (um) cargo de Diretor de Recursos Hídricos, símbolo DAS-3;

V - 1 (um) cargo de Diretor de Saneamento Ambiental, símbolo DAS-3;

VI - 1 (um) cargo de Diretor Operacional das Águas, símbolo DAS-3;

VII - 1 (um) cargo de Chefe de Gabinete, símbolo DAS-5;

VIII - 1 (um) cargo de Assessor, símbolo DAS-5;

IX - 1 (um) cargo de Supervisor de Projeto, símbolo DAS-5;

X - 4 (quatro) cargos de Coordenador de Bacia Hidrográfica, símbolo DAS-5;

XI - 1 (um) cargo de Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, símbolo DAS-5;

XII - 14 (quatorze) cargos de Chefe de Departamento, símbolo 1-C;

XIII - 5 (cinco) cargos de Supervisor de Projeto, símbolo 1-C;

XIV - 9 (nove) cargos de Chefe de Escritório Regional, símbolo 1-C;

XV - 4 (quatro) cargos de Assistente Técnico, símbolo 1-C;

XVI - 3 (três) cargos de Chefe de Unidade Industrial, símbolo 2-C;

XVII - 2 (dois) cargos de Assistente Técnico, símbolo 2-C;

XVIII - 3 (três) cargos de Chefe de Seção, símbolo 3-C;

XIX - 3 (três) cargos de Chefe de Seção de Unidade Industrial, símbolo 3-C; e

XX - 3 (três) cargos de Chefe de Setor, símbolo 7-C.

Art. 11. Ficam criados os seguintes cargos de provimento em comissão do Instituto Paranaense das Águas:

I - 1 (um) cargo de Diretor-Presidente, símbolo DAS-1;

II - 5 (cinco) cargos de Diretor, símbolo DAS-3;

III - 1 (um) cargo de Chefe de Gabinete, símbolo DAS-5;

IV - 3 (três) cargos de Assessor, símbolo DAS-5;

V - 7 (sete) cargos de Gerente de Bacia Hidrográfica, símbolo DAS-5;

VI - 1 (um) cargo de Secretário Executivo de Conselho, símbolo DAS-5;

VII - 14 (quatorze) cargos de Chefe de Departamento, símbolo 1-C;

VIII - 14 (quatorze) cargos de Assistente Técnico, símbolo 1-C;

IX - 7 (sete) cargos de Chefe de Seção, símbolo 3-C; e

X - 3 (três) cargos de Chefe de Setor, símbolo 7-C.

Art. 12. Para o apoio à gestão dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas e o exercício das funções de agências de água e de secretaria executiva dos Comitês de Bacia Hidrográfica, o Instituto Paranaense das Águas contará, em sua estrutura, com Gerências de Bacia Hidrográfica e será responsável por sua implementação.

Art. 13. O Instituto Paranaense das Águas será administrado por:

I - Conselho de Administração; e

II - Diretoria.

§ 1º O Conselho de Administração, órgão colegiado de coordenação, direção e assessoramento superior, será composto por 5 (cinco) membros, não remunerados, e presidido pelo Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, cabendo ao Diretor-Presidente do Instituto Paranaense das Águas o exercício das funções de Secretário Executivo.

§ 2º A Diretoria, dotada de funções executivas, será composta por 6 (seis) membros, sendo 1 (um) Dire-

tor-Presidente, 1 (um) Diretor Administrativo-Financeiro, 1 (um) Diretor de Gestão de Bacias Hidrográficas, 1 (um) Diretor Técnico e de Saneamento, 1 (um) Diretor de Controle do Uso das Águas e 1 (um) Diretor de Planejamento e Informações das Águas, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Estadual dentre pessoas de reconhecida capacidade administrativa na área.

§ 3º O Diretor-Presidente do Instituto Paranaense das Águas o representará, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente e, em geral, nas suas relações com terceiros.

Art. 14. O regulamento do Instituto Paranaense das Águas, contemplando estrutura organizacional básica, campo funcional, regras de composição do Conselho de Administração, competências das Diretorias e demais condições para funcionamento, será aprovado e estabelecido mediante decreto do Chefe do Poder Executivo, atendidas as disposições da Lei nº 8485, de 03/06/87, em prazo não superior a 90 (noventa) dias contados da publicação desta lei.

Art. 15. Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar os ajustes administrativos e orçamentários e as transferências patrimoniais e de receitas necessárias ao cumprimento dos dispositivos desta lei.

Art. 16. Para a implementação do disposto nesta lei fica autorizada a expedição de decretos regulamentares.

Art. 17. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial para a implementação desta lei, servindo como recursos os saldos das dotações orçamentárias da extinta Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA aprovados pela Lei nº 15750, de 27/12/07, do superávit financeiro existente na SUDERHSA e das estimativas de arrecadação próprias do Instituto Paranaense das Águas resultantes de serviços, convênios e outras receitas.

TÍTULO II

DA POLÍTICA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS E DO SISTEMA ESTADUAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS

Art. 18. O inciso II do artigo 2º da Lei nº 12726, de 26/11/99, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º [...]

[...]

II - a água é um patrimônio natural limitado dotado de valor econômico, social e ambiental;

[...]”

Art. 19. O parágrafo 4º do artigo 7º da Lei nº 12726, de 26/11/99, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º [...]

[...]

§ 4º O Plano Estadual de Recursos Hídricos - PLERH/PR deverá ser aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH/PR.”

Art. 20. Fica acrescido o inciso X ao artigo 9º da Lei nº 12726, de 26/11/99, com a seguinte redação:

“Art. 9º [...]

[...]

X - propostas de enquadramento dos corpos de água em classes segundo usos preponderantes.”

Art. 21. O parágrafo 1º do artigo 13 da Lei nº 12726, de 26/11/99, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13. [...]

[...]

§ 1º Independem de outorga pelo Poder Público, conforme definição em regulamento, às acumulações, derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes, estabelecidos conforme o inciso X do artigo 39-A desta lei, incluindo-se dentre os usos insignificantes os poços destinados ao consumo familiar de proprietários e de pequenos núcleos populacionais dispersos no meio rural.

[...]”

Art. 22. O parágrafo 1º do artigo 21 da Lei nº 26/11/99, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 21. [...]

§ 1º A forma, a periodicidade, o processo e demais estipulações de caráter técnico e administrativo inerentes à cobrança pelos direitos de uso de recursos hídricos serão estabelecidos pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH/PR, e que trata esta lei, a partir de proposta do órgão executivo gestor do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SEGRH/PR.

[...]”

Art. 23. Os incisos VII e IX do parágrafo 1º, o parágrafo 2º e as alíneas “a” e “b” do parágrafo 4º do artigo 22 da Lei 12726, de 26 de novembro de 1999, passam a vigorar com a seguinte redação, ficando acrescidos os incisos X e XI ao parágrafo 1º desse dispositivo:

“Art. 22. [...]

§ 1º [...]

[...]

VII - receitas de convênios, contratos, acordos e ajustes firmados pelos órgãos executivo gestor ou coordenador central do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SEGRH/PR, visando o atendimento aos objetivos de Fundo;

[...]

IX - compensação financeira e royalties pela exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica que o estado do Paraná receber;

X - parte da compensação financeira a ser definida em regulamento, que o estado receber pela exploração de petróleo, gás, natural e recursos naturais; e

XI - quaisquer outras receitas eventuais, vinculadas aos objetivos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FRHI/PR.

[...]

§ 2º O Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FRHI/PR terá como gestor o Instituto Paranaense das Águas, na qualidade de órgão executivo gestor do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SEGRH/PR, e, como agente financeiro, instituição financeira oficial definida pelo Chefe do Poder Executivo Estadual, cabendo à Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA e à Secretária de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA a devida supervisão financeira.

[...]

§ 4º [...]

a) o financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídas no Plano de Bacia Hidrográfica e o pagamento de despesas de monitoramento dos corpos de água, e

b) o pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SEGRH/PR.

[...]”

Art. 24. O parágrafo 1º do artigo 30 da Lei nº 12726, de 26/11/99, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 30. [...]

[...]

§ 1º O Poder Executivo regulamentará, mediante decreto, a matéria contida nesta artigo, no sentido de estabelecer diretrizes e critérios para o financiamento ou concessão de subsídios destinados à realização das obras nele enumeradas, conforme estudo aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH/PR, de que trata esta lei.

[...]”

Art. 25. Os incisos I, II, III e IV do artigo 33 da Lei nº 12726, de 26/11/99, passam a vigorar com a seguinte redação, ficando acrescido o inciso V a esse dispositivo:

“Art. 33. [...]

I - o Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH/PR, como órgão colegiado deliberativo e normativo central;

II - a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, como órgão coordenador central;

III - o Instituto Paranaense das Águas, como órgão executivo gestor;

IV - os Comitês de Bacia Hidrográfica, como órgãos regionais e setoriais deliberativos e normativos de bacia hidrográfica do estado; e

V - as Gerências de Bacia Hidrográfica, como unidades de apoio técnico e administrativo aos Comitês de Bacia Hidrográfica.

Parágrafo Único. O Instituto Paranaense de Águas, além de observar a limitação de custos imposta no parágrafo 5º do artigo 22 da Lei nº 12726, de 26/11/99, deverá garantir o pleno desenvolvimento das funções definidas por esta lei, assegurando a adequada utilização dos recursos do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SEGRH/PR.”

Art. 26. Fica acrescido o inciso VI ao artigo 34 da Lei nº 12726, de 26/11/99, com a seguinte redação:

“Art. 34 [...]

[...]

VI - representantes de Comitês de Bacia Hidrográfica.”

Art. 27. O artigo 35 da Lei nº 12726, de 26/11/99, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 35. Os Comitês de Bacia Hidrográfica terão como área de atuação as unidades hidrográficas de gerenciamento de recursos hídricos na forma de:

I - bacia hidrográfica em sua totalidade;

II - conjunto de bacias hidrográficas; e

III - porções de uma determinada bacia hidrográfica.”

Art. 28. Fica acrescido o inciso V ao artigo 36 da Lei nº 12726, de 26/11/99, com a seguinte redação:

“Art. 36 [...]

[...]

V - representantes de comunidades tradicionais e indígenas existentes nas bacias hidrográficas.

[...]”

Art. 29. O artigo 37 da Lei nº 12726, de 26/11/99, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 37. O órgão executivo gestor do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SEGRH/PR prestará apoio aos Comitês de Bacia Hidrográfica por meio de Gerências de Bacia Hidrográfica, que responderão pelo planejamento e a formulação dos Planos de Bacia Hidrográfica, pelos seus suportes administrativos, técnico e financeiro e pela cobrança dos direitos de uso dos recursos hídricos.”

Art. 30. O inciso XI do artigo 38 da Lei nº 12726, de 26/11/99, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 38 [...]

[...]

XI - homologar os valores unitários a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos, previamente aprovados pelos Comitês de Bacia Hidrográfica; e

[...]”

Art. 31. O artigo 39 da Lei nº 12726, de 26/11/99, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 39. Compete à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, na condição de órgão coordenador central do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SEGRH/PR:

I - fomentar a captação de recursos para financiar ações e atividades do Plano Estadual de Recursos Hídricos - PLERH/PR, supervisionando e coordenando a sua aplicação;

II - coordenar, acompanhar e avaliar o desempenho do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SEGRH/PR;

III - zelar pela manutenção da política de remuneração pelo uso da água, observadas as disposições constitucionais e legais aplicáveis; e

IV - exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei, regulamento ou decisão do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH/PR, compatíveis com a gestão de recursos hídricos.”

Art. 32. A Lei nº 12726, de 26/11/99, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 39-A:

“Art. 39-A. Compete ao Instituto Paranaense das Águas, na condição de órgão executivo gestor do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SEGRH/PR;

I - elaborar, com base nos planejamentos efetuados nas bacias, propostas de Plano Estadual de Recursos Hídricos - PLERH/PR e submetê-la à aprovação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH/PR;

II - formular proposta de atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos - PLERH/PR e submetê-la à aprovação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH/PR;

III - executar o Plano Estadual de Recursos Hídricos - PLERH/PR e promover a sua articulação, em parceria com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, com as diretrizes do Plano Nacional de Recursos Hídricos, buscando a inserção estratégica do estado do Paraná em suas relações com estados vizinhos, no contexto do país e dos países limítrofes;

IV - prestar apoio aos Comitês de Bacia Hidrográficas e formular propostas de Planos de Bacia Hidrográfica;

V - submeter à aprovação dos Comitês de Bacia Hidrográfica propostas de Planos de Bacia Hidrográficas e de suas respectivas atualizações;

VI - executar os Planos de Bacia Hidrográfica;

VII - Elaborar propostas, fundamentadas em estudos técnicos, de enquadramento dos corpos de água em classe segundo usos preponderantes para cada Bacia Hidrográfica;

VIII - submeter à deliberação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH/PR propostas de enquadramento dos corpos de água em classes segundo

usos preponderantes, previamente aprovadas nos respectivos Planos de Bacia Hidrográfica;

IX - outorgar, suspender e revogar, mediante procedimentos próprios, direitos de uso de recursos hídricos;

X - estabelecer, com base em proposição dos Comitês de Bacia Hidrográfica, os represamentos, derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes, referidos no § 1º do artigo 13 desta lei;

XI - efetuar a cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos;

XII - submeter à aprovação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH/PR a forma, a periodicidade, o processo e demais estipulações de caráter técnico e administrativo inerentes à cobrança pelos direitos de uso de recursos hídricos;

XIII - submeter à aprovação dos Comitês de Bacia Hidrográfica propostas e mecanismos de cobrança pelos direitos de uso de recursos hídricos e de valores a serem cobrados, fundamentados em estudos técnicos;

XIV - gerir o Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FRHI/PR, operacionalizando a aplicação de seus recursos;

XV - submeter à aprovação dos Comitês de Bacia Hidrográfica propostas orçamentárias e planos de aplicação dos recursos financeiros disponíveis, com destaque para os valores arrecadados com a cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos.

XVI - administrar e atualizar o Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos e manter cadastro de usos e usuários de águas, além de divulgar dados e informações;

XVII - executar o monitoramento quantitativo e qualitativo dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos;

XVIII - administrar e manter rede hidrometeorológica, em articulação com órgãos e entidades públicas ou privadas que a integram, ou que dela sejam usuárias;

XIX - exercer a Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH/PR, prestando-lhe suporte administrativo, logístico e técnico;

XX - incentivar a criação de Comitês de Bacia Hidrográfica;

XXI - prestar suporte institucional, administrativo, técnico e financeiro aos Comitês de Bacia Hidrográfica, promovendo o seu bom funcionamento;

XXII - submeter à aprovação dos Comitês de Bacia Hidrográfica propostas de rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo, de divisão de cursos de água em trechos de rio, de cálculo de vazão outorgável e probabilidade associada à vazão outorgável em cada trecho de curso de água;

XXIII - zelar pelo cumprimento desta lei, de seus regulamentos e das normas deles decorrentes;

XIV - fiscalizar, no exercício regular de poder de polícia administrativa, os usos de recursos hídricos, inclusive a execução de obras e serviços com estes relacionados e aplicar, sem prejuízo da responsabilização penal

e civil dos infratores, penalidades por infrações aos dispositivos desta lei, de seus regulamentos e das normas deles decorrentes;

XXV - prestar apoio técnico aos municípios na elaboração de políticas, planos, programas e projetos municipais relativos à gestão de recursos hídricos, inclusive no que diz respeito ao planejamento do uso do solo; e.

XXVI - exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei, regulamento ou decisão do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH/PR, compatíveis com a gestão de recursos hídricos.”

Art. 33. O inciso VI do artigo 40 da Lei nº 12726, de 26/11/99, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 40...

(...)

VI - propor ao Instituto Paranaense das Águas os represamentos, derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes;

(...)”

Art. 34. O artigo 41 da Lei nº 12726, de 26/11/99, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 41. Compete às gerências de bacia hidrográfica exercer a Secretaria Executiva dos respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica.”

Art. 35. O artigo 44 da Lei nº 12726, de 26/11/99, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 44. O estado incentivará a formação de consórcios ou de associações intermunicipais de bacias hidrográficas, de modo especial nas regiões que apresentarem quadro ou situação crítica relativamente aos recursos hídricos.”

Art. 36. O artigo 45 da Lei nº 12726, de 26/11/99, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 45. O estado incentivará a criação, a implantação e o funcionamento das associações civis mencionadas no inciso II do artigo 43 desta lei, legalmente constituídas sem fins lucrativos e reconhecidas de utilidade na forma da lei, mediante a participação majoritária de usuários de recursos hídricos.”

Art. 37. O *caput*, o seu inciso II, o parágrafo 3º e a alínea “c” do parágrafo 4º do artigo 50 da Lei nº 12726, de 26/11/99, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 50. Por infração de qualquer disposição legal ou regulamentar referente à execução de obras e serviços hidráulicos, derivação ou utilização de recursos hídricos de domínio ou administração do estado e em sub-bacias de rios de domínio da união cuja gestão a ele tenham sido delegadas, nos termos do parágrafo único do artigo 5º desta lei, ou pelo não atendimento das solicitações feitas, o infrator ficará sujeito à aplicação, isolada ou cumula-

tiva, das seguintes penalidades, independentemente de sua ordem de enumeração:

I -...

II - multa, simples e/ou diária, proporcional à gravidade da infração, do dano hídrico, da localização e porte do empreendimento, cujo valor oscilará entre 20 (vinte) e 20.000 (vinte mil) vezes o valor nominal da Unidade Padrão Fiscal do Paraná (UPF/PR), ou outro índice que venha a substituí-lo, instituído pelo Poder Executivo Estadual;

(...)

§ 3º Pauta tipificada de infrações e respectivas penalidades, segundo o grau e as características de sua prática, será fixada em tabela própria, a ser estabelecida mediante decreto.

§ 4º...

(...)

c) a gravidade da infração.

(...)"

Art. 38. O parágrafo único do artigo 53 da Lei nº 12726, de 26/11/99, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 53...

Parágrafo Único. As captações destinadas à produção agropecuária de pequenos produtores rurais estarão isentas da cobrança pelo direito de uso da água, mantida a obrigatoriedade de obtenção de outorga se o uso não for considerado insignificante."

TÍTULO III

DA GESTÃO ASSOCIADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA, ESGOTO E RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 39. O Instituto Paranaense das Águas desempenhará as funções de regulação e fiscalização dos serviços de água, esgoto e resíduos sólidos prestados na gestão associada entre o estado e os municípios autorizada pela Lei nº 11107, de 06/04/05, nos termos da Lei nº 11445, de 05/01/07, e demais determinações previstas nesta lei.

Art. 40. Fica o Chefe do Poder Executivo Estadual autorizado a firmar convênio de cooperação com os titulares dos serviços de saneamento básico, atribuindo a fiscalização e a regulação dos serviços delegadas pelos titulares para o Instituto Paranaense das Águas e a prestação dos serviços à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, mediante contrato de programa a ser firmado com cada município conveniado.

Art. 41. Nos casos de prestação regional dos serviços públicos de água e esgoto prevista no artigo 14 da Lei nº 11445, de 05/01/07, as atividades de regulação e fiscalização poderão ser exercidas pelo Instituto Paranaense das Águas, desde que haja delegação dos respectivos titu-

lares, mediante convênio de cooperação ou consórcio público.

§ 1º A prestação regional dos serviços públicos de água e esgoto será realizada pela Companhia Paranaense de Saneamento do Paraná - SANEPAR, criada especificamente para este fim pela Lei nº 4684, de 24/01/63, e alterada pela Lei nº 4878, de 19/06/64 e pela Lei nº 12403, de 30/12/98.

§ 2º A prestação dos serviços no âmbito da gestão associada será disciplinada por contrato de programa a ser celebrado entre o município e a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, autorizado em convênio de cooperação ou consórcio público, conforme previsto no artigo 13, parágrafo 5º, da Lei nº 11107, de 06/04/05, dispensada a licitação, nos termos do artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8666, de 21/06/93.

§ 3º Na prestação regional dos serviços públicos de água e esgoto a tarifa será uniforme para todos os sistemas operados pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, mediante contrato de programa autorizado em convênio de cooperação ou consórcio público e nos demais contratos vigentes da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

Art. 42. A prestação regional dos serviços públicos de água e esgoto observará, nos contratos celebrados depois de 22/02/07, o respectivo plano municipal de saneamento, que deverá ser compatível com o planejamento estadual desenvolvido pelo ente da Administração Estadual competente, o qual deverá ser uniforme com relação à fiscalização, regulação e fixação de tarifa para o conjunto dos municípios atendidos pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, observado o seu plano de gestão.

§ 1º O plano de saneamento de cada município observará a legislação correlata e as metas e objetivos a serem fixados no convênio de cooperação que será firmado com o estado.

§ 2º O planejamento estadual deverá estabelecer as metas a serem fixadas no convênio de cooperação, que será firmado entre o estado e o município, com a cooperação da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, nos termos da Lei nº 11445, de 05/01/07.

§ 3º Para os contratos firmados e prorrogados antes de 22/01/07 devem ser observadas as metas e o planejamento neles fixados, os quais serão contemplados no planejamento estadual.

Art. 43. A fixação da tarifa dos serviços de saneamento básico prestados pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR em todos os municípios por ela atendidos, seus reajustes, revisão ou modificação são de competência do Chefe do Poder Executivo Estadual, mediante proposta encaminhada pelo Instituto Paranaense das Águas.

§ 1º O cálculo do valor da tarifa terá por base a planilha de custos dos serviços entregue pelo prestador para

a apreciação pelo Instituto Paranaense das Águas, sendo posteriormente apresentada ao Chefe do Poder Executivo Estadual.

§ 2º Para a cobrança da tarifa dos serviços adota-se a estrutura tarifária e a tabela de prestação de serviços vigentes, conforme o Decreto nº 3926, de 17/10/88, alterado pelo Decreto nº 6504, de 18/01/90, pelo Decreto nº 878, de 11/11/91, pelo Decreto nº 3494, de 22/08/97, pelo Decreto nº 4266, de 31/01/05 e anexos, pelo Decreto nº 2460, de 08/01/04 ou outro que venha substituí-los.

§ 3º Para a garantia do estabelecido no presente artigo adotar-se-á um índice de reajuste que reflita a recomposição inflacionária dos preços dos serviços prestados, devidamente demonstrado na planilha de cálculo referida no parágrafo 1º deste artigo.

§ 4º Os serviços adicionais prestados pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR serão remunerados de acordo com a sua Tabela de Preços de Serviços, fixada nos termos do Decreto nº 3926, de 17/10/88, ou outro dispositivo que venha substituí-lo.

Art. 44 Os contratos de concessão-convênio firmados pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR com os municípios, com base em leis municipais, a partir de 06/04/05, reconhecida a gestão associada entre entes federados para a prestação de serviços de interesse comum e em virtude do relevante interesse público envolvido, ficam convertidos para contratos de programa, sendo válidos os atos praticados e aptos a produzir efeitos, nos termos do convênio de cooperação que deverá ser firmado entre os respectivos entes, conforme o artigo 13 da Lei nº 11107, de 06/04/05.

Art. 45. Ficam convalidados o Decreto nº 3926, de 17/10/88, o Decreto nº 4266, de 31/01/05, e o Decreto nº 2460, de 08/01/04.

Art. 46. As atividades de fiscalização delegadas pelos municípios nos convênios de cooperação firmados com o estado para a prestação dos serviços de água e esgoto serão exercidas pelo Instituto Paranaense de Águas.

Art. 47. Considera-se infração administrativa toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas que disciplinam a adequada prestação dos serviços de saneamento básico na gestão associada entre o estado e municípios previstas na Lei Federal nº 11445, de 05/01/07, nesta lei, em seus regulamentos, nas normas técnicas e nos atos jurídicos deles decorrentes.

Art. 48. Os funcionários do Instituto Paranaense de Águas designadas para o exercício de atividades de fiscalização da adequada prestação dos serviços de saneamento básico na gestão associada entre o estado e municípios são autoridades competentes para lavrar auto de infração e instaurar processo administrativo.

Parágrafo Único. As infrações administrativas são apuradas em processo administrativo próprio, assegurado o direito de ampla defesa e o contraditório.

Art. 49. as infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções, independentemente de sua ordem de enumeração:

I - advertência;

II - multa, simples e/ou diária, proporcional à gravidade da infração, cujo valor oscilará entre 20 (vinte) e 20.000 (vinte mil) vezes o valor nominal da Unidade Padrão Fiscal do Paraná (UPF/PR), ou outro índice instituído pelo Poder Executivo Estadual que venha a substituí-lo;

III - embargo de obra ou atividade; e

IV - demolição de obra.

§ 1º Sempre que da infração cometida resultar prejuízo ao serviço público de abastecimento de água, riscos à saúde humana ou ao meio ambiente, a multa a ser aplicada nunca será inferior à metade do valor máximo cominado em abstrato.

§ 2º Da aplicação das penalidades previstas neste título caberá recurso à autoridade administrativa competente, nos termos do regulamento.

§ 3º Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

§ 4º Os valores arrecadados com o pagamento de multas por infrações administrativas serão destinados ao Instituto Paranaense das Águas para o desenvolvimento de sua estrutura e de sua capacidade técnica e operacional.

TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 50. Adotam-se no estado, como instrumento de regulação e fiscalização, as diretrizes e procedimentos instituídos pela Lei nº 11445, de 05/01/07, para a gestão associada dos serviços públicos de saneamento básico, enquanto não se promulga semelhante regulação estadual.

Art. 51. Ficam expressamente revogados os parágrafo 3º do artigo 22; os parágrafos 1º, 2º, e 3º do artigo 33; o parágrafo único do artigo 37; todos os incisos do artigo 41, os parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º do artigo 45; o artigo 58 e o artigo 59 da Lei nº 12726, de 26/11/99.

Art. 52. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 041/08

Curitiba, em 19/11/08.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembléia Legislativa, o incluso

anteprojeto de lei objetivando instituir o Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas Globais, visando conscientizar e mobilizar a sociedade paranaense para a discussão e tomada de posição sobre o fenômeno das mudanças globais.

Atualmente e cada vez mais, a maioria dos Governos Nacionais, dentre eles o do Brasil, vem adotando uma postura de precaução, implementando ações que contribuem para a mitigação e a adaptação dos efeitos da mudança do clima diante da gravidade e iminência de seus impactos.

No país, já foi criada uma série de instrumentos institucionais e de medidas para inserir a questão das mudanças climáticas na agenda das ações governamentais, tais como a Secretaria Nacional de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, no MMA, o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, o Comitê Internacional do Clima a Comissão Mista Parlamentar do Clima, a Política e o Plano Nacional de Mudanças Climáticas (ambos em processo de elaboração), entre outros.

Na mesma esteira, o Governo do Estado do Paraná decidiu e vem assumindo compromissos com o tema em questão, haja vista a instituição do Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas Globais pelo Decreto nº 4888, de 31/05/05.

O presente anteprojeto de lei visa reconhecer a importância do Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas Globais, priorizando sua existência e buscando conscientizar e mobilizar a sociedade paranaense para a discussão e tomada de posição para o enfrentamento da problemática. Além disso, faz parte de seus objetivos a elaboração da política e um plano estadual de mudanças climáticas com ampla participação da sociedade.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembléia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica instituído o Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas Globais, visando conscientizar e mobilizar a sociedade paranaense para a discussão e tomada de posição sobre o fenômeno das mudanças climáticas globais, com os seguintes objetivos:

I - mobilizar e conscientizar a sociedade paranaense a respeito das mudanças climáticas globais, com a finalidade de subsidiar a elaboração e implementação de políticas públicas relacionadas ao tema;

II - promover a articulação das ações de enfrentamento das mudanças climáticas do âmbito estadual com aquelas praticadas nas esferas nacional e municipal, sejam públicas ou privadas;

III - facilitar a interação entre a sociedade civil e o Poder Público paranaense, para promover a internaliza-

ção do tema nas esferas de atuação dos atores sociais relevantes, tais como secretarias de estado, autarquias e fundações estaduais e municipais, municípios, setores empresarial e acadêmico, sociedade civil organizada e meios de comunicação social;

IV - estimular a cooperação entre Governos, organismos internacionais, agências multilaterais, organizações não governamentais internacionais e entidades paranaense no campo das mudanças climáticas globais;

V - apoiar a obtenção de financiamentos nacionais e internacionais para aplicação em programas e ações no estado do Paraná relacionadas às mudanças climáticas;

VI - estimular a participação das entidades paranaenses nas Conferências das partes da convenção-quadro das Nações Unidas sobre mudanças climáticas e do Protocolo de Quioto.

VII - estimular a incorporação da dimensão climática no processo decisório relativo às políticas setoriais que se relacionam com emissões e seqüestro de gases de efeito estufa, bem como estimular a adoção de práticas e tecnologias mitigadoras, das emissões dos referidos gases, de modo a assegurar a sustentabilidade e a competitividade da economia paranaense.

VIII - colaborar com a elaboração de normas para instituição de uma Política Estadual de Mudanças Climáticas, em articulação com a Política Nacional de Mudanças Climáticas e outras políticas públicas correlatas;

IX - apoiar e facilitar a realização de estudos, pesquisas e ações de educação e capacitação nos temas relacionados às mudanças climáticas, com particular ênfase na execução de inventários de emissões e sumidouros, bem como na identificação das vulnerabilidades decorrentes do aumento médio da temperatura do planeta previsto pelo IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas), visando a promoção de medidas de adaptação e de mitigação;

X - propor medidas que estimulem padrões sustentáveis de produto e consumo, por meio da utilização de instrumentos econômicos, incluindo iniciativas de licitação sustentável, para adequação do perfil e poder de compra das instituições públicas estaduais;

XI - estimular o setor empresarial paranaense a uma gestão estratégica que permita a valorização de seus ativos e a redução de seus passivos ambientais, com a finalidade de promover a competitividade de seus produtos e serviços nos mercados nacional e internacional, pela demonstração de práticas de eficiência energética, bem como do uso de energia proveniente de fontes de baixa emissão de carbono;

XII - estimular, no Paraná, a implantação e capacitação de projetos que utilizem o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) ou projetos de mercados voluntários que visem a inclusão social, a recuperação ou a conservação da biodiversidade paranaense e a neutralização do carbono, a fim de que se beneficiem do Mercado de Carbono decorrente do Tratado de Kyoto e de outros mercados similares;

XIII - estimular a criação de Fóruns Regionais e Municipais de Mudanças Climáticas e a realização de consultas públicas em diversas regiões do estado.

Art. 2º O Fórum terá a seguinte composição:

- I - membros;
 - Casa Civil;
 - Defesa Civil;
 - Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos;
 - Secretaria da Agricultura e Abastecimento;
 - Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
 - Secretaria do Planejamento;
 - Secretaria da Fazenda;
 - Secretária da Saúde;
 - Secretária dos Transportes;
 - Secretária da Indústria e Comércio;
 - Secretária da Educação;
 - Secretária do Turismo;
 - Secretária Especial para Assuntos da Região Metropolitana;
 - Secretária de Desenvolvimento Urbano;
 - Secretária de Comunicação Social;
 - Procuradoria Geral do Estado;
 - Ministério Público Estadual;
 - Conselho Estadual do Meio Ambiente;
 - Conselho Estadual de Recursos Hídricos;
 - Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense;
 - Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado;
 - Agenda 21 do Estado do Paraná;
 - SIMEPAR;
 - COPEL;
 - IAP;
 - SUDERHSA;
 - ITCG;
 - SANEPAR;
 - TECPAR;
 - IAPAR;
 - MINEROPAR;
 - Representantes do setor empresarial, do terceiro setor, de trabalhadores e de instituições de ensino e pesquisa, associações, fundações, demais órgãos, pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, cujas finalidades institucionais guardem pertinência com o tema mudanças climáticas, constituídas nos termos da lei civil por pelo menos dois anos;
- II - convidados:
 - Prefeitos de municípios do estado;
 - personalidades e representantes da sociedade civil, com notório conhecimento da matéria ou que sejam agentes com responsabilidade sobre a mudança do clima.

§ 1º O Fórum será presidido pelo Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, que designará o seu Secretário Executivo.

§ 2º As instituições designadas como membros do Fórum, deverão indicar seu representante e respectivo suplente através de correspondência oficial dirigida ao Presidente do Fórum.

§ 3º As demais instituições que desejarem participar do Fórum deverão atender a sistemática do parágrafo anterior.

Parágrafo Único - A Comissão Executiva será formada pelos Coordenadores das Câmaras Temáticas e dos Grupos de Trabalho.

Art. 3º o Fórum contará com uma Comissão Executiva e Câmaras Temáticas, que poderão criar grupos de trabalho.

Art. 4º Para o cumprimento de suas atribuições, o Fórum contará com o apoio técnico de órgãos e entidades da Administração Pública Estadual Direita e Indireta e demais instituições de ensino e pesquisa.

Art. 5º O apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos do fórum serão providos pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e pela Casa Civil, com recursos orçamentários para tanto destinados, devendo os demais órgãos e entidades da Administração Pública Estadual prestar toda a colaboração solicitada pelo fórum.

Art. 6º As funções de Secretário Executivo e de membro do Fórum, das Câmaras Temáticas e dos Grupos de Trabalho não serão remuneradas, sendo consideradas de relevante interesse público.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 042/08

Curitiba, em 19/11/08.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o pagamento de auxílio-financeiro à jovens, pela Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, como mecanismo concreto de participação social da juventude para o desenvolvimento de atividades educativas, socializadoras e de produção cultural junto a crianças e adolescentes, conforme especifica.

JUSTIFICATIVA:

A doutrina da proteção integral é expressa, com clareza, pelo artigo 227 da Constituição Federal, que estabelece como “dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, a dignidade, ao respeito, à liberdade e à convi-

vência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão”.

Os desdobramentos deste novo paradigma incidem a garantia de que, pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, todas as crianças e adolescentes terão seus direitos fundamentais efetivados, preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas, destinação privilegiada de recursos públicos para sua proteção, além de instrumentos e órgãos de defesa específicos para defesa de seus direitos.

Todavia, ainda vivemos em uma sociedade na qual a violação de direitos da criança e do adolescente é uma realidade, a qual, sob uma análise mais cuidadosa, verifica-se a presença de fatores de risco à sua formação e desenvolvimento, como por exemplo, condições sócio-econômicas; enfraquecimento dos vínculos familiares e comunitários; evasão escolar, opções restritas de cultura, de esporte e de lazer; facilidade de acesso a drogas lícitas e ilícitas; tráfico de drogas, entre tantos outros.

Decorre da identificação desses fatores, a complexidade e multidimensionalidade das problemáticas vividas por nossas crianças e adolescentes, e por consequência, a complexidade e pluralidade das respostas a serem implementadas na direção da potencialização de fatores de proteção às crianças e oportunidades aos jovens.

Desta forma, vislumbra-se a necessidade de uma política pública com perspectiva sistêmica, integrada e articulada, dirigida a crianças e adolescentes que estejam expostos a fatores de risco a sua formação e desenvolvimento integral.

Tendo como norte a efetivação desta política - sistêmica, integrada e articulada, a Secretaria de Estado da Criança e da Juventude propôs o “pacto pela Infância e Juventude”, o qual se constitui num compromisso firmado entre as Secretarias de Estado, de âmbito político-normativo, sintetizador da política pública para a população infanto-juvenil do estado do Paraná, e que propõe 10 desafios prioritários ao Governo e à sociedade paranaense para que concentrem seus esforços, recursos, idéias e energia, formando uma aliança de proteção, de oportunidades e de práticas de cidadania.

São eles:

- Por um ambiente familiar fortalecido e protetor;
- Pelo enfrentamento das violências praticadas contra crianças e adolescentes;
- Pela redução da violência juvenil;
- Pelo combate ao uso de drogas lícitas e ilícitas e garantia de tratamento especializado em saúde mental;
- Pela inclusão educacional efetiva;
- Pelo convívio social saudável, estimulante, interessante, criativo e produtivo;
- Pela erradicação do trabalho infantil e ampliação das oportunidades de qualificação e inserção profissional dos jovens;
- Pela ampliação de redes de proteção e de apoio às crianças, jovens e suas famílias.

- Pelo fortalecimento das estruturas de defesa dos direitos das crianças, adolescentes e jovens;

- Pela participação social da juventude.

Dentre eles, destaca-se a promoção de espaços para a prática de um convívio social saudável, estimulante, interessante, criativo e produtivo, e ainda, o desafio de garantir a participação social da juventude numa perspectiva emancipatória, assim como fecunda para toda a sociedade.

Estudos têm demonstrado que a participação da juventude na resolução das problemáticas sociais de sua comunidade resulta em melhoria da auto-estima, auto-confiança, habilidades de tomada de decisão, manejo de conflitos, trabalho em equipe e competências para o ingresso no mundo do trabalho (Internacional Youth Foundation, 2002). Enquanto os jovens desenvolvem senso de compromisso com o bem social e internalizam uma atitude cidadã positiva e pró-ativa, as consequências dos problemas por eles enfrentados são minimizados em curto período, por uma intervenção social adequada e imediata, bem como, a médio e longo prazos, pois resultam na construção de uma nova consciência social (Golombek, 2002).

Atendendo as diretrizes explicitadas pelo Pacto já mencionado, e assumindo o potencial de transformação social da juventude, a SECJ criou o Programa Atitude-Cidadã em duas perspectivas de participação do jovem: a) a atuação deste como agente de promoção educacional, cultural e de práticas de cidadania junto a crianças e adolescentes com seus direitos violados e expostos a situações que colocam em risco seu desenvolvimento; e b) adolescentes egressos do sistema socioeducativo ou de instituições de acolhimento familiar em um processo de inclusão sócio-cultural e de fortalecimento ou criação de fatores de apoio e novos vínculos promotores de um novo padrão de convívio social.

Tal proposta busca aliar o potencial de liderança e conhecimento dos jovens à necessidade de atenção prioritária à população infanto-juvenil mais vulnerabilizada, criando, dessa forma, oportunidade concreta para os jovens atuarem a favor de suas comunidades, em especial das crianças e dos adolescentes que necessitam ter seus direitos garantidos.

Para isso, propõe o desenvolvimento de atividades em espaços públicos e comunitários para garantir acesso à informação, cultura, lazer, esporte, bem como, práticas de ação-cidadã e de protagonismo juvenil. Tais atividades serão desenvolvidas por jovens de 14 a 24 anos que receberão auxílio financeiro no valor de R\$ 100 (cem reais) mensais, passando a ser designados de agentes de cidadania.

Os agentes de cidadania estarão vinculados a instituições, programas e projetos que estejam estruturados a partir de eixos de ação relacionados aos direitos fundamentais estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo selecionados, monitorados e avaliados pelos responsáveis designados.

A criação do auxílio-financeiro a jovens, de que trata o presente anteprojeto de lei, deve ser entendido como uma ação dirigida à crianças e adolescentes do estado do Paraná com seus direitos violados e em situação de extremo risco ao seu desenvolvimento, atendendo ao preceito constitucional da doutrina da proteção integral, ao mesmo tempo em que cria oportunidades concretas ao jovem de atuar em prol das crianças e adolescentes e suas comunidades.

Trata-se de uma aliança entre formação da consciência coletiva da juventude e a defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembléia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Autoriza o pagamento de auxílio-financeiro a jovens pela Secretaria de Estado da Criança e da Juventude como mecanismo concreto de participação social da juventude para o desenvolvimento de atividades educativas, socializadoras e de produção cultural junto a crianças e adolescentes.

Parágrafo Único. O auxílio-financeiro de que trata o *caput* deste artigo poderá também ser destinado a adolescentes que cumpriram medidas socioeducativas de internação e semi-liberdade, conforme disposto na Lei nº 8069, de 13/07/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - como ampliação das possibilidades de reinserção social e cidadania do adolescente, conforme critérios de programa de responsabilidade da Coordenação de Socieducção da SECJ.

Art. 2º Conceder-se-á auxílio-financeiro, no valor mensal de R\$ 100 (cem reais) por até 02 (dois) anos, a jovens, denominados Agentes de Cidadania, selecionados a partir de critérios regulamentados em Resolução, com o objetivo de desenvolverem atividades de estudo, artísticas, culturais, esportivas e de lazer, de auto-cuidado e hábitos saudáveis, de formação de cidadania, e reinserção comunitária, junto a criança e jovens com direitos violados e suas comunidades.

§ 1º O agente de cidadania estará vinculado a programas, projetos e ações de caráter público, que viabilizem um ou mais pontos definidos pelo Pacto pela Infância e Juventude, tendo como público destinatário da ação do Agente de Cidadania, crianças e adolescentes com seus direitos violados e em situação de risco social.

§ 2º A seleção do agente de cidadania ficará a cargo da coordenação de cada programa, projeto ou ação ao qual o agente esteja vinculado obedecendo critérios previamente definidos e aprovados pela SECJ.

§ 3º Como condição para o recebimento do auxílio-financeiro de que trata o *caput* deste artigo, o Agente

de Cidadania deverá comprovar a renda familiar mensal, e, quando em idade escolar, a correspondente frequência escolar, nos termos de regulamentação dada por resolução da SECJ.

Art. 3º Os Agentes de Cidadania serão orientados e acompanhados por servidor público designado formalmente para tal, podendo ser estadual, nos casos de programas de gestão estadual ou do quadro municipal nos de gestão prioritariamente municipal.

Art. 4º As despesas com o pagamento do auxílio-financeiro observarão os limites de movimentação, de empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira anual da SECJ.

§ 1º O Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de benefícios com as dotações orçamentárias existentes.

§ 2º Os recursos que serão destinados às despesas com o pagamento do auxílio-financeiro serão provenientes do Tesouro Estadual ou do Fundo da Infância e Adolescência, este a ser deliberado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescentes.

Art. 5º Os benefícios poderão ser pagos por meio das seguintes modalidades de contas, nos termos de resoluções adotadas pelo Banco Central do Brasil:

I - contas-correntes de depósito à vista;

II - contas especiais de depósito à vista;

III - contas contábeis; e

IV - outras espécies de contas que venham a ser criadas.

Art. 6º A forma de pagamento, reajuste de valores (não podendo ultrapassar o estabelecido para pagamento de estagiários), o número de bolsas a serem disponibilizadas a cada ano serão estabelecidos por resolução secretarial, conforme disponibilidade orçamentária e financeira do estado e deliberações do CEDCA quando envolver recursos do FIA - Estadual.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 043/08

Curitiba, em 19/11/08.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo, por meio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, autorizado a efetuar a cessão de uso de parte das instalações do Posto Fiscal João Elírio Lima Ribas Maia, construído em área de faixa de domínio de rodovia de propriedade do DER, com recursos da Coordenação da Receita do Estado, situado na Rodovia BR-163, quilôme-

tro 350, no município de Guaíra, à Polícia Rodoviária Federal, órgão vinculado ao Ministério da Justiça, nos termos de convênio ou contrato a ser firmado entre os órgãos interessados.

O projeto de construção do Posto de Fiscalização da Receita Estadual João Elírio Lima Ribas Maia, no município de Guaíra, localizado na Rodovia BR-163, quilômetro 350, região de fronteira com o Paraguai, contemplou a possibilidade de compartilhamento das instalações entre a Receita Estadual e a Polícia Rodoviária Federal.

A cessão do uso destas instalações parte da necessidade de maior atenção à região, em razão da constante ocorrência de delitos nesta área de fronteira, proporcionando melhor integração entre os órgãos de fiscalização, considerando a competência da Polícia Rodoviária Federal para o patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

Desta forma, a Polícia Rodoviária Federal poderá desenvolver suas atividades e colaborar, com seu efetivo, na maior segurança dos auditores fiscais quando no desempenho de suas atribuições, na abordagem dos veículos que trafegam pela rodovia,

Considerando a necessidade de autorização legislativa para a efetivação desta cessão e os inúmeros benefícios que a mútua colaboração trará para ambos os setores da Administração Pública e à sociedade como um todo, justifica-se a aprovação da presente proposição.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo, por meio do Departamento de Estrada de Rodagem - DER, autorizado a efetuar, por 02 (dois) anos, a cessão de uso de partes das instalações do Posto Fiscal João Elírio Ribas Maia, construído em área de faixa de domínio de rodovia de propriedade do DER, com recursos da Coordenação da Receita do Estado, situado na Rodovia BR-163, quilômetro 350, no município de Guaíra, à Polícia Rodoviária Federal, órgão vinculado ao Ministério da Justiça, nos termos de convênio a ser firmado entre os órgãos interessados.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Indicações

INDICAÇÃO Nº 442/08

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao

município de Jardim Alegre, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao município de Jardim Alegre.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades do município de Jardim Alegre e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Sala das Sessões, em 24/11/08.
(a) LUCIANA RAFAGNIN

INDICAÇÃO Nº 443/08

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao município de Ivaiporã, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao município de Ivaiporã.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades do município de Ivaiporã e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Sala das Sessões, em 24/11/08.
(a) LUCIANA RAFAGNIN

INDICAÇÃO Nº 444/08

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao município de Goioxim, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao município de Goioxim.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades do município de Goioxim e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

INDICAÇÃO Nº 445/08

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao município de Quedas do Iguaçu, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao município de Quedas do Iguaçu.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades do município de Quedas do Iguaçu e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

INDICAÇÃO Nº 446/08

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao município de Anahy, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao município de Anahy.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades do município de Anahy e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

INDICAÇÃO Nº 447/08

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao município de Lindoeste, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao município de Lindoeste.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades do município de Lindoeste e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

INDICAÇÃO Nº 448/08

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao município de Diamante do Sul, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao município de Diamante do Sul.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do estado do Paraná e ao

mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades do município de Diamante do Sul e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

INDICAÇÃO Nº 449/08

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao município de Santa Izabel d'Oeste, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao município de Santa Izabel d'Oeste.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades do município de Santa Izabel d'Oeste e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

INDICAÇÃO Nº 450/08

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao município de Itapejara d'Oeste, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao município de Itapejara d'Oeste.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades do município de Itapejara d'Oeste e a intenção do Governo Requião, de

equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

INDICAÇÃO Nº 451/08

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao município de São João, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao município de São João.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades do município de São João e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

INDICAÇÃO Nº 452/08

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao município de Porto Barreiro, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao município de Porto Barreiro.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades do município de Porto Barreiro e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

INDICAÇÃO Nº 453/08

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao município de Nova Laranjeiras, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao município de Nova Laranjeiras.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades do município de Nova Laranjeiras e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

INDICAÇÃO Nº 454/08

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao município de Pinhal do São Bento, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao município de Pinhal do São Bento.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades do município de Pinhal do São Bento e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

INDICAÇÃO Nº 455/08

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao

município de Realeza, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao município de Realeza.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades do município de Realeza e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

INDICAÇÃO Nº 456/08

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao município de Bela Vista da Caroba, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao município de Bela Vista da Caroba.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades do município de Bela Vista da Caroba e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

INDICAÇÃO Nº 457/08

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao município de Santo Antonio do Sudoeste, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao município de Santo Antonio do Sudoeste.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades do município de Santo Antonio do Sudoeste e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

INDICAÇÃO Nº 458/08

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao município de Capanema, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao município de Capanema.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades do município de Capanema e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

INDICAÇÃO Nº 459/08

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao município de Verê, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao município de Verê.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades do município de Verê e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

INDICAÇÃO Nº 460/08

SÚMULA:

Indica à Secretária de Educação e ao Conselho de Educação do Estado a revisão dos termos da Deliberação 002/08.

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado à Secretária de Estado da Educação, Exma. Sra. Yvelise Freitas Arcoverde, bem como ao Presidente do Conselho Estadual de Educação - CEE, Professor Romeu Gomes de Miranda, solicitando dos mesmos a revisão dos termos da Deliberação 002/08, determinando a matrícula no ensino fundamental somente de crianças que já tenham completado os seis anos.

Cabe salientar que a decisão é injusta para as crianças que completam seis anos em março ou mesmo em fevereiro, após o início do ano letivo, por exemplo. Elas já têm desenvolvimento e estão preparadas para o ensino fundamental. Contudo, ficarão paradas por mais um ano, provavelmente repetindo o último ano do pré-escolar.

A Administração Pública exerce papel fundamental na regulação do ensino. Entretanto, é essencial a sensibilidade para a fixação da data de corte das matrículas.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) CIDA BORGHETTI

INDICAÇÃO Nº 461/08

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Cultura a construção de um mini-teatro no distrito de Vale Azul, em atenção especial ao atendimento das necessidades do município de Sarandi.

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado da Cultura - SEEC em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades do município de Sarandi.

II - Os nobres Vereadores Luiz Carlos de Aguiar e Belmiro da Silva Farias nos encaminharam ofício pedindo nosso empenho na sensibilização desta Secretaria de Estado, objetivando a construção de 01 (um) mini-teatro, a ser construído em local a ser definido do Loteamento Chácaras Aeroportos, no distrito de Vale Azul.

III - Ressaltam-nos, os Vereadores, que esta solicitação visa beneficiar a todos os moradores daquela região.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para a comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 462/08

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social que dedique especial atenção ao atendimento das necessidades do município de Roncador.

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social, em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades do município de Roncador.

II - O nobre Vereador Edison José Pietroski nos encaminhou ofício pedindo nosso empenho na sensibilização desta Secretaria de Estado, objetivando a disponibilização de recursos para a aquisição de um ônibus a ser utilizado pelas entidades religiosas do município.

III - Ressalta-nos, o Vereador, que esta solicitação visa beneficiar a todos os moradores daquela municipalidade e região.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para a comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 463/08

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos que dedique especial atenção ao

atendimento das necessidades do município de Goioerê.

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades do município de Goioerê.

II - O nobre Vereador Enézio Ferreira Lima - Dr. Makena, nos encaminhou ofício pedindo nosso empenho na sensibilização desta Secretaria de Estado, objetivando a disponibilização de recursos para a aquisição de um triturador de galhos para a Associação de Carroceiros, Jardineiros e Podadores de Goioerê.

III - Ressalta-nos, o Vereador, que esta solicitação visa beneficiar a todos os moradores daquela municipalidade e região.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para a comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 464/08

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado dos Transportes que dedique especial atenção ao atendimento das necessidades do município de Goioerê.

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado dos Transportes, em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades do município de Goioerê.

II - O nobre Vereador Enézio Ferreira Lima - Dr. Makena, nos encaminhou ofício pedindo nosso empenho na sensibilização desta Secretaria de Estado, objetivando a construção de 04 (quatro) quebra-molas na rodovia PR-180, nas proximidades de ponte sobre o rio Água Branca, e 02 (dois) quebra-molas nas proximidades do Conjunto Águas Claras, na curva antes do trevo Goioerê/ Quarto Centenário, na mesma rodovia.

III - Ressalta-nos, o Vereador, que esta solicitação visa beneficiar a todos os moradores daquela municipalidade e região.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do

Paraná, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para a comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 465/08

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social que dedique especial atenção ao atendimento das necessidades do município de Roncador.

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social, em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades do município de Roncador.

II - O nobre Vereador Edison José Pietroski nos encaminhou ofício pedindo nosso empenho na sensibilização desta Secretaria de Estado, objetivando a disponibilização de recursos créditos a fundo perdido, para a aquisição de, 10 máquinas retas mecânicas, 10 máquinas retas eletrônicas, 08 máquinas pespontadeiras mecânicas, 07 máquinas pespontadeiras eletrônicas, 01 fechadura de braço com catraca, 03 fechadeiras planas, 01 refileira, 01 overlok, 06 interlok siruba x 2, 01 interlok leve, 01 zig zag, 05 travetes eletrônicos, 01 passante san special, 01 caseadeira reece olho, 07 ferros continental, 01 espelhadeira de bolso, 01 coz 12 agulhas catraca anatômica, 01 coz 16 agulhas catraca anatômica, 06 mesas médias, 02 mesas 6x1,50, 07 mesas com reforço para passar, 05 cadeiras de palha.

III - Ressalta-nos, o Vereador, que esta solicitação visa à instalação de uma empresa de Confecção no município de Roncador, que beneficiará a todos os moradores daquela municipalidade e região.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para a comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 466/08

SÚMULA:

Propõe a Viação Mourãoense a ampliação do número de veículos e horários para o atendimento

aos usuários da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR no município de Campo Mourão.

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se esta respeitável empresa envie esforços para o atendimento da necessidade de um maior número de veículos e horários à disposição dos usuários da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, no município de Campo Mourão.

II - O nobre Vereador Edson Silva Lima nos encaminhou ofício pedindo nosso empenho na sensibilização da Diretoria desta empresa ao atendimento desta necessidade.

III - Ressalta-nos, o Vereador, que esta solicitação visa dar atendimento em virtude do processo de crescimento e ampliação pela qual a Universidade passou e vem passando. Ainda pondera que o crescente número de estudantes requer medidas de ampliação da rede de atendimento com vistas a proporcionar maior segurança e conforto, e que estas medidas beneficiarão a todos os moradores daquela municipalidade e região.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para a comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 467/08

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED atenção especial à necessidade de ônibus escolar do município de Santa Fé.

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades de ônibus escolar do município de Santa Fé.

II - Requer-se que esta Secretaria destine 02 (dois) ônibus escolares para o atendimento da demanda do município.

III - Destaque-se, ainda, que esta solicitação visa beneficiar a todos os alunos do município e região, afetando, de maneira significativa, toda a comunidade em geral.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná é a defesa do sistema de Educação e de saúde tem sido nossas mais importantes bandeiras, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para a comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 468/08

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, atenção especial à necessidade de ônibus escolar do município de Alto Paraná.

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades de ônibus escolar do município de Alto Paraná.

II - Requer-se que esta Secretaria destine 02 (dois) ônibus escolares para o atendimento da demanda do município.

III - Destaque-se, ainda, que esta solicitação visa beneficiar a todos os alunos do município e região, afetando, de maneira significativa, toda a comunidade em geral.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná é a defesa do sistema de Educação e de saúde tem sido nossas mais importantes bandeiras, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para a comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 469/08

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, atenção especial à necessidade de ônibus escolar do município de Altamira do Paraná.

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades de ônibus escolar do município de Altamira do Paraná.

II - Requer-se que esta Secretaria destine 02 (dois) ônibus escolares para o atendimento da demanda do município.

III - Destaque-se, ainda, que esta solicitação visa beneficiar a todos os alunos do município e região, afetando, de maneira significativa, toda a comunidade em geral.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná é a defesa do sistema de Educação e de saúde tem sido nossas mais importantes bandeiras, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para a comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 470/08

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, atenção especial à necessidade de ônibus escolar do município de Guairacá.

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades de ônibus escolar do município de Guairacá.

II - Requer-se que esta Secretaria destine 02 (dois) ônibus escolares para o atendimento da demanda do município.

III - Destaque-se, ainda, que esta solicitação visa beneficiar a todos os alunos do município e região, afetando, de maneira significativa, toda a comunidade em geral.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná é a defesa do sistema de Educação e de saúde tem sido nossas mais importantes bandeiras, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para a comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 471/08

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, atenção especial à necessidade de ônibus escolar do município de Pitanga.

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades de ônibus escolar do município de Pitanga.

II - Requer-se que esta Secretaria destine 02 (dois) ônibus escolares para o atendimento da demanda do município.

III - Destaque-se, ainda, que esta solicitação visa beneficiar a todos os alunos do município e região, afetando, de maneira significativa, toda a comunidade em geral.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná é a defesa do sistema de Educação e de saúde tem sido nossas mais importantes bandeiras, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para a comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 472/08

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, atenção especial à necessidade de ônibus escolar do município de Mandaguari.

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades de ônibus escolar do município de Mandaguari.

II - Requer-se que esta Secretaria destine 02 (dois) ônibus escolares para o atendimento da demanda do município.

III - Destaque-se, ainda, que esta solicitação visa beneficiar a todos os alunos do município e região, afetando, de maneira significativa, toda a comunidade em geral.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná

é a defesa do sistema de Educação e de saúde tem sido nossas mais importantes bandeiras, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para a comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 473/08

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, atenção especial à necessidade de ônibus escolar do município de Marialva.

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades de ônibus escolar do município de Marialva.

II - Requer-se que esta Secretaria destine 02 (dois) ônibus escolares para o atendimento da demanda do município.

III - Destaque-se, ainda, que esta solicitação visa beneficiar a todos os alunos do município e região, afetando, de maneira significativa, toda a comunidade em geral.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná é a defesa do sistema de Educação e de saúde tem sido nossas mais importantes bandeiras, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para a comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 474/08

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, atenção especial à necessidade de ônibus escolar do município de Xambrê.

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED em dirigir atenção especial ao

atendimento das necessidades de ônibus escolar do município de Xambê.

II - Requer-se que esta Secretaria destine 02 (dois) ônibus escolares para o atendimento da demanda do município.

III - Destaque-se, ainda, que esta solicitação visa beneficiar a todos os alunos do município e região, afetando, de maneira significativa, toda a comunidade em geral.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná é a defesa do sistema de Educação e de saúde tem sido nossas mais importantes bandeiras, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para a comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 475/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná, Sr. Roberto Requião, e ao Secretário de Estado da Saúde, a doação de uma ambulância para o município de Quitandinha - Paraná.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião - Governador do Estado do Paraná e ao Ilmo. Sr. Dr. Gilberto Berguio Martin - Secretário de Estado da Saúde:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

I - Solicita a doação de 01 (uma) ambulância para o município de Quitandinha - Paraná.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Brasileira de 1988 garante à todos os cidadãos o direito à saúde como premissa básica no exercício da cidadania do ser humano, constituindo-se de extrema relevância para a sociedade, pois a saúde diz respeito à qualidade de vida, escopo de todo cidadão, no exercício de seus direitos. Além disso, o direito à vida e a saúde dentre outros, aparecem como consequência imediata da consagração da dignidade da pessoa humana como fundamento da sociedade.

A saúde é concebida como direito de todos e dever do estado, que a deve garantir mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, regendo-se pelos princípios da universalidade e da igualdade de acesso às ações e serviços que a promovem, protegem e recuperam.

Assim, sugerimos a doação de uma ambulância para o município de Quitandinha, com a finalidade de

proporcionar o acesso à saúde pela população deste município, o que, certamente, em muito contribuirá para com a saúde dos municípios desta região.

Desta forma, peço o apoio dos nobres Pares para que seja aprovada esta indicação.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3512

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, o registro da Frente Parlamentar em defesa do piso salarial nacional do professor de educação básica, tendo o Deputado Péricles de Mello como Coordenador Geral e Responsável Legal.

A Frente Parlamentar em defesa do piso salarial nacional do professor de educação básica foi fundada em 24 de novembro, com a assinatura de Deputados e Deputadas, conforme relação anexa.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) PÉRICLES DE MELLO

REQUERIMENTO Nº 3449

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alcindo Haile, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3450

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Henrique de Maio, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3451

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Eli Filisbino Capanema, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3452

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário,

rio, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Maria Venancio, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3453

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Guido Busato, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3454

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Ana Lausen de Andrade, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3455

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Rodrigues, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3456

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Angelo de Paula Vaz, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3457

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Izaura Maria de Jesus, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3458

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra.

Josefa Paes de Almeida, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3459

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Mario Piecykiam, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3460

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ernestina Magalhães de Faria, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3461

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jurandir Aparecido Gaspar, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3462

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Cecilia Bsicaia de Oliveira, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3463

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Eleazer Hilário Vargas, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3464

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário,

rio, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Santina da Silva Padilha, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/11/08.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3465

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Bueno, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/11/08.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3466

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Geraldo Mauri Padilha, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/11/08.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3467

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Florentina de Oliveira Rodrigues, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/11/08.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3468

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jorge Pontes Bichinski, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/11/08.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3469

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria da Conceição Guse, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/11/08.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3470

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário,

rio, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Juzirco de Paula e Silva, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/11/08.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3471

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jair Tavares, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/11/08.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3472

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Matilde Pedroso, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/11/08.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3473

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Neuza Lemes, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/11/08.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3474

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ladislau Languewicz, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/11/08.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3475

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Rosa Stroka Natalicio, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/11/08.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3476

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário,

rio, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Emilio Ruticoski, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3477

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Valdemiro Rodrigues Antunes, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3478

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Celso Jorge dos Anjos, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3479

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Lauri Batista Leal, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3480

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Carolina da Luz, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3481

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ricardo Klüpel Batista, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3482

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário,

rio, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Silvio Mariano Machado, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3483

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Luiz Borges, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3484

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Rubens Grossi, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3485

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações a Sra. Natália Maria Martin, pelo recebimento do prêmio ACIM Mulher 2009 em Maringá.

A Sra. Natália Maria Martin merece o reconhecimento deste Parlamento, em razão de mais essa conquista.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3488

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Prefeito do município de Paçandu, Moacyr José de Oliveira, e ao Presidente da Câmara, Vereador Marcos Antonio Zironi, em razão do 48º aniversário do município.

A comunidade paçanduense merecem o reconhecimento deste Parlamento, em razão de mais esse evento.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3489

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Prefeito do município de Itambé, João Cabrera, e ao Pre-

sidente da Câmara, Vereador Sebastião Farias, em razão do 47º aniversário do município.

A comunidade itambense merecem o reconhecimento deste Parlamento, em razão de mais esse evento.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3490

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Prefeito do município de Floresta, José Roberto Ruiz, e a Presidente da Câmara, Vereadora Rosa Maria Leticia Baroldo, em razão do 47º aniversário do município.

A comunidade florestense merecem o reconhecimento deste Parlamento, em razão de mais esse evento.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3491

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Prefeito do município de Engenheiro Beltrão, José Dalpont, e ao Presidente da Câmara, Vereador Raul Cury, em razão do 53º aniversário do município.

A comunidade de Engenheiro Beltrão merecem o reconhecimento deste Parlamento, em razão de mais esse evento.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3492

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Prefeito do município de Presidente Castelo Branco, Valdomiro Canegudes de Souza, e ao Presidente da Câmara, Vereador Gabriel Aparecido Calais, em razão do 47º aniversário do município.

A comunidade de Presidente Castelo Branco merecem o reconhecimento deste Parlamento, em razão de mais esse evento.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3493

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Prefeito do município de Sabaúdia, Almir Batista dos Santos, e ao Presidente da Câmara, Vereador Osvaldir da Silva, em razão do 51º aniversário do município.

A comunidade sabaudiense merecem o reconhecimento deste Parlamento, em razão de mais esse evento.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3494

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Prefeito do município de Paranacity, Mario Shideo Yamanto, e ao Presidente da Câmara, Vereador Antonio Soares, em razão do 54º aniversário do município.

A comunidade de Paranacity merecem o reconhecimento deste Parlamento, em razão de mais esse evento.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3495

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Prefeito do município de Ivatuba, Adolfo Joaquim Semprebom, e ao Presidente da Câmara, Vereador Dilon Vanso, em razão do 47º aniversário do município.

A comunidade ivatubense merecem o reconhecimento deste Parlamento, em razão de mais esse evento.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3513

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inseridos nos Anais desta Casa de Leis, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao Sr. Agostinho Bertoldi, Presidente do Centro de Planejamento Natural da Família de Curitiba - CENPLAFAM, por 25 anos de fundação.

Iniciou suas atividades em 25/10/83 com a presença do casal John e Evelyn Billings, nesta capital. Trata-se de uma entidade civil sem fins lucrativos e que tem por objetivo promover e coordenar atividades que visem o crescimento da pessoa humana, o aperfeiçoamento das relações conjugais e familiares e colaborar no processo de conscientização e desenvolvimento social. Para tanto, o ideal de um grupo de pessoas ao fundar a entidade era o de concretizar a orientação em planejamento natural da família contida nas pesquisas científicas desenvolvidas no Centro Billings da Austrália e em conformidade com a doutrina da Igreja. Desde o início procurou-se aprofundar o sentido do Gerar a Vida e transmitir às pessoas a grandiosidade deste ato que, por tal, exige uma atitude de grande responsabilidade. A própria evolução dos trabalhos exigiu a ampliação da temática e dos serviços.

Assim o centro foi se transformando em mais uma referência no tema da sexualidade humana, das relações conjugais e familiares, da preparação para o casamento, da construção de uma vida saudável, do respeito à dignidade, auto-conhecimento e resgate da auto-estima de toda pessoa humana. As atividades desenvolvidas pelo Centro tem um caráter de voluntariado e estão totalmente orientadas para ajudar as pessoas no sentido de um profundo crescimento pessoal, de ajudar as famílias na criação de um clima de equilíbrio e harmonia nas suas relações, entendendo que construindo cidadania estará também contribuindo para o estabelecimento da justiça no seio da sociedade, que resume o seu slogan: “Pelo amor, pela vida e pela justiça”. Com tal proposta o CENPLAFAM se faz presente no atendimento individual de mulheres e casais, bem como aos vários grupos de jovens, casais e mulheres, em sua própria sede ou junto à comunidade, nas igrejas, escolas, bairros, centros de saúde e instituições sociais. Há de se destacar o trabalho realizado quanto ao planejamento familiar, com orientação exclusiva de Métodos Naturais, visando a promoção da vida, da saúde e da paternidade responsável.

A Escola da Família através de suas ações procura incentivar as relações afetivas entre os familiares de forma que contribuam para gerar e manter a vida humana com mais amor e mais consciência.

Cursos, palestras oficinas, vivências e tantas outras atividades educativas realizadas pelo CENPLAFAM fazem com que nos sintamos orgulhosos em homenagear, através deste voto de louvor que se faz meritório, o Presidente, Sr. Agostinho Bertoldi, pelo dignificante trabalho que vem desenvolvendo nessa Escola de Família, bem como a todas as pessoas voluntárias que contribuem para o desenvolvimento das atividades. Registramos nossos melhores cumprimentos, e, em nome desta colenda Casa de Leis, que se torna instrumento da comunidade paranaense, auguramos-lhes votos de muitas realizações e sucesso.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3439

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER voto de louvor e congratulações à Construtora J. A. Baggio, na pessoa de seu Diretor José Américo Baggio.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A história da J. A. Baggio começou em 1948 com o trabalho de Holier Baggio.

As primeiras construções foram realizadas no interior do Paraná. A partir da década de 70, Baggio começou a construir também na capital.

Com a experiência adquirida fundou a Baggio & Filhos e sua empresa irmã, a construtora J. A. Baggio, em agosto de 1981.

Com o tempo se firmaram no estado por sua solidez e qualidade, tornando-se referência na construção de casas e estabelecimentos comerciais personalizados.

Hoje, a J. A. Baggio atua em todo o estado do Paraná, inclusive no litoral, Santa Catarina e interior do estado de São Paulo, mantendo o mesmo padrão de qualidade que fizeram da marca uma das principais construtoras paranaenses.

A equipe de engenheiros, arquitetos e outros profissionais especializados é coordenada pelos Diretores José Américo Baggio, Edemarques Baggio, Blanca Baggio e José Campanholo.

REQUERIMENTO Nº 3441

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Juiz de Direito da 3ª Vara da Fazenda, Roger Vinicius Pires de Camargo Oliveira.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Roger Vinicius Pires de Camargo Oliveira, nascido em Bauru/SP, casado, atualmente é Juiz de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperações Judiciais da comarca de Curitiba/PR.

Parabenizo pela maneira competente, eficiente e cortês, atuando sempre de forma ímpar, com total dedicação provendo benefícios e justiça para a comunidade.

REQUERIMENTO Nº 3442

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Rogério Wallbach Tizzot, solicitando a execução de obra de pavimentação asfáltica do distrito de Vidigal (ruas Carandaí, Kamenoski, Otama, Dr. Alcides, Dr. Cássio e Dr. Cícero) localizado no município de Cianorte.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao exmo. Sr. Vereador Noberto Cavallari, da Câmara Municipal de Cianorte/PR.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A pavimentação das referidas ruas, virá beneficiar sobremaneira toda a população do distrito de Vidigal, localizado à 10 km de Cianorte.

REQUERIMENTO Nº 3443

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, Nestor Baptista, solicitando os seguintes documentos e informa-

ções relativos à prestação de contas da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.

- Cópias completas do Processo nº 153631/07 - TC, com pareceres do Tribunal de Contas;

- Cópias completas, com pareceres, da Instrução nº 1377/07 - DCM;

- Cópias completas, com pareceres, das contas do município de Ponta Grossa do ano de 2005.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) JOCELITO CANTO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 510/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam introduzidas as seguintes alterações na Lei nº 14087 de 11/09/03:

I - Acrescente-se inciso VI e parágrafos na alínea “c”, do artigo 2º, com a seguinte redação:

“Art. 2º...

VI - Isenta a cobrança do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços - ICMS, nas contas de serviços públicos estaduais próprios, terceirizados, delegados, privatizados ou concessionárias fornecedoras de energia elétrica, de todos os hospitais filantrópicos ou não e Santas Casas, desde que o imóvel esteja comprovadamente na propriedade ou posse dos hospitais e sejam usados para as finalidades inerentes. Nos casos em que o imóvel não for próprio, a comprovação do funcionamento deverá se dar através de contrato de locação ou comodato devidamente registrado, ou ainda, da justificativa de posse judicial.

§ 1º São definidas, para efeito do artigo 1º, as contas relativas a imóveis ocupados por hospitais filantrópicos ou não e Santas Casas, devidamente registrados e reconhecidos pela autoridade competente através do alvará de funcionamento.

§ 2º As Santas Casas e os hospitais filantrópicos ou não deverão requerer, junto as empresas prestadoras de serviços, a isenção a quem tem direito, a partir da vigência desta lei.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A matéria aqui apresentada, visa incluir entre os beneficiados pelo Programa Luz Fraterna os hospitais filantrópicos ou não e as Santas Casas.

Este projeto caracteriza-se pela relevante importância sócio-econômica, pois tais entidades objetivam

atender a saúde da população, o qual atingirá um papel de suma importância para a comunidade paranaense.

Também: a imunidade das instituições de assistência social.

A Constituição Federal declarou imunes a impostos as entidades de assistência social porque estas auxiliam o estado na consecução do bem comum, executando atribuições típicas do estado, como é o caso dos hospitais filantrópicos e Santas Casas que prestam serviços médicos e hospitalares de forma gratuita à pessoas carentes.

Portanto, não tendo fins lucrativos não poderiam ser tituladas por meio de impostos, como dispõe o artigo 145, parágrafo 1º, da Constituição Federal, visto serem desprovidas de capacidade contributiva e por isso justo é que tais instituições gozem de imunidade relativa a IR, ISS, IPTU, II E ICMS.

Nos objetivos da assistência social elencados pelo artigo 203 da Constituição Federal estão: a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; amparo às crianças e adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Para asseverar-se da imunidade à baila a entidade de assistência tem que ser qualificadamente beneficente, não importando o seu tamanho ou a amplitude dos serviços prestados, pois qualquer que seja a parcela do atendimento aos carentes e desvalidos já está configurado o caráter filantrópico de auxílio ao estado.

Importante realçar as distinções, para efeito das imunidades, entre instituição ou entidade de assistência social e instituição ou entidade beneficente de assistência social. No primeiro grupo estão aquelas que se dedicam a um dos objetivos incertos no artigo 203, Constituição Federal, e não tem finalidade de lucros. No segundo grupo se incluem aquelas que não possuem finalidades de lucros e dedicam-se, mesmo que parcialmente, ao atendimento dos desvalidos, tendo como elemento caracterizador de beneficência a gratuidade dos serviços.

Pela relevância social da matéria aqui apresentada, solicito aos nobres Pares desta Casa de Leis o apoio incontestável à aprovação desta lei que resultará num avanço histórico e sem precedentes no campo da saúde a todos os cidadãos paranaenses.

PROJETO DE LEI Nº 511/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica vedada a participação remunerada em mais de um Conselho Administrativo, Fiscal, de Ética ou

equivalente, de Autarquia, Empresa Pública ou sociedade de Economia Mista no estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

A participação em Conselhos Administrativo, Fiscal de Ética ou equivalentes de Autarquias, Empresas Públicas ou de Economia Mista não pode significar complementação de remuneração, mas sim, o trabalho efetivo para a melhoria do serviço prestado. Para tanto, a participação em mais de um Conselho pulveriza o tempo a ser dedicado e a qualificação técnica necessária às decisões a serem tomadas.

Deste modo, o presente projeto de lei pretende limitar a participação remunerada em mais de um Conselho com o intuito de sanar tais dificuldades, e, para tanto, contamos com o apoio dos nobres Deputados e Deputadas desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 512/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída, no estado do Paraná, a Semana de Orientação Sobre a Gravidez na Adolescência, na primeira semana do mês de maio.

Art. 2º Na semana de que trata esta lei serão promovidas campanhas de conscientização, sobretudo nas escolas, sobre os riscos da gravidez na adolescência, bem como sobre a necessidade de acompanhamento médico nesses casos.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O tema gravidez na adolescência deve ser discutido nas escolas e por toda a sociedade, necessitando da instituição de políticas públicas voltadas a informar os adolescentes sobre os riscos e, ocorrendo a gravidez, sobre a necessidade de acompanhamento médico.

A gravidez na adolescência é causa significativa de mortalidade juvenil, só ficando atrás de homicídios e acidentes de trânsito.

Normalmente, a gravidez também importa em evasão escolar, restringindo o desenvolvimento completo dos jovens, sobretudo ceifando a possibilidade de acesso a uma carreira em emprego de maior especialização.

A adolescente enfrenta período de risco ao engravidar na adolescência, pois o corpo da menina ainda está em formação. O organismo ainda não está pronto para a

gestação. O bebê pode nascer prematuro e, na maioria dos casos, há complicações na gravidez, sobretudo infecções perinatais.

É preciso salientar que as adolescentes acabam escondendo a gravidez dos pais e demoram a ser atendidas em exames pré-natais, complicando ainda mais o fator de risco.

A gravidez na adolescência é um grave problema social e deve ser tratado a fim de reduzir os reflexos negativos na vida dos adolescentes.

PROJETO DE LEI Nº 513/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O *caput* e o parágrafo 1º do artigo 71 da Lei nº 4978, de 05/12/69, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 71. O Conselho Estadual de Educação (CEE), criado por esta lei, será constituído por 21 (vinte e um) membros, nomeados pelo Governador do Estado, com mandato de 6 (seis) anos, incluindo representantes dos diversos graus de ensino e do magistério oficial e particular, de notável saber e experiência, em matéria de educação.

§ 1º Na escolha dos membros da CEE, o Governador do Estado levará em consideração a necessidade de nele serem devidamente representados os diversos graus de ensino e o magistério oficial e particular, sendo que 1 (um) dos membros será indicado pela União Paranaense de Estudantes - UPE, 1 (um) pela União Paranaense de Estudantes Secundaristas - UPES e 1 (um) pelo Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Paraná - APP.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei faz permitir com que os estudantes paranaenses se façam representar junto ao órgão superior do sistema estadual de ensino do estado do Paraná, bem como regulamentar a participação da Associação dos Professores do Paraná (APP).

Essa é uma reivindicação antiga destes segmentos, sendo assim as entidades, União Paranaense de Estudantes (UPE), União Paranaense de Estudantes Secundaristas (UPES) e a Associação dos Professores do Paraná (APP), assumirão conjuntamente a responsabilidade sobre aquilo é de competência do Conselho Estadual de Educação do Paraná (CEE-PR), elegendo para representá-los um membro por entidade, que contribuirá com competência as atribuições de conselheiro e contribuir enfaticamente com as iniciativas de melhoras do sistema estadual de ensino e com as melhorias na Educação paranaense.

Tratando efetivamente de constituir duas cadeiras no Conselho Estadual de Educação (CEE-PR) e regulamentar a cadeira já ocupada da Associação de Professores do Paraná (APP) é que apresentamos este projeto de lei no intuito de elevar a participação nos conselhos constituídos neste estado, contribuindo para qualificar o estado democrático.

PROJETO DE LEI Nº 514/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Governo do Estado do Paraná autorizado a doar ao município de Paula Freitas, estado do Paraná, CNPJ nº 75.687.954/0001-13, áreas de terrenos rurais, com o intuito de criação de um Parque Municipal, que especifica:

- Lote de terreno rural sob nº 02 (dois), com área de 229.990 m2 (duzentos e vinte e nove mil, novecentos e noventa metros quadrados) situado no lugar denominado Palmital, município de Paula Freitas, estado do Paraná, pertencente ao estado do Paraná, representado pela Agência de Fomento do Paraná S/A, matriculado sob nº 18.669 do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória/PR.

- Lote de terreno rural sob nº 02 (dois), situado na antiga Fazenda Palmital, município de Paula Freitas, estado do Paraná com área de 1.979.968 m2 (um milhão, novecentos e setenta e nove mil e novecentos e sessenta e oito metros quadrados), pertencente ao estado do Paraná, representado pela Agência de Fomento do Paraná S/A, matriculado sob nº 627 do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória/PR.

- Lote de terreno rural sob nº 04 (quatro), situado na antiga Fazenda Palmital, município de Paula Freitas, estado do Paraná, com área de 326.700 m2 (trezentos e vinte e seis mil e setecentos metros quadrados), ou seja, 13,5 alqueires, pertencente ao estado do Paraná, representado pela Agência de Fomento do Paraná S/A, matriculado sob nº 628 do 2º Registro de imóveis da Comarca de União da Vitória/PR.

- Lote de terreno rural sob nº 05 (cinco), situado na antiga Fazenda Palmital, município de Paula Freitas, estado do Paraná, com área de 435.600 m2 (quatrocentos e trinta e cinco mil e seiscentos metros quadrados), ou seja, 18 (dezoito) alqueires, pertencente ao estado do Paraná, representado pela Agência de Fomento do Paraná S/A, matriculado sob nº 629 do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória/PR.

- Dois lotes de terrenos rurais sob nº 04 (quatro) e 05 (cinco), com área total de 10 (dez) alqueires, ou seja, 242.000 m2 (duzentos e quarenta e dois mil metros quadrados), situados no lugar denominado Sinsserros ou Poço Preto, na Fazenda Palmital, município de Paula Freitas, estado do Paraná, pertencente ao estado do Paraná, representado pela Agência de Fomento do Paraná

S/A, matriculado sob nº 15.477 do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória/PR.

Art. 2º Esta lei entra em vigor da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24/11/08.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Por intermédio deste projeto de lei que ora encaminhamos à apreciação desta Assembléia Legislativa, que trata da autorização para doação de áreas de terrenos rurais, seguidos das respectivas cópias de suas matrículas, ao município de Paula Freitas, visando a garantia das áreas com intuito da preservação meio ambiente para as gerações do presente a principalmente às do futuro, buscando a melhoria da qualidade de vida dos habitantes da cidade porventura, também de toda a região, ao preservar uma importante reserva, recoberta por espécies florestais em extinção, como a Araucária, o Xaxim e a Imbuia, ainda com uma significativa cobertura vegetal e possuidora de uma riquíssima fauna, com animais exóticos.

Parte da área encontra-se averbada com plano de manejo florestal, junto ao IBAMA, que proíbe terminantemente o corte raso.

Após, a esperada aprovação por estes nobres Pares, da referida doação, realiza-se o devido processo administrativo para efetivação da mesma, em consonância com o artigo 17 da Lei nº 8666/93.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No horário do Pequeno Expediente, com a palavra a Deputada Cida Borghetti.

Deputada Cida Borghetti (PP)

A SRA. CIDA BORGHETTI

Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Nelson Justus; Sras. e Srs. Deputados.

Quero relatar as Audiências Públicas realizadas na semana que passou, nas cidades de Maringá e Londrina. Esta Casa pôde organizar, por meio da Comissão de Constituição e Justiça, sob a liderança do Deputado Durval Amaral e de toda sua equipe, essas Audiências Públicas. Quero parabenizar esta Casa pela demonstração do exercício da democracia, de levar à população, aos empresários, a discussão importante deste projeto de lei que ora é discutido por este Plenário. Sabiamente, o Deputado Reni Pereira pôde colocar suas considerações, assim como o Deputado Caíto Quintana, bem como o Líder da Oposição Deputado Elio Rusch, o Deputado Douglas Fabrício, bem como o Líder do Governo, Deputado Luiz Claudio Romanelli, sabiamente colocou a posição do Governo do Estado, do Governador Requião.

Esteve na cidade de Maringá, também, o Deputado Tadeu Veneri, bem como os Deputados que representam a cidade de Maringá, o Deputado Nishimori, o Secretário de Governo, o Deputado licenciado Enio Verri, o Deputado Batista. Ao saudarmos toda equipe, nossos colegas Deputados Estaduais e o Presidente Nelson Justus, o Deputado Duílio Genari esteve conosco também, Deputado Jonas esteve conosco representando a cidade de Cianorte, pudemos lá colocar nossa opinião. Usei até o termo como mãe, como mulher, como dona-de-casa, Sr. Presidente, de que vejo como uma balança: de um lado a redução da carga tributária dos mais de 90 mil itens, e do outro lado o aumento da gasolina, do cigarro, da energia elétrica.

Quero saudar nosso colega que foi Deputado Estadual, partidário, Deputado Takayama, hoje Deputado Federal. Seja muito bem-vindo a esta Casa de Leis! Hoje, o Deputado Takayama representa o estado do Paraná na Câmara Federal. Obrigada pela sua visita!

E do outro lado a redução, em que os alimentos têm um valor significativo de baixa redução, os fármacos, outros itens também que constam nesses mais de 90 mil itens que ora estamos apreciando.

Entendo que ao finalizarmos, no dia 26 de novembro, a última Audiência Pública será na cidade de Curitiba, na capital, na Associação Comercial da nossa cidade de Curitiba. Vamos, portanto, analisar bem e votar. Vamos votar este ano.

É um tema importante e relevante para o estado do Paraná e também para os empresários, e mais do que isso, para o cidadão, para os consumidores. Foi importante e quero agradecer principalmente à cidade de Maringá, à Associação Comercial e Industrial, na pessoa do Presidente Adilson Santos, que não mediu esforços para a organização daquele evento. O Douglas Fabrício colocou-se muito bem, colocou o seu ponto de vista, conhecedor que é da matéria.

Quero agradecer a presteza desta Casa, mais uma vez, da Comissão de Constituição e Justiça, do cerimonial, de todos os Deputados que lá compareceram, dos empresários locais que também puderam dar as suas opiniões, contra ou favor. Não importa o ponto de vista, o importante é que foi uma Audiência Pública concorrida e organizada.

Parabenizo, aqui, a cidade de Maringá por essa demonstração de grandeza de estar opinando num tema importante relevante para o estado do Paraná. Quero parabenizar mais uma vez a Associação Comercial e Industrial da cidade de Maringá, na pessoa do seu Presidente Adilson Santos.

Era isso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em nome da Assembléia Legislativa, Deputada Cida Borghetti, queremos agradecer a fidalguia com que os Deputados foram recebidos na cidade de Maringá, não só por V. Exa., como pelos Deputados da cidade, Depu-

tado Nishimori, Dr. Batista, a Associação Comercial, o pessoal da FIEP, realmente tivemos uma reunião extremamente proveitosa como, aliás, aconteceu em Londrina. E por essa razão, receba os nossos agradecimentos, em nome da Assembléia Legislativa.

Segundo orador inscrito no Pequeno Expediente é o Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nos reunimos hoje pela manhã, como foi destacado na semana passada desta tribuna, no plenarinho da Assembléia, em uma Audiência Pública para a formação de uma Frente Parlamentar em Defesa do Piso Salarial Nacional do Professor de Educação Básica. Em função disso, estou dando entrada na Mesa a um requerimento requerendo o registro dessa Frente Parlamentar, será apresentado nesta Casa, Sr. Presidente, para aprovarmos hoje. E vou passar para os Deputados que tiverem interesse em fazer parte dessa Frente uma lista para que possam assinar.

A Audiência, hoje pela manhã, cumpriu a sua finalidade. Estiveram presentes vários Deputados Estaduais: o Deputado Marcelo Rangel, a Deputada Rosane Ferreira, a Deputada Luciana Rafagnin, o Deputado Antonio Belinati, o Deputado Tadeu Veneri, o Deputado Douglas Fabrício. E também estiveram presentes os Deputados Federais Ângelo Vanhoni, que participa da Comissão de Educação da Câmara Federal e o Deputado Rodrigo da Rocha Loures, do PMDB. Compôs a Mesa também a Presidente da APP-Sindicato, a professora Marlei Fernandes de Carvalho; estava também presente o ex-Presidente da APP e suplente de Deputado do Partido dos Trabalhadores, José Lemos; estava o professor Miguel Baes, Vice-Presidente da Central Única dos Trabalhadores; o professor Milton Camuto, que é Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação - CNTE; a professora Ana Denise Ribas de Oliveira, Presidente do Sindicato do Magistério Municipal de Curitiba - SISMMAC, e várias outras entidades sempre presentes, acompanhando também a Plenária, o Presidente do Partido dos Trabalhadores, a companheira Gleisi Hoffmann. Todas as falas foram unâimes na defesa intransigente do piso do magistério, como se tratando de uma grande conquista histórica, uma das maiores da Educação brasileira. Não se trata apenas do valor, que é pequeno, se pensarmos que R\$ 950 equivalem a dois salários mínimos. O piso estabelece que um professor de uma padrão de 20 horas tem que ganhar o equivalente a um salário-mínimo brasileiro, um pouco menos do que isso.

O estado do Paraná, que é um estado rico, os professores já recebem mais do que o piso. Em outros estados da federação que têm maior orçamento, uma economia mais pujante e avanços sociais, os professores recebem mais do que o piso. Mas não é apenas isso que

está em jogo. O piso estabelece um valor que deve ser pago, por todos os municípios brasileiros e todos os estados da federação indistintamente, mesmo o município mais pobre.

Vi, ontem, no jornal, por exemplo, que um dos municípios mais pobres do país está na região norte. Esse município terá que pagar o piso nacional de R\$ 950, por 40 horas. Além do valor, que com o tempo vai se reajustando - é o marco desta conquista - o projeto de lei estabelece que 33% da carga horária do professor será colocada à disposição, para o preparo de aula. Isso sim é uma conquista histórica para o Brasil.

Sou professor e sei da luta dos professores universitários, pela ampliação do tempo de preparação de aulas. A universidade paranaense, professores que têm 40 horas, dão apenas 16 horas de aula. Neste caso, o professor tem quase 2/3 do seu tempo na preparação da aula. A Educação não é apenas uma questão quantitativa, quem acompanha a vida dos professores, mesmo no Paraná, que teve grandes avanços. Todos reconheceram, independente da postura do Governador, com o piso e a ADIN que ele assinou, os avanços que aconteceram no Governo Requião. Em uma universidade, quase 2/3 do tempo das 40 horas, o professor usa praticamente para a sala e aula.

Conhecemos a realidade do professor do estado, que além de ter dois padrões de 20 horas, ele se obriga a lecionar à noite, para completar o seu salário. Educação não é apenas uma questão quantitativa. O professor não pode ser comparado a um operário que ganha por aulas preparadas, na construção material. É fundamental para a qualidade do ensino, aquilo que está por detrás da sala de aula. À possibilidade do professor ter acesso aos bens culturais, às bibliotecas, aos canais de televisão, ao teatro, ao cinema, aos seminários, para qualificar a sua formação, porque isso terá como resultado uma aula de melhor qualidade, em uma relação diferente com o universo da educação, a escola e a vida do estudante. Além do piso de R\$ 950, que é uma base inicial para avanços futuros, temos que considerar um grande avanço a questão dos 33% da carga horária na preparação do conteúdo, pedagógico, de sala de aula.

Por isso, no Brasil inteiro, em todos os estados do país começa uma grande mobilização, para sensibilizar o Poder Judiciário da importância do piso, mesmo porque o Governo entende de que o piso é constitucional. A Procuradoria da República e várias entidades já se manifestaram. A Câmara Federal já fez reunião com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, na tentativa de sensibilizar o Ministério da validade do piso e da constitucionalidade do piso do magistério.

Por isso a frente se formou hoje com muito entusiasmo. A primeira proposta é para que façamos reuniões nas principais cidades do Paraná, as principais cidades pólos como: Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Umuarama, Cascavel, Guarapuava, Pato Branco, Francisco Beltrão, Ponta Grossa, Jacarezinho, outras cidades do norte velho do Paraná. Para que possamos mobilizar, por-

que repito, os professores municipais também têm no piso uma conquista.

Dou exemplo de Ponta Grossa. Quando foi Prefeito, conseguimos através de lei, ampliar, porcentagem da carga horária de preparação dos professores para 20% no seu padrão. Em Ponta Grossa hoje, um professor que trabalha 40 horas no município, ele tem 8 horas de preparo. Com o piso esse valor vai aumentar para 33%, 13,2 horas. E os municípios do estado da federação que não praticam ainda o piso, eles têm até 2010 para fazer a complementação. Basta diminuir o valor do piso, do valor atualmente pago, essa diferença deverá ser paga 2/3 até janeiro do ano que vem e até 2010 o restante. A mesma coisa em relação à carga horária de preparação.

No Paraná, que os professores também tem 20% da carga horária de preparo, o Governo do estado terá percentual a ser coberto agora em janeiro, de preparação de aula e o complemento em janeiro de 2010.

Há uma boa vontade, vimos isso na APP-Sindicato, para uma negociação com o Governo do Estado, que havia conversado com a Secretária, para que se consiga chegar facilmente a esse patamar de 33% de preparação até janeiro de 2010.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

A Frente Parlamentar decidiu também hoje, apresentar uma emenda ao projeto do Governador do Estado, estabelecendo o salário básico do magistério paranaense, uma emenda que coloque também nesse projeto os 33% de carga horária de preparo para os professores de nosso estado. Deputado Marcelo, seu aparte.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Deputado Péricles, primeiro parabênzo a Comissão de Educação pela Audiência Pública realizada nesta manhã, com a participação dos professores e de lideranças e autoridades da área de Educação do estado do Paraná.

Disse hoje, na Audiência, que talvez aqui no Parlamento, e até mesmo no Plenário da Assembleia Legislativa, talvez a discussão a respeito do projeto de lei, da Emenda nº 053, talvez seja desnecessária, porque ela já foi aprovada, é uma realidade. Foi aprovada por unanimidade pelos Deputados Federais, pelos Senadores, e foi uma das grandes conquistas, grandes vitórias que os nossos semestres conquistaram ao longo de tantos e tantos anos. Conseguiram através dessa emenda, dessa lei do piso nacional.

O que temos de debater, infelizmente não gostaria de deixá-lo constrangido, mesmo porque o senhor e os Deputados do Partido dos Trabalhadores se mostraram firmes, com personalidade para assumirem um posicionamento contrário à decisão do nosso Governador. O Governador Roberto Requião foi extremamente infeliz ao assinar esta Ação de Inconstitucionalidade contra os pro-

fessores do estado do Paraná. E gostaria de deixar aqui o meu protesto, juntamente com todos os professores do nosso estado. Assinei a Frente Parlamentar de Defesa ao Piso-Salarial Nacional, acho que é importante nos manifestarmos, mas infelizmente temos um Governador que não pensa como nós Parlamentares e não pensa como os nossos professores. E isso é inaceitável.

Então, Deputado Péricles, quero parabenizá-lo, mais uma vez, pela iniciativa. Acho que precisamos debater e tentar, de alguma maneira, conscientizar toda a classe e também o Poder Executivo de que houve um erro e que ele poderia rever essa atitude e retirar a assinatura dessa Ação de Inconstitucionalidade.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Obrigado, Deputado Marcelo. Veja, somos um partido da Bancada do Governo, respeitamos o Governo Requião, sua postura ideológica, histórica. É um Governo excepcional para a Educação e manifestamos com autonomia a nossa posição. Fizemos um apelo ao Governador, para que retirasse a sua assinatura, porque achamos que é uma contradição com tudo o que o Governo fez para a Educação do estado.

Hoje, o professor Milton Canuto, Deputado Tadeu, fez um relato, Deputado Romanelli, muito interessante. Vejam que contradição, o Mato Grosso do Sul, ele nos relatava na Audiência, o Governador do Mato Grosso do Sul assinou a ADIN, só que a legislação do Mato Grosso do Sul já estabelece, na legislação estadual, que até 2010 - preste atenção nestes dados, Deputado Romanelli - 50% da carga horária, no Mato Grosso, por lei estadual, será dedicada à preparação de aula. E estranhamente o Governador assinou essa ADIN. Até estava arrependido, estava ameaçando retirar sua assinatura, porque é uma contradição.

Agora, uma coisa interessante que o Milton Canuto nos colocou é que no estado de Alagoas, que é um dos estados mais pobres do Brasil, lá o estado já paga mais que o piso e um grande número de municípios de Alagoas pagam mais que o piso para os seus professores. E o estado mais pobre do Brasil, que é o Piauí, ele nos relatava que já paga o piso, inclusive a carga horária de preparação.

Então, vejam que contradição. Isso mostra claramente que não há nenhum motivo concreto para preocupação dos Governadores e Prefeitos com o pagamento do piso, mesmo porque o Governo Federal, que já está investindo R\$ 3 bilhões no FUNDEB, investia há pouco tempo atrás 300 milhões por ano, se colocou claramente na perspectiva de completar recursos para os municípios do estado, através do FUNDEB, o Governo Federal sancionou nessa legislação um artigo em que define que o Governo Federal tem que complementar, quando for necessário, os municípios que não tiverem recurso suficiente para pagar o piso e carga horária de preparo. O Governo Federal vai complementar os recursos para os municípios que não puderem e para os entes da federa-

ção, os estados da federação brasileira que não puderem pagar o piso.

Então, por todos esses motivos temos que fazer uma luta total, acho que uma luta pluripartidária, o próprio PMDB está representado hoje pelo Deputado Federal, Rodrigo Rocha Loures, que temos que ir até o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, até o Sindicato dos Professores Municipais, além dos professores estaduais, e mobilizar toda a sociedade paranaense, assim como nos outros estados está acontecendo este trabalho, para sensibilizar. Este é o objetivo. O Supremo Tribunal Federal para rejeitar essa ação direta de inconstitucionalidade, valorizando e efetivando essa conquista, que é uma conquista histórica, não só para os professores, mas para toda a sociedade brasileira, uma conquista da Educação.

No momento da história do Brasil em que há uma consciência social muito consolidada sobre a importância da Educação para que possamos ter um modelo de desenvolvimento, com distribuição de renda, crescimento econômico, voltada a construção cidadã, e educação é prioridade número um de todos os discursos políticos, de todos os partidos.

Então, essa ideologia, essa manifestação pública tem que se efetivar agora na defesa do piso nacional do magistério.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Péricles, acredito que o que foi feito no dia de hoje, na verdade é o primeiro passo, e como V. Exa. bem lembrou, não estamos tratando exclusivamente de uma questão que diz respeito apenas aos educadores, aos profissionais da Educação.

O piso é um direito do professor, mas também é um direito, principalmente do aluno, é um direito da sociedade ter boas aulas, é um direito da sociedade ter os seus filhos colocados em escolas públicas de qualidade, com a qualidade que um professor pode fazer suas aulas, principalmente porque a questão do piso se ela é irrelevante para alguns estados, como é o nosso caso, por ser até o estado que paga acima do piso, não é irrelevante a hora atividade. É a hora atividade que vai fazer com que o professor tenha mais tempo para preparar suas aulas, como V. Exa. já lembrou que vai ser feito em Mato Grosso, é que vai fazer a diferença no processo educacional.

Então, eu espero que essa frente tenha vida longa e que consigamos fazer com que o piso de fato seja votado e aprovado, como já foi, e não tenha uma ação direta de inconstitucionalidade.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Só gostaria de fazer uma referência a nossa Deputada Cida Borghetti, a sua emenda que eu tive a honra e o prazer de assinar, nossa Assembléia cometeu um atraso, digamos assim, poderíamos ter votado a emenda da Deputada Cida, infelizmente não votamos, e o Supremo

Tribunal Federal já definiu que os Diretores e pedagogos se aposentam com o mesmo tempo que os demais professores.

Obrigado, Sra. Presidente, Srs. Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Ainda no Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Cida Borghetti, Deputado Jonas, Deputado Plauto, Deputados, Deputadas, comitê de imprensa, visitantes, telespectadores que nos acompanham.

Inicialmente registro a presença nesta Casa do Deputado Dilceu Sperafico, Deputado Osmar Serraglio estava aqui agora há pouco, Deputado Ricardo Barros também Presidente Estadual do Partido Progressista e que está hoje atendendo as Lideranças do Partido Progressista e está hoje atendendo as Lideranças do interior que vieram até esta capital para reivindicar principalmente verbas federais.

Nobre Presidente Cida Borghetti, na quinta-feira tivemos a honra de presidir em nome do Presidente Nelson Justus e do Deputado Alexandre Curi a Sessão desta Casa em homenagem ao Dia da Consciência Negra. Ao homenagear a todos os descendentes da raça negra lamentamos o que saiu no site do jornal O Globo uma matéria dizendo que somente no ano de 2029, portanto daqui a 21 anos, é que está previsto que haverá um pouco mais de equilíbrio, um pouco mais de igualdade no pagamento do mesmo serviço realizado pelo branco e pelo negro.

É sabido que o mesmo tipo de trabalho se realizado por mãos negras, acaba sendo premiado com uma compensação financeira bem menor do que aquilo que é pago pelo mesmo trabalho pelo branco. Então o que esperamos é que haja um dia em que o trabalho seja pago, seja recompensado não pela cor da pele, mas pelo valor, pela qualidade do serviço realizado porque é inadmissível estarmos em 2008 e vermos essa desigualdade que ainda há e não é lá na África não, é aqui no nosso país!

Tem também uma matéria no jornal dizendo que, segundo o IPEA, nos últimos 10 anos os brasileiros perderam, a vergonha de se identificar como negros. Parabéns, parabéns! Por que a pessoa ter vergonha da cor da sua pele? Acho que todos são filhos de Deus, todos devem ser tratados com respeito, com a dignidade que cada um tem direito, independentemente da cor da sua pele.

Quero parabenizar o nobre Deputado Péricles, que realizou Audiência Pública, hoje, pela causa do professor paranaense, pela causa do piso salarial nacional. É meio difícil até, Deputado Péricles, para quem está acompanhando as Sessões da Assembléia, entender direito. O

Requião entrou na Justiça porque ele não quer pagar o piso nacional. O piso nacional para os professores de R\$ 950, e aí quem está ouvindo: “Espere aí, não estou entendendo. Mas se estão dizendo que no Paraná o piso já passa de R\$ 1 mil e 300, que confusão é essa? “É que na verdade esses pouco mais de R\$ 1 mil e 300 não é piso salarial, aí tem um monte de gordura, transporte, há quem diga que aí está embutida também alimentação. Então, há um inchaço, fantasia que quem está em casa vai dizer: “Espera lá! Se o Requião está pagando mais, ele deveria exigir ou cobrar que seus colegas também paguem o mesmo que ele está pagando.” Só que a história não é bem essa. Volto a repetir, tem uma gordura que incha o salário dos nossos professores, é apenas uma ilusão de ótica. Como aqueles grandes ilusionistas do mundo é o que está acontecendo aqui no Paraná.

Se o Requião, como autoridade máxima, entrou no Supremo, lamentamos e fazemos um apelo respeitoso ao Requião para que retire essa ação do Supremo, para que ele não marque essa sua passagem pelo Governo como o Governador que agiu judicialmente contra os professores. Acho que o bom é haver um clima de bom entendimento entre o Governador e os professores. Agora, a partir do momento em que o Governador aciona a Justiça contra os professores, esta medida é autoritária, antipática, pega mal para o Governador. Se de um lado há nossa crítica ao Requião, por essa ADIN no Supremo Tribunal Federal; por outro há o reconhecimento, os parabéns ao Requião, que está ajudando os nossos irmãos catarinenses.

Que Deus abençoe aquele povo e que pare de chover. Há vários meses que não pára de chover. Já morreram várias pessoas.

A SRA PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputado.

Uso o Pequeno Expediente também para me referir a essa Audiência Pública que participamos hoje de manhã, que trata desse piso nacional de R\$ 950 para os professores. Parabenizo o Deputado Péricles pela organização da Audiência na Comissão de Educação, a todas as pessoas que participaram da Audiência e que lá se manifestaram para deixar sua posição claramente contra a posição do Governador. Eu disse lá, Deputada Cida e Srs. Deputados, todos nós precisamos dos professores e passamos pelas mãos dos professores. Hoje nossos filhos, inclusive neste horário muitos estão estudando lá numa sala de aula, acompanhados de uma professora ou um professor.

Antes de ser Deputado e mesmo antes de ter me formado na faculdade de Administração de Empresas, já ouvia as pessoas dizerem assim: “Se quiser melhorar o

país, o futuro do país, se quiser um país desenvolvido, invista na Educação”. O que é investir na Educação? Pelo que entendo, investir na Educação é: boas escolas, com infra-estrutura adequada, não está chovendo dentro, boa carteira, mas acima disso ainda um bom professor, um professor preparado, qualificado, motivado e que faz daquilo o sonho da vida, ensinar. E para isso precisa ser valorizado. E a valorização é através de várias formas, mas uma delas é através de um bom salário. Esses R\$ 950 são pouco ainda, mas já é um bom começo como piso. E nós defendemos e queremos que o professor, cada vez mais, melhore sua condição de vida para poder ajudar o país a se desenvolver.

Por isso que nós criticamos e, mesmo sendo Deputado de Oposição, quero fazer um pedido ao Governo: que retire a assinatura dessa Ação Direta de Inconstitucionalidade, Deputado Anibelli, contra os professores. Aliás, os professores já tem uma história muito grande de Governos serem contra, etc. Não quero relembrar isso, só quero dizer que o Governador atual está fazendo um gol contra, assinando e mantendo a postura de cobrar dos professores. Ou melhor, simulou aqui um aumento, veio um projeto aqui para a Assembleia, Srs. Deputados, e esse projeto foi duramente criticado hoje lá naquela Audiência Pública. Inclusive por integrantes, professores e por Deputados, que esse projeto aqui é um faz-de-conta. Esse projeto que chegou de R\$ 1 mil 392 para o salário dos professores, Deputado Marcelo Rangel, é uma enganação e mais, ele teve a coragem de ir daqui a Brasília para fazer uma reunião com o Ministro Joaquim Barbosa, para ser contra os professores. Mas nunca ouvi dizer que ele foi daqui a Brasília para se reunir com a Bancada Federal, com os Deputados e Senadores, para lutar por melhores condições e mais recursos para as obras que nós precisamos aqui no Paraná, como, por exemplo, a obra da Boiadeira, que é uma estrada que há muitos anos se pede para ser colocada no orçamento da união e não se coloca. Aí chega a época de eleição, vão lá na minha região, fazem festa como se estivessem inaugurando a obra. Na verdade, nem dinheiro, no orçamento, não coloca.

Deputado Jonas Guimarães, não podemos imaginar que um Governador seja contra o professor.

Por isso temos que, cada vez mais, participar não só das Audiências, mas também ativamente defender uma melhor condição de trabalho e renda para os nossos professores.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Próximo orador inscrito, ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Artagão Júnior.

Deputado Artagão Júnior (PMDB)

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amigos presentes, mais uma vez subo à tribuna nesta Casa de Leis

para trabalhar em cima de assuntos de interesse do estado do Paraná.

No último final de semana, mais precisamente no último sábado, eu à noite quando lia o jornal, me deparei com essa reportagem que diz respeito às cargas perigosas que ficam sem licença.

Na verdade, do que está tratando isso aqui? Da questão dos terminais de álcool no porto de Paranaguá. Por que isso nos trouxe interesse, Deputado Jonas? Porque olhando a notícia e a reportagem e buscando algumas informações, vimos que houve uma ação judicial que alcançou somente o terminal público, o terminal do estado do Paraná gerenciado pela ALCOOPAR. No entanto, nesta reportagem diz também que o IAP, de maneira prudente, não acatou somente a decisão judicial de suspender o funcionamento do terminal público, mas também dos terminais privados. Até porque não pode compreender muito bem o alcance da decisão judicial.

Bom, o que nos causa interesse? É que buscando algumas informações resta claro e transparente, Deputado Edson Praczyk, que com o funcionamento do terminal público de álcool, no porto de Paranaguá, independente dos questionamentos que possam ser feitos, a Administração dos Portos fez com que os preços de exportação do produto álcool caíssem drasticamente por uma posição do Poder Público. Isso, de forma direta, interferiu na lucratividade das empresas privadas. E aí surgiu nosso interesse. Porque somente uma ação contra o terminal público, o terminal do estado, se este muito embora possível até ter algum problema, está encontrando alcance no interesse público, está chegando aquela que deve ser nossa prioridade nas ações políticas, de buscar sempre o interesse do Paraná.

Qual não foi nosso espanto, que esta decisão não fala das demais empresas, a não ser no final da reportagem, aonde diz: “além de suspender a operação e ordenar um novo licenciamento do terminal público de álcool, a liminar da Justiça Federal determina que os cinco terminais que lidam com cargas perigosas removam os moradores de duas áreas próximas: A Vila Becher e o Canal Anhanha” - alguma coisa assim.

Se existe este problema de residência em áreas proibidas, porque então anteriormente o Ministério Público já não encontrou com esta ação, para que elas também tivessem suspensas suas licenças? Se existem irregularidades também, porque somente agora, quando de uma intervenção direta e objetiva do Poder Público, com a instalação do terminal de álcool é que há alguma movimentação no sentido de resolver os problemas?

Pois bem. Em nome da Comissão de Fiscalização, Deputado Plauto Miró Guimarães, Deputado Jocelito Canto, Deputado Reni Pereira, Deputado Duílio Genari, Deputado Péricles de Mello, que um dia nos dará o orgulho da sua presença, estamos movimentando e encaminhando ao IAP uma solicitação de informações. Primeiro, a cópia do processo judicial, com a denúncia e com a decisão. De quem é a competência de fiscalizar? É

do IAP? É do IBAMA? Existe uma dúvida a este respeito. No que concerne ao IAP, se isto acontecer, o que diferencia os terminais privados dos públicos? Selo de competência do IAP: quando ocorreu a última vistoria para fiscalização dos terminais de carga perigosas, tanto dos públicos quanto dos privados? Já haviam sido detectados os problemas que geraram a liminar, suspendendo as licenças ambientais, como a remoção das famílias em áreas contíguas?

Em caso afirmativo, que providências foram tomadas pelo IAP e pelas empresas responsáveis?

Se houve abertura de processo administrativo, qual o seu número, trâmite e desfecho para cada um dos terminais de cargas perigosas?

São informações necessárias e importantes, para que possamos compreender porque somente agora houve uma movimentação objetiva do Ministério Público e uma decisão do Poder Judiciário. Porque, se existiam problemas anteriores?

Passa a usar o horário da Liderança do PMDB

Esta ação não ocorrerá no momento oportuno. Alguma coisa estranha tem. E a Comissão de Fiscalização estará trabalhando em cima desta questão. Não é possível que não tenhamos a compreensão objetiva. Pode ser que existam problemas na questão de licenciamento. Compreendo e aceito. Sei que houve problemas de demora na instalação e na atuação prática do terminal público. Mas, que existe, hoje, um interesse público e social do povo do Paraná sendo alcançado com este funcionamento, não restam dúvidas. E porque até hoje não haviam tomado providências?

O Sr. Plauto Miró

Pronunciamento importantíssimo. Temos aí um indício que nos preocupa e muito. Vou me aprofundar, faço parte da Comissão de Fiscalização, com V. Exa. e acredito que aí está o momento exato dessa Comissão trabalhar. Sugiro até irmos ver *in loco*, no porto de Paranaguá, a situação em que está o terminal público e também o terminal privado. Lembro-me que antes da inauguração, do funcionamento do terminal público - que teve problemas lá, que aqui foram debatidos - o terminal privado cobrava muitas vezes mais do que o terminal público pretendia cobrar e agora, fechando o terminal público, os preços com certeza serão superavaliados novamente e quem paga é aquele que está usando o terminal e, lá na ponta, o consumidor final do combustível e do álcool.

Vamos nos aprofundar. Como membro da Comissão, estou junto e, na minha opinião, temos que ir buscar exatamente o que está acontecendo, para que possamos elucidar e, naturalmente, não trazer prejuízo diretamente ao cidadão brasileiro e também paranaense.

Obrigado.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Obrigado, Deputado Plauto.

V. Exa. lembra bem que o preço realmente era um diferencial, não só se perspectiva uma diminuição desse valor, como de fato ela ocorreu: uma diminuição drástica dos valores cobrados. E aí, justamente, nós que temos responsabilidade direta em atender os anseios da população que representamos, queremos que sobretudo prevaleça o interesse do estado e não o interesse deste ou daquele. É justamente em função disso, que estou solicitando essa documentação ao IAP, para que tenhamos acesso às informações do processo, qual é o motivo gerador da decisão judicial, quem a provocou, com que interesse, se foi feita direcionada ao terminal público, qual é a diferença para os privados e por que não existe essa mesma preocupação ou quais as diferenças existentes hoje entre os terminais. É justamente nesse sentido que queremos trabalhar.

Agradeço desde já V. Exa., como também trabalhamos naquela questão do acidente do navio Vicunã, que naquela oportunidade foi um grande desastre no porto de Paranaguá e que tinha empresas responsáveis que foram multadas, que foram autuadas, mas que até hoje não sabemos se pagaram as suas dívidas, sendo que também tenho trabalhado em cima dessas informações.

Concedo um aparte ao Deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Deputado Artagão, tenho acompanhado vosso pronunciamento e queria perguntar a V. Exa., se amanhã teremos reunião da Comissão de Fiscalização ou esta semana não teremos reunião da Comissão, para tratar da questão das obras paradas ou abandonadas.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Amanhã, Deputado Jocelito Canto, teremos a Audiência Pública da minirreforma tributária que acontece no estado do Paraná e, em função disso, não teremos condições de fazer a nossa reunião. Mas, possivelmente, na próxima quarta-feira pela manhã, como de costume, estaremos reunidos para tratar desse assunto, assim como também para desenvolvermos alguma decisão e algum trabalho, já em cima desse questionamento, que é urgente.

Inclusive, conversava hoje pela manhã, por telefone, com o Diretor-Presidente do IAP, Vitor Hugo, e ele me demonstrava e me repassava a sua preocupação. Ele está providenciando um relatório com todas as informações pertinentes a esse assunto, quais os motivos que provocaram essa situação, quais as primeiras impressões que existem nesse processo, mas de fato não podemos ficar parados, afinal de contas um investimento alto do estado foi feito - que por muitos foi questionado, por outros defendidos - mas que acima de tudo deve ir ao encontro do interesse público. Esse investimento foi feito. Esse terminal tem que funcionar. Se não for para funcionar, por quê? Onde está o problema? E se for para funcionar, se

estiver tudo certo, por que hoje estamos tendo toda essa mobilização para que isso deixe de acontecer?

Essa é uma preocupação significativa, muito importante, nós estamos preocupados, o IAP, pela informação que temos na reportagem, cancelou não só a licença do terminal público, mas também nos terminais privados, que são mais quatro. E aí já estaremos trabalhando com outras perspectivas de prejuízo, porque cinco terminais, o público e mais quatro privados, impedidos de trabalhar, quanto não estão deixando de gerar divisas e dividendos para o estado do Paraná, seja pelas tributações, pelos produtos exportados, seja pela geração de emprego, seja pelas taxas administrativas cobradas.

Enfim, aqui ainda cita só o último detalhe da reportagem: “O terminal público foi inaugurado há um ano, mas ainda não opera à plena carga”. Primeiro, o projeto teve que ser adaptado para que pudesse receber diversos tipos de carga e isso em seis meses o funcionamento. Hoje tem capacidade para armazenar 35 milhões de litros e é operado por um pool de 19 usinas, o que, trocado em miúdos, chamaríamos de ALCOOPAR. Até a semana passada tinha movimentado apenas 44 milhões de litros, e a meta era chegar a 120 milhões. Só o terminal público, 120 milhões é o objetivo. Imagine somando os terminais privados.

Certamente o estado perde também com essas proibições. Essas licenças devem ser reavaliadas, as questões problemáticas têm que ser resolvidas, e o nosso objetivo é esclarecer, e se possível que voltem todos a funcionar, porque esse é o interesse do Paraná: exportar o seu produto, gerar empregos, recolher impostos e fazer com que a população esteja satisfeita.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Último orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso o horário do Pequeno Expediente para, desta tribuna, informar aos Parlamentares e à sociedade do Paraná aquilo que a Oposição, aqui na Assembléia Legislativa, tem levantado há muitos anos.

O Governo Roberto Requião assumiu o estado em 2003. Imediatamente após a sua posse houve, Deputado Artagão, diversos rompimentos de contratos unilaterais por parte do Governo. E um dos rompimentos que houve foi com a empresa Bandeirantes, que fazia dragagem no Canal da Galheta no porto de Paranaguá. E não se refere, única e exclusivamente, à dragagem no Canal da Galheta, mas inúmeros outros problemas surgiram no porto de Paranaguá, e os Deputados da Oposição sempre estiveram muito alertas, e o que levantamos aqui na tribuna são denúncias que chegam até os Parlamentares da Oposição e temos que torná-las públicas, porque queremos o bem

do estado do Paraná, queremos que o Paraná vá bem, porque se o Paraná vai bem, os paranaenses vão melhor, e o porto de Paranaguá é de suma importância para o desenvolvimento sócio-econômico do nosso estado, quer seja na exportação dos nossos produtos, quer seja na importação dos produtos que precisamos em nosso estado.

Não podemos aceitar calados os absurdos que acontecem no porto de Paranaguá. São “n” questões que surgem no porto de Paranaguá.

Ouvi agora o Deputado Artagão, da tribuna, fazendo menção da suspensão das atividades do terminal público de álcool no porto de Paranaguá. Algum erro existe! Quais são os erros? Uns já foram levantados, aqui da tribuna, por Parlamentares da Oposição, o Deputado Valdir Rossoni já fez menção sobre isso, sobre o material que foi usado para armazenar o álcool, pois não é o adequado.

De repente, a Justiça Federal cancela e suspende as atividades do terminal público de álcool do porto de Paranaguá.

Acontecem fatos, erros administrativos no porto que trazem prejuízo para a sociedade. Vimos os grandes jornais da capital do estado noticiando as providências que o estado tem que tomar. Além de se adaptar à legislação ambiental, precisa ainda alocar mais de 400 famílias que estão morando ao redor do terminal público de álcool. É um perigo iminente que está instalado no porto de Paranaguá. Antes de construir um terminal desse, a APPA deveria ter feito um levantamento se era um local próprio. Não só essa questão, mas as outras barbaridades que acontecem em Paranaguá.

O Deputado Artagão levantou, com muita propriedade, como Presidente da Comissão de Fiscalização desta Casa, é necessário sim ir lá verificar quais os erros que aconteceram, o que culminou com a suspensão. Alguma coisa aconteceu! Nenhum Magistrado iria suspender a atividade do terminal público de álcool no porto de Paranaguá se não estivesse embasado na legislação. Quem foi o responsável? Quem não seguiu as orientações técnicas?

Precisamos verificar *in loco* o que está acontecendo. O Juiz Federal, no último dia 19, publicado com data de hoje, diz respeito à licitação da dragagem do Canal da Galheta. Também foi denunciado por nós Parlamentares. O calado é de 14 metros, hoje está reduzido a 11,30. Baixou 2,70 o calado do Canal de Galheta. Com o tempo se formou uma curva.

O Deputado Valdir Rossoni, que era o Líder da Oposição, entrou com uma ação popular e pediu a liminar. Não foi concedida a liminar. Entrou com uma ação cautelar e essa foi concedida, agora, na semana passada, no dia 19, e publicada como dia de hoje, dando prazo ao Governo do Estado para que em 10 dias responda para o Juiz se as medidas que foram solicitadas por meio dessa ação popular, assinada pela Liderança da Oposição, Deputado Valdir Rossoni, se elas foram atendidas ou não.

Não venham dizer que os Deputados de Oposição estão contra a licitação do Canal da Galheta sobre a dra-

gagem. Não! Desde 2003, estamos em 2008, há cinco anos estamos questionando isso. Há cinco anos o porto de Paranaguá está em perigo. Estava conversando, antes da Sessão, com o Deputado Valdir Rossoni e outras pessoas, quando falamos ainda: “Olha, um verdadeiro milagre está estabelecido no porto de Paranaguá.” Qual é o milagre? O milagre de não ter encalhado nenhum navio ainda, porque a largura do canal é 200 metros ou 300 metros e está reduzida a 90 metro, ainda com a curva. Então, querem fazer uma licitação agora, mas sem respeitar a legislação ambiental!

Passa a usar o horário da Liderança do DEM

O que nós queremos é que seja seguida rigorosamente a legislação ambiental, toda legislação que requer para que um porto possa funcionar efetivamente à altura e que nenhuma empresa seja prejudicada.

O Sr. Artagão Júnior (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Obrigado, Deputado Elio Rusch. V. Exa. coloca muito bem a preocupação que temos com as questões de interesse do povo do Paraná. Afinal de contas, somos representantes desses.

Essa questão da dragagem é também emblemática. V. Exa. coloca bem. Há tempo, existe uma preocupação desta Casa, de V. Exa. e de mais alguns Parlamentares nesse sentido. Acho que temos que trabalhar em cima dessa vertente também. É importante identificar quais os interesses que promovem essas dificuldades, por que esse eventual prejuízo, por que não fazer a licitação, por que fazê-la dessa forma ou daquela outra. É importante sim. V. Exa. não faz parte da Comissão de Fiscalização, mas como Parlamentar tem o direito de estar conosco, de manifestar sua opinião, a qualquer momento, em qualquer interesse. Nós colocamos a Comissão à disposição para quaisquer interesses deste Parlamento, desta Casa de Leis, desse Deputado, que venha ao encontro do interesse do povo do Paraná.

Reitero este convite a V. Exa. para que trabalhemos juntos, quem sabe. Não só nessa questão do terminal público de álcool e dos demais terminais de exportação, que foram suspensas as licenças, mas também trabalharmos no sentido de resolver todos os eventuais problemas que lá existirem, porque esse também é o nosso trabalho.

Parabéns a V. Exa. pela sua preocupação!

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Permite um aparte, Exa.?

(Assentimento)

Deputado Elio Rusch, não sou alcoólatra, graças a Deus. O único álcool que uso é para a minha Parati. Apenas para poder clarear, porque realmente não entendo essa parte de grandes comércios: qual era o valor do

álcool para exploração antes desse terminal? Só para saber se ele aumentou, diminuiu de preço. V. Exa., por acaso, tem esse dado ou não? Só para poder nos ilustrar.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Não sei, Deputado Belinati, com toda honestidade. Ele não operou muito tempo e não sei quais os valores efetivamente cobrados hoje. Não sei, mas tudo isso será objeto de uma verificação, quer dizer, uma fiscalização da própria Comissão de Fiscalização.

Eu aceito, Deputado Artagão, com muito prazer, o convite que V. Exa. faz à nossa pessoa. Prazerosamente, podemos acompanhar essa Comissão lá no porto de Paranaguá para verificar *in loco* aquilo que efetivamente esteja acontecendo.

Deputado Belinati, fechando o terminal público e permanecendo o privado aberto, com toda certeza, os preços praticados serão bem outros.

Então, qual é o interesse e qual é o objetivo? E nós como Parlamentares que representamos a sociedade do Paraná, temos que ter a consciência disso e, já disse antes, somos responsáveis para que o estado vá bem, não queremos o mal do estado, não pelo fato de sermos Oposição. “Ah, a Oposição só faz as críticas”. Mas, são críticas construtivas, como em inúmeras vezes levantamos, aqui, da tribuna, denunciemos as possíveis irregularidades no Governo do Estado e o próprio Governo deu ouvidos para a Oposição e mandou cancelar, suspender. Um dos fatos mais recentes foi o da COPEL, que era o caso do cadastramento dos agricultores que estivessem na tarifa rural ou não, o que era um absurdo o que a COPEL estava fazendo. Denunciamos aqui e na mesma noite, o Governador suspendeu.

Gostaria de ler para os Srs. Deputados, uma parte do despacho do Juiz em relação à suspensão da licitação da dragagem do Canal da Galheta: “Ante ao exposto, defiro parcialmente a antecipação dos efeitos da tutela recursal para o fim de determinar a suspensão do processo licitatório discutido até que a APPA apresente resposta significativa quanto à comissões e aos aspectos técnicos inadequados, aventados pelo autor popular, possibilitando ao juízo monocrático a reapreciação do pedido liminar vinculado na origem”. Então, esse pedido, através da ação popular, foi proposto pelo Deputado Valdir Rossoni.

Então, conseguimos, através da medida cautelar, fazer com que fosse suspenso e que o Governo do Estado informasse agora ao juízo se todas as medidas foram preenchidas ou não foram preenchidas. O que queremos é que o porto funcione efetivamente. E, aliás, por falar em porto, aonde anda o Eduardo? Ele é o Secretário, não é o Secretário? Temos um Superintendente no porto em Paranaguá? Esperamos que as coisas funcionem, porque o Paraná precisa funcionar. Precisamos do porto de Paranaguá funcionando da melhor forma possível.

Se não bastassem todas as resoluções que já foram baixadas pelas entidades que operam e fiscali-

zam o porto de Paranaguá, quer dizer, os navios com mais de 200 metros não podem atracar a noite por causa da curva que já existe no Canal da Galheta. Quer dizer, tudo isso preocupa a quem? A todas as pessoas, aos exportadores e as pessoas que são importadoras também. Agradeço à Sra. Presidente, aos Srs. Deputados, pelo fato de me ouvirem, ao menos, nessa questão do porto de Paranaguá, que é uma questão que preocupa, sim, e é preocupante a dragagem, como a iluminação, tudo isso que envolve a parte administrativa da APPA de Paranaguá, como também é preocupante a questão do terminal público de álcool que foi suspenso agora, através de uma ação da Justiça Federal, quer dizer, não é nem da Oposição foi a Justiça Federal.

Para concluir, quero dizer aqui aos Srs. Parlamentares e para a sociedade do Paraná que essa ação não é da Oposição, mas a Oposição tem levantado essas questões em relação ao terminal público de álcool desde o ano passado. Como o Governo não dá ouvidos muitas vezes à Oposição ou a quem faz a denúncia, alerta o Governo, alerta a Administração do porto para que não se chegue a esse momento, mas infelizmente temos mais esse impasse, tanto do terminal público, como também da licitação do Canal da Galheta na dragagem, para que os navios possam atracar tranquilamente no nosso porto.

Obrigado.

Grande Expediente:

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Grande Expediente: com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sra. Presidente, Deputada Cida Borghetti, Sras. e Srs. Deputados.

Não vou falar sobre o porto de Paranaguá, Deputado Artagão, V. Exa. tem razão, a quem interessa fechar o terminal público de combustíveis, de álcool, especificamente, de Paranaguá. Percebo que esta cidade tem interesses muitos estranhos. Diria que certamente essa decisão judicial não se sustenta, porque ela indiscutivelmente é despropositada. As mesmas razões impediram de ter o funcionamento regulado no terminal público de álcool, teria a empresa Catalini que opera um terminal de inflamáveis em Paranaguá.

Entendo que tanto o Ministério Público Federal, quanto a Justiça Federal, têm que fundamentar bem esta decisão e explicar porque um não pode funcionar e o outro pode. Sei que foi uma luta grande, para que o terminal público funcionasse. Certamente haverá de ter uma boa explicação da Justiça Federal.

Quem leu a Folha de São Paulo nesse final de semana ficou horrorizado, de ver o que tem por trás do

funcionamento, dos interesses, da Justiça Federal, em São Paulo. Entendo que a Justiça é formada por homens e mulheres, na sua média, pessoas preparadas, honradas, de reputação ilibada. Mas muitas vezes temos que ver o que tem por trás, porque às vezes a boa intenção do Juiz ou da Juíza, tem alguém que procura manipular uma determinada situação. Mas, funciona no nosso país, na nossa Justiça, um princípio constitucional, embora ele não esteja escrito na Constituição, do duplo grau de jurisdição. Toda decisão judicial está sempre sujeita a ser revista por um Tribunal Superior.

É claro, o porto de Paranaguá, a APPA fará necessariamente um recurso e, indiscutivelmente, não tenho dúvida de que em um segundo grau de jurisdição do TRF-4 de Porto Alegre, essa decisão será reformulada. A quem interessa fechar o terminal público? Eu gostaria de ouvir essa resposta, Deputado Belinati, porque V. Exa. é muito bom para ouvir e para falar também. Dentro daquela linha da “Escola Belinatiana” de Comunicação, hoje ouvi V. Exa, falando aqui.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Concede-me um parte?

(Assentimento)

Nobre Deputado Romanelli, por quem tenho o maior respeito e admiração, V. Exa. que é londrinense da nata, da gema, vibrei junto com V. Exa. com euforia. Foi um dos momentos de grande alegria de V. Exa., quando falava do pedágio de Jacarezinho. V. Exa. comemorava e eu peguei uma carona e fui festejar junto a decisão do Presidente do STJ, fechando em definitivo a praça de praça de pedágio de Jacarezinho. Tem aquilo que ouvimos desde criança: “alegria de palhaço é ver o circo pegar fogo”. Não pode ter o pedágio aqui, aí colocaram o pedágio logo ali, a poucos metros dali.

Mais uma vez reafirmar que V. Exa. foi um grande batalhador para extinguir esse pedágio de Jacarezinho, pois não estava nem em campanha eleitoral. V. Exa. ocupou várias vezes a tribuna para falar da inconveniência desse pedágio. Vi no semblante de V. Exa. uma grande alegria e sinceridade na celebração do fim do pedágio de Jacarezinho. De repente a concessionária, em uma verdadeira provocação, fez o povo de Cambará, de Jacarezinho, de toda aquela região, infelizmente, de palhaço. Não se pode brincar com o povo. Mas de qualquer maneira acho que V. Exa. está de parabéns por essa luta contra aquele pedágio, e quero crer também quanto a esse pedágio que apenas mudou de endereço.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Obrigado. Deputado Belinati. Quero dizer a V. Exa., de novo a Econorte está desrespeitando uma decisão judicial, porque o Juiz Federal de Jacarezinho proibiu de se instalar na divisa de Andirá com Cambará. Está proibido, mas a Econorte, é claro, quer faturar, ganhar dinheiro, não bastasse todo o dinheiro que já ganharam

nesses 10 anos de cobrança abusiva. Querem mais ainda, querem ajuste de 10% na tarifa do pedágio.

Quero dizer o seguinte: por favor, os mesmos Juízes Federais que julgaram e fecharam o terminal público de álcool em Paranaguá, também podiam impedir o novo reajuste exigindo a prestação de contas. Há uma teoria no Direito, na imprevisão, as tarifas já subiram muito mais do que deveriam e o povo não suporta mais pagar essa conta, Deputado Belinati. E nós, infelizmente, estamos vendo mais uma vez, já contrataram os melhores advogados. V. Exa. sabe, tenho visto a sua luta para continuar exercendo o direito de ser Prefeito eleito e tomar posse no dia 1º de janeiro. V. Exa. não pode, não teve dinheiro para contratar um advogado que eles contrataram, um dos maiores advogados do país, que entrou com recurso na sexta-feira, no Supremo Tribunal Federal. A Econorte contratou Arnold Wald, que é um dos maiores advogados deste país. Certamente deve custar o preço de uma mesma receita mensal lá, porque é muito dinheiro de honorário. Mas, como aquele pedágio dá 5 milhões e meio de receita por mês, claro, estão desesperados em perder um faturamento deste tamanho. Seguramente é um dos mais caros advogados do país, que apelou para o Supremo Tribunal Federal. Como se princípio constitucional houvesse a ser argüido. Mas, que apelaram, apelaram, para tentar manter a praça de pedágio de Jacarezinho funcionando.

Queria dizer ainda ao Deputado Péricles e demais Deputados que criassem uma Frente Parlamentar de apoio à administração do Governador Região na área da Educação. Se há uma coisa que este Governo fez foi beneficiar a área da Educação. Fizemos um grande esforço. O Governo tem feito esforço, tanto no âmbito administrativo, quando no aspecto financeiro, quanto na construção de uma carreira, tanto para os docentes de ensino superior, a readequação da carreira, o Plano de Cargos e Salários dos servidores da área de Educação, antigo sonho e que agora estamos conseguindo realizar. Os reajustes salariais para os professores de rede estadual de ensino.

E infelizmente, por conta de uma politização de um tema que envolve o piso nacional de salário, como V. Exa. eu também sou favorável.

Mas, Deputado Belinati, quero dizer a V.Exa., a Lei nº 11738 trata justamente de como vai ser implantado esse piso nacional de salário. O nosso estado, nem de longe está próximo de ter valores salariais do piso nacional de salário. Inclusive, no parágrafo 2º do artigo 3º diz que até 31 de dezembro de 2009, admitir-se-á que o piso salarial profissional nacional compreenda as vantagens pecuniárias, pagas a qualquer título nos casos que a aplicação no disposto desse artigo resulte em valor inferior ao que trata do artigo 2º dessa lei, sendo resguardadas as vantagens daqueles que percebem valores acima do referido nessa lei.

Por que eu digo isso? Porque a lei estabelece, primeiro a progressividade da implantação do piso, 2/3 no

ano de 2009, a partir de janeiro de 2009, integralizando este valor até janeiro de 2010 - no valor de quanto? De R\$ 950. Infelizmente a lei federal não tem um critério objetivo hoje de reajuste, vai se dar, na verdade, a partir de uma construção da própria lei - não há um indexador aqui - o indexador é feito a partir de uma série de medidas aqui.

Mas, o fato concreto é o seguinte - o estado do Paraná está muito, mas muito a frente na questão da hora atividade - o estado do Paraná já tem 20% de hora atividade. Um professor hoje da rede pública estadual que tenha, por exemplo, ente 15 e 20 anos de serviço, que tenha mais de 15 anos de serviço, ele está ganhando, Pastor Praczyk, na faixa dos 3 mil e 800, R\$ 4 mil, para 40 horas. Ele recebe 40 horas, tem 32 horas de sala de aula e 8h de hora atividade hoje. Esse modelo pode ser progressivo. Podemos tratar com 25% de hora atividade, até alcançar os 33% de hora atividade. Esse é um processo de construção de uma política estadual de educação, até porque há muitas diferenças e há municípios que certamente não terão condições de pagar esse salário. Não tenho dúvida disso. Uma grande parte de municípios paranaenses, terão grande dificuldades para poder pagar piso salarial de salários.

Agora, o nosso Governo, o Governo Requião está muito acima do piso e qualquer critério que se vá identificar, tanto que o Governador enviou um projeto de lei a Assembléia de 1 mil e 392 de piso mínimo que certamente garantirá absolutamente a todos, ou seja, de qualquer circunstância, um piso superior em relação ao estado do Paraná ou de qualquer outro estado da federação. Vamos ter por piso, por salário profissional no mínimo o maior do Brasil.

O Sr. Péricles de Mello (PT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Romanelli, veja eu, na verdade, já faço parte da Frente Parlamentar que apóia o Governo do Estado, o senhor sabe disto.

Agora, a Frente Parlamentar em defesa do piso é uma coisa que vai muito além do Governo do Estado. O senhor mesmo disse, o piso do magistério, além de R\$ 950, implica numa preparação, uma carga horária de 33%, a carga horária do padrão de aulas dos professores, e não são só os professores estaduais, são todos os professores do município do Paraná, tanto que a nossa Frente Parlamentar já segue orientação da Frente Parlamentar da Câmara Federal, Congresso Nacional, e vamos percorrer todos os municípios, chamar sindicatos, professores municipais, servidores, porque estamos lutando para sensibilizar o Poder Judiciário, para que entenda como constitucional o projeto de lei que institui o piso, e para mobilizar a sociedade paranaense e brasileira, e todos os municípios do Paraná a favor dessa conquista. Esta é uma conquista histórica da educação brasileira.

Só isso.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agradeço, Deputado Pércles, só quero dizer, como V. Exa. integra a base do Governo, Líder do Partido dos Trabalhadores, V. Exa. sabe o quanto o Governador Requião trata da questão da Educação e nós temos a responsabilidade. Tenho feito isso, na condição de Líder do Governo, de fazer a interlocução com a APP-Sindicato, especialmente porque é a entidade mais representativa que temos no estado, ou seja, mobilizadora.

Primeiro, tínhamos com o professor Lemos que era o Presidente, agora a Marlei que é a nova Presidente, a professora Marlei, que preside, e ao mesmo tempo o seguinte, manter de forma permanente um diálogo, mas reconhecer, não deixar, não é o seu caso, mas não deixar que a demagogia possa querer prevalecer nesta discussão. Vamos tentar tratar do tema como tem que ser tratado, com a responsabilidade, nós que integramos a base do Governo, cuidamos e gostamos da Educação, sabemos o quanto é importante para o nosso estado os avanços e conquistas que tivemos.

Por último, Sr. Presidente, apenas dizer que eu queria amanhã poder falar e passar a todos os Parlamentares que não estiveram lá na cidade de Maringá, esse estudo que a Associação Comercial e Industrial de Maringá e a Universidade Estadual de Maringá fizeram sobre o Anteprojeto de Lei nº 402/08.

Olha Deputado Rossoni, V. Exa. que tem discutido a reforma tributária, não pôde estar em Maringá, mas quero dizer que V. Exa. perdeu uma grande oportunidade, porque na medida que foi feito um trabalho com base na pesquisa do orçamento familiar do IBGE, com ênfase no consumo dos produtos por classe e renda, esses modelos chamados modelos de equilíbrio geral computado do Grupo Nereus da USP, eles levam de fato a uma demonstração em relação ao ganho que as famílias de assalariados do Paraná, dos 2 milhões 938 mil grupos de famílias que temos no estado do Paraná, terão com a aprovação por esta Casa da nossa minirreforma tributária.

Indiscutivelmente, o trabalho feito é um belíssimo trabalho. Aliás Sr. Presidente, penso que gostaria de incluir no site da Assembléia, eu trouxe, tomei o cuidado, a cautela de colocar no meu pen drive a apresentação feita pelo Presidente Adilson Emir Santos que foi, na minha avaliação, muito interessante o trabalho feito pelo Departamento de Economia da UEM, pelo professor Dr. Joilson Dias.

Deputado Rossoni, V. Exa. que é professor de matemática vai ver os números aqui, os fundamentos da reforma do ICMS, o quanto as famílias dos paranaenses ganham. Por isso, entendo que esta Casa deveria fazer uma discussão, mas ao mesmo tempo, Sr. Presidente, gostaria de colocar no site da Assembléia, pela importância que esse estudo tem para subsidiar todos os Parlamentares que tenham dúvidas ainda em relação aos grandes benefícios.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputados, Deputadas e Deputada Cida, agradecemos muito, a Assem-

bléia Legislativa agradece muito a sua gentileza a senhora foi uma grande anfitriã nossa na cidade de Maringá, não só pelos momentos que pôde nos acompanhar, mas pela gentileza e sempre é muito bom estar em Maringá, que cidade bela, que povo acolhedor e ainda mais ciceroneados por V. Exa. que recebeu a todos os Parlamentares que lá foram. Nós tivemos, sem dúvida nenhuma, momentos, claro, de muito trabalho, de muita discussão, mas também momentos muito agradáveis na cidade de Maringá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito no Grande Expediente, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O que nos traz a tribuna hoje, é um assunto vergonhoso para o estado do Paraná. Deputado Romanelli, V. Exa. deveria prestar atenção nessas palavras simples que passo a comentar a partir de agora. Quando é que o Governador Roberto Requião vai criar vergonha, respeito e vai cuidar do IML do Paraná? Quando é que ele vai criar? O dia que morrer alguém da família dele? Que Deus permita que isso nunca ocorra. Ou vai precisar morrer alguns daqueles cavalos lá no Canguiri para serem necropsiados lá em Ponta Grossa para daí se tomar uma providência. O IML do Paraná é a maior vergonha de uma instituição pública deste estado. O lugar mais triste de uma cidade é o IML. Não existe lugar mais triste que o IML. O cemitério já é até ponto de turismo hoje. Tem lugares, por exemplo, na Argentina cemitério é ponto de turismo. Em grande cidades se vai fazer turismo no cemitério, já tem até projetos para conhecer as figuras que estão enterradas nos cemitérios. É um lugar de lembranças e da história de uma cidade. Agora, Instituto Médio Legal é lugar de tristeza, é lugar onde um pai de família recebe a notícia de que alguém lá está, morto, e precisa ir lá identificar e fazer os preparativos para fazer o velório e o enterro.

A Gazeta do Povo hoje traz duas matérias. Duas páginas, 32 mortes e caos no IML. Será que tem algum trambique de alguém? Alguém ganha dinheiro nesses IMLs? Tem algum trambique por parte de alguém? Só posso acreditar que tem trambique, sim, porque não se resolve. Olha o que diz a Gazeta do Povo de hoje, segunda-feira: “Corpo percorre 500 quilômetros para ser liberado”. Saiu lá de Telêmaco Borba, chegou em Ponta Grossa e o IML fechado. Que vergonha! Uma cidade pólo como Ponta Grossa e o IML está fechado, o médico está doente, o outro passou mal e o outro foi resolver problemas particulares. Aí o cidadão que teve o seu filho atropelado, que morreu às margens da rodovia, o corpo que entrou no IML por volta de 18h, foi liberado no outro

dia às 22h, para a família enterrar no terceiro dia. Os corpos tiveram que sair de Ponta Grossa no rabeção, jogados, o corpo é jogado naquele caixote e é trazido para Curitiba no atacado, porque o varejo não resolveu em Ponta Grossa. Então, vieram os corpos no atacado e ficaram aqui várias horas e já tem os preços daqui de Curitiba e região metropolitana que é uma vergonha também, mais o de Ponta Grossa. Imagina o que aconteceu nesse fim de semana? Eu perguntaria a quem está me assistindo, aos senhores e ao Governador, V. Exa. que às vezes não tem o que fazer no Palácio, fica ouvindo a TV Assembléia, ou gosta de ficar vendo a confusão aqui. Perguntaria a V. Exa. - não sei se está aí o Governador, ou se está passeando: Governador, e se morresse alguém chegado em V. Exa., o senhor deixaria um corpo ficar 10 horas, esticado lá no IML jogado num rabeção? Eu acho que não.

Agora, quando morre o Sr. José, lá do bairro, o fulano lá do bairro, o outro sicrano lá do bairro: "Ah, deixa lá, tem um prazo, tem que esperar seis horas para liberar o corpo". Tecnicamente libera o corpo em seis horas, é a lei. Tem até seis horas para liberar o corpo, porque tem que fazer exames.

Agora, o médico saiu aqui de Curitiba, foi lá em Ponta Grossa, ficou menos de meia hora no IML e liberou quatro corpos depois da confusão.

Dáí você liga lá, Presidente, porque quem o povo procura? Procura o Deputado, que encontra. Deputado Jocelito, o que fizemos? Você vai falar, o Deputado não manda nada. É esse tratamento que o Governador dá a nós, aos Deputados, que quando ele quer a votamos tudo que ele quer e mais um pouco. Esse é o tratamento que ele dá. Deputado não tem respeito. Você liga no IML para perguntar, por que o corpo está demorando. Não, Deputado não manda nada. Realmente, não manda nada, Deputado só serve aqui para os interesses do Governo, quando o Governo tem interesse. Deputado só serve aqui, para fazer CPI laranja, como V. Exa. fez e que não anda nesta Casa, para cobrir alguma sujeira que tem e que deve ser desse Governo, também. Deve ser, só posso pensar isso. Cinco CPIs laranjas. "Laranjes" total. Aí serve o Deputado. O Deputado serve aos interesses de S. Exa. o eminente Governador que está a seis anos no comando e não cuida de um IML.

A família liga para a gente: O que fazemos Deputado? "O pai está morto jogado lá e nós fazemos o quê? O pai está lá jogado, está esperando. Estamos aqui esperando a hora de liberar o corpo do nosso pai, quando é que vão liberar?"

É a melhor Polícia do Paraná. A polícia científica, técnica, está lá, os funcionários muitas vezes não tem culpa, são tão poucos. Era hora de fechar esse cabide de emprego que tem o Paraná. Dispensar um pouco esses apadrinhados e colocar os estagiários, pelo menos no IML de Ponta Grossa, que está uma vergonha. Um corpo ficar lá quase dois dias, para ser liberado. A família chorando na porta do IML. A família chorando lá, o pai está

morto vítima de um acidente. O senhor, Governador, brincando com o sentimento do povo. O senhor está brincando com o sentimento de pessoas que votaram no senhor. E o senhor desautoriza, quando um Deputado vai lá saber. O senhor manda o seu Secretário dizer que Deputado não manda nada. Não mandamos nada. Servimos aqui para aprovar coisas que lhe interessa. Agora aumento. Esse aumento, vai aprovar tudo que ele quiser. Eu aposto o que quiser. Essas reuniões são, só, para passar tempo. Vai aprovar como ele quiser, barba, bigode e sobremesa juntos. Está marcado isso.

Para que serve Deputado? Deputado não serve nem para dar um telefonema no IML, para saber se vai liberar o corpo ou não. Não adianta. Deputado não pode pedir informação, que é negado. Deputado não pode perguntar mais nada. Deputado serve aqui para dar título de Cidadão. Tanto é que estou fazendo um em homenagem a S. Exa. Não serve para mais nada. É o desabafo do povo, senhores! Um Governo que não cuida do Instituto Médico Legal! Corpos ficam parados lá, pessoas chorando, sofrendo. Ouvi alguém dizer: "É, mas é um bandido!" Mas, bandido também tem mãe. Bandido também tem pai. E muitas vezes a mãe não tem culpa. O pai não tem culpa. Mas, a mãe e o pai têm sentimentos, têm coração. Não interessa quem é. Tem que parar com esta brincadeira no Instituto Médico Legal do Paraná. Não é só Ponta Grossa. É Curitiba. E acho que todo o Paraná está assim.

Há quanto tempo falamos disso? Há quanto estamos aqui a reclamar? Quatro, cinco anos e a brincadeira continua. Eu só acho que deve ter algum trambique muito grande por trás disto, que não se resolve o negócio do IML. Só posso acreditar nisso, porque, olha, um corpo andar 500 quilômetros, como diz a Gazeta do Povo, daqui 500 quilômetros, os parentes de Jéferson de Souza esperaram no IML, desde as 19h de sábado a liberação do corpo, às 17h30 do outro dia! Bacana, não é?

Queria perguntar aos senhores que estão em casa, assistindo, aos Deputados, à imprensa, queria perguntar: se fosse o pai de vocês, vocês concordariam em ficar quase 24 horas esperando para tirar o pai de lá e enterrar? O filho, o irmão? Alguém ficaria? Não. Mas, nós continuamos da mesma forma, sofrendo.

Falta gente, tem gente para cuidar dos cavalos do Governador lá no Canguiri, tem sim! Tem policial militar cuidando de cavalo e não tem homens para cuidar do IML de Ponta Grossa, do sentimento das pessoas! Para cavalo tem! Para ser humano, não tem!

Esta é a vergonha pela qual estamos passando. Policial Militar está lá, limpando merda de cavalo, limpando tudo o que tem direito e as famílias sofrendo. Sei que tem alguns que não gostam quando falo neste linguajar. Mas, é o linguajar do povo. É o linguajar do sofrimento de uma família. É o linguajar de um Deputado de "saco cheio" até com esta Casa. Com tudo! De "saco cheio" com tudo o que tem acontecido. Desta falta de respeito, deste Governo que só usa os Deputados! Só usa! E

que alguns companheiros daqui nos fazem, às vezes, agüentar este tipo de coisa!

Agora, chega de ver sofrimento! Chega, senhores! Chega de ver pessoas sofrerem. Chega de ver pai ficar 15 horas esperando para liberar um corpo. Isto, Governador, é incompetência sua! Porque quando o senhor quer, o senhor resolve. Agora, quando o senhor não quer, o senhor não resolve. O senhor faz de conta que não vê. E os seus assessores brincam com os sentimentos das famílias! E este IML, ou se resolve de uma vez, ou fecha de uma vez, e acaba com este IML no Paraná, não tem mais IML. Enterra como antigamente, no fundo do quintal. Acabou! Faz isso! Porque não adianta!

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Reservei o horário do PPS para falar justamente desse assunto, e toda vez que falo sobre Segurança Pública aqui no plenário da Assembléia Legislativa, eu me exalto e me revolto, assim como V. Exa. está se revoltando nesta tarde, sendo que muitas vezes recebo até e-mails e algumas pessoas me falam: “Marcelo, mas você foi um pouco ríspido com esse Governador, você se exaltou demais, você foi áspero demais para falar sobre Segurança Pública”. Então, hoje eu iria me ponderar um pouco mais, mas acho que não devemos fazer isso aqui na Assembléia, mas temos, sim, é que desabafar, como V. Exa. está fazendo. Também quero desabafar, porque é uma vergonha o que está acontecendo com o IML. É ridículo o que o Sr. Governador está fazendo com o Instituto Médico Legal do Estado do Paraná!

Deputado Jocelito, o Primeiro requerimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em 2007, no dia 5 de março de 2007, o primeiro requerimento feito na Assembléia Legislativa o assunto era o IML de Ponta Grossa, que atende quase 390 municípios da região dos Campos Gerais. Quantos requerimentos nós encaminhamos! Quantas vezes fui à tribuna, junto com V. Exa. e outros Deputados da região dos Campos Gerais, para falar da vergonha que se encontra o Instituto Médico Legal, que não tinha nem microscópio.

Agora eu gostaria que o senhor, que está nos acompanhando neste momento, se colocasse na situação do Sr. Aroldo, pai desse rapaz que faleceu lá no Santa Paula, que passou 24 horas para ver o corpo do seu filho ser liberado - tiveram que encaminhar para Curitiba e aqui no IML de Curitiba também há problemas. Vou fazer uma vistoria no Instituto Médico Legal de Curitiba, porque não é só em Ponta Grossa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

V. Exa. não vai entrar lá.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Quero ver se vão me barrar, porque temos prerrogativas e somos fiscais.

Deputado Jocelito recebemos uma crítica, os quatro Deputados de Ponta Grossa receberam críticas nos

jornais da região justamente por causa desse Instituto Médico Legal, por incompetência do Sr. Governador Roberto Requião. Nós fizemos a nossa parte e o que não está sendo feito é o respeito do Poder Executivo para com esta Casa e isso tem que mudar, isso precisa mudar. Precisamos levantar a voz, sim. Estou falando isso há muito tempo, porque é um desrespeito para com a população do Paraná e quero falar mais, pois no horário do PPS vou falar sobre os educandários, tanto em Ponta Grossa como aqui em Curitiba, que o Educandário São Francisco é considerado “a casa da morte” e é uma tragédia anunciada. Estamos anunciando uma grande tragédia que vai acontecer no Educandário São Francisco, “a casa da morte”.

E os presídios, Deputado Jocelito! Como estão os presídios da nossa região? São painéis de pressão! E estamos aqui falando para quem? Para as paredes! Cadê o Palácio? O Palácio não se pronuncia. Da Secretaria da Segurança, o Segurança veio aqui e prometeu soldo melhor para os policiais. Trouxe um soldo melhor? Não trouxe.

Peço desculpas por fazer um aparte um pouco mais longo, mas acho que os Deputados de Ponta Grossa precisam falar, precisam falar algumas verdades com relação ao Poder Executivo e com relação ao Governador.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Obrigado, Deputado Marcelo Rangel! Só não vai ao IML, porque V. Exa. não entra. Carteirinha de Deputado não serve nem para entrar no aeroporto.

Mas isso fomos nós que fizemos, somos nós os responsáveis por isso. Quando damos poder à poucas pessoas, deixamos de ter o verdadeiro valor que temos. Hoje o Deputado, para pedir alguma: “Ah, é Deputado? Não tem valor”. Agora, dou uma sugestão: para poder resolver isso, tem que ir acompanhado por algum Deputado influente, porque nós do baixo clero não entramos em lugar nenhum.

Concedo um aparte ao Deputado Plauto.

O Sr. Plauto Miró (DEM)

Ouçó a sua indignação, que é o sentimento de todos aqueles que acompanham essa situação do IML na cidade de Ponta Grossa e em toda região dos Campos Gerais. Agora, se olharmos a história isso vem de longo tempo, faz bastante tempo que o IML como um todo não vem prestando um bom serviço, não está atendendo as necessidades da população do Paraná, é aqui em Curitiba, é em Ponta Grossa que nós vivemos os problemas que lá existem. Como tivemos há um ano atrás uma reunião que a Associação Médica fez através do Dr. Francisco B. que estava lá à frente como Presidente, para justamente discutir esta questão do IML que já não funcionava.

Então, é um problema sério, é uma questão de Governo, o Líder do Governo nesta Casa tem que somar-se aos problemas do IML para tentar resolver Deputado

Jocelito. Acredito que a sua indignação, o senhor esteve no palanque do atual Governador pedindo votos a ele, e no momento do senhor exercer a sua prerrogativa do seu mandato de cobrar um atendimento para as pessoas que lhe procuram porque o IML não vem funcionando, você tem a resposta do Governo que o senhor ajudou justamente aquela: “aqui Deputado não manda, aqui Deputado não entra”. É isso que nos deixa mais indignado ainda, e é uma questão, repito, de Governo, não só de Deputados da Oposição, como Deputados do Governo, para que alguma coisa venha a ser feito, um concurso público, novos profissionais para atender, um relógio ponto para aqueles que lá trabalham cumpram com o seu dever, porque do jeito que está quem está pagando é aquele que paga os impostos, que é o povo do estado do Paraná.

Obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Obrigado Deputado Plauto. O Deputado Plauto falou da questão política, não adianta nem falar de política, porque se nós falarmos de política daqui a pouco, vamos perder tempo, o negócio é resolver o problema do IML. Estamos aqui, A, B, C, partido é tudo a mesma coisa, um dia está aqui, um dia está ali, sei lá, vamos tentar resolver esse assunto, porque queremos parar de ver as pessoas sofrerem, o sofrimento das pessoas é muito grande mesmo. Governador que gasta tantos recursos em outras coisas, poderia cuidar do IML, porque só dá valor ao IML alguém que já foi liberar um corpo lá da sua família. Morreram quatro pessoas agora de uma família no Imbaú esse final de semana, quatro, imaginem para essa família da Fazenda Rio Grande saber que quatro pessoas morreram e pela manhã ainda estavam esperando para liberar o corpo. Dá dó.

Mas, espero que o Governo se sensibilize, esqueça as questões partidárias, deixe os cavalinhos de lado lá, Deputado Alexandre Curi, V. Exa., que é chegadíssimo ao Governador, diga para ele parar de gastar um pouco com os cavalos lá e cuidar do IML de Ponta Grossa, diga para ele cuidar um pouco do povo e esquecer os cavalos. Sei que cavalo desestressa ele, quando está bravo ele dá umas porradas no cavalo, mas tudo bem, deixa os cavalos para lá, vamos cuidar do povo, o povo merece. Cavalo é bom também, mas vamos cuidar do povo. E estamos governando com a Carta de Puebla, preferencialmente pelas pessoas, os cavalos em segundo plano, nada contra os animais, gosto muito dos animais, mas primeiro o povo.

O Sr. Edson Strapasson (PMDB)

V. Exa. concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Jocelito, quero cumprimentá-lo pela sua expressão de indignação, e certamente retrata o dia-a-dia de Deputados. Eu, particularmente sou solicitado várias vezes para tentar intervir no sentido de liberar o corpo que está lá 12, 15, até 20, 24 horas. E o que nos deixa

muito preocupado que essa questão do IML ela é muito antiga, houve tempo até que o IML deixava uma pessoa que foi atropelada, um acidente, cinco ou seis horas na rua como se fosse um cão morto. Isso é um desrespeito ao cidadão.

Creio que esta Casa deveria chamar o IML aqui e dar um prazo definitivo para liberação dos corpos, caso contrário, seremos diariamente solicitados e nos vemos imponentes, principalmente acompanhamos a dor e o sofrimento daqueles que têm seus familiares lá no IML.

Parabéns! Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Quero deixar claro que muitos funcionários não têm culpa. Falta gente, falta material e, principalmente, falta médico.

Por favor, Sr. Governador cuide do IML do Paraná! Cuide!

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Horário das Lideranças, PDT.

(Declina)

Bloco PPS/PMN, com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Acabei de receber a denúncia que, aqui em Curitiba, a situação do IML não é muito diferente não! Aqui é gravíssimo! O IML de Curitiba está sendo tocado por policiais militares.

Hoje eu usaria o horário do PPS para, justamente, falar a respeito do IML, mas a cobrança foi feita de maneira legítima na tarde de hoje.

Só reforço que já apresentamos inúmeros requerimentos. Foram dezenas de pronunciamentos. Estamos cobrando desde o ano passado. O primeiro requerimento da Assembléia Legislativa foi pedindo providências do IML, e até hoje nada. Nós perdemos a paciência. Não gostaria de ser ríspido. Gostaria, sim, de trazer boas notícias, trazer avanços para o nosso estado, parabenizar ações do nosso Governo. Mas, infelizmente, estou na tribuna, mais uma vez, para reclamar e para finalizar.

O Deputado Jocelito falou que um Deputado não pode entrar no IML. Eu vou lá no IML e também estarei visitando os educandários. Porque fiz estágio como estudante de Direito no Educandário de Santa Maria e conheço a realidade dos educandários. Sei que a situação não está nada boa.

Em Ponta Grossa, no educandário novo, inauguraram a menos de um ano, vocês sabiam que o centro de

sócio educação lá de Ponta Grossa recebe delinquentes do PCC? Delinquentes de alta periculosidade!

O educandário de Ponta Grossa tem problemas estruturais gravíssimos. Os portões elétricos já não funcionam, as câmeras não funcionam, as paredes estão com problemas de rachaduras, os funcionários trabalham com medo, porque poderá acontecer, a qualquer momento, uma tragédia.

Aqui em Curitiba tem um educandário chamado São Francisco. Srs. Deputados, policiais que estão me acompanhando pela televisão, quem conhece um pouco da situação dos educandários, sabe do que estou falando. A “casa da morte” aqui em Curitiba vai se tornar notícia nacional a qualquer momento, mais isso está mais explícito do que nunca. Os presídios estão completamente lotados. Eu falo sobre Segurança Pública, porque estamos passando por um momento de intranquilidade muito grande no estado do Paraná. Cobro do Secretário Delazari: Sr. Secretário, precisamos dar mais atenção à Segurança Pública, com mais investimento. Mas, o Secretário escuta as ordens do Sr. Governador Roberto Requião.

Os policiais civis estiveram aqui na semana passada. Eles estão insatisfeitos, fizeram uma manifestação pública importante e de coragem dos policiais, reivindicando o que estamos falando, há muito tempo, como Deputados. Meu Deus do céu, nós fomos eleitos! Cada um dos Deputados que estão aqui, neste plenário, representa milhares e milhares de cidadãos paranaenses. Pelo menos poderiam nos ouvir. Eu imagino isso. Pelo menos o Secretário poderia falar assim: “Espera aí, vou analisar o que o Deputado está falando!” Porque nós recebemos todas as reclamações populares. Os nossos e-mails, o e-mail que está lá embaixo na tela da TV SINAL recebe centenas e milhares de reclamações, de pedidos, até mesmo de elogios por alguns posicionamentos mais contundentes, mas é o nosso trabalho, nós somos fiscais.

Senhoras e senhores, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se o Poder Executivo que já nos dá as costas para as emendas no orçamento, as emendas que são extremamente importantes para o avanço do nosso estado, porque falamos em nome dos cidadãos paranaenses, o Governo já não colabora, não aprova as emendas, não nos dá atenção, se isso já não acontece, ainda quando pedimos informações, as informações são baradas aqui na Assembleia Legislativa. Muitas vezes, pedidos importantes não foram aceitos, informações que tínhamos que ter por direito.

Olha, sou um Deputado de primeiro mandato, aliás, nunca fui político, já entrei direto como Deputado Estadual, nem imaginava que iria me tornar um político, nunca passou pela minha cabeça que um Deputado Estadual, eleito com mais de 50 mil votos, iria chegar aqui e ter que pedir uma informação a respeito de gastos públicos, por exemplo, e o pedido ser negado. Não consigo imaginar uma situação como essa. Não consigo imaginar! É prerrogativa de qualquer Parlamentar, dos 54 Parlamentares!

Quando um Deputado lá de Apucarana, um Deputado de Foz do Iguaçu, um Deputado de Maringá, um Deputado de Londrina, quando ele fala sobre um problema regional, poxa vida, não depende do partido, se é da Situação, se é da Oposição, se é independente, não interessa, é Deputado, gente! É Deputado! Precisa ser ouvido, porque se não for ouvido, não tem razão de existir este Parlamento! O que estamos vendo nesta legislatura, nesta gestão, é isso, infelizmente. Então, preciso deixar aqui registrado.

Sr. Presidente, o Senhor que demonstrou, nesses dois primeiros anos, pulso firme, seriedade, transparência à frente da presidência, que recebe o meu apoio e o apoio do PPS também para continuar à frente da Mesa Executiva da Assembleia Legislativa, nesses dois próximos anos, eu, Deputado do PPS, Líder de uma bancada, apenas um parlamentar, apenas um Deputado dentre os 54, peço para que V. Exa. também cobre mais respeito por parte do Poder executivo à esta Casa de Leis, porque esta Casa merece.

O nosso povo, que está acompanhando o nosso trabalho aqui, o povo que assiste a TV SINAL todos os dias, à noite, ficam até altas horas da madrugada acompanhando o trabalho de cada Parlamentar, ele quer que essas ações, esses pronunciamentos se transformem em avanços. É isso que queremos.

Agora, se cobramos mais Segurança Pública, se cobramos mais efetivos para a Polícia Civil e para a Polícia Militar, porque temos problemas graves na área da Segurança, se cobramos mais atenção ao IML, mais respeito a cada cidadão, mais Saúde, cobramos as coisas mais básicas. Hoje conversamos, fizemos uma Audiência Pública importante a respeito da Educação com os professores, mas será que ninguém no palácio vai ouvir? Precisamos colocar lá a TV SINAL, no gabinete do Sr. Governador.

Era isso, Sr. Presidente, me perdoe o desabafo e a cada cidadão paranaense também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, no horário do PP, é o Deputado Ney Leprevost.

Liderança do PP: Deputado Ney Leprevost

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente Deputado Nelson Justus, Sras. e Srs. Deputados.

Vários assuntos me trazem à tribuna desta Casa Legislativa nesta segunda-feira, alguns deles mais comemorativos, outros um pouco mais preocupantes. Mas, vou começar pelas boas notícias. No último domingo, ontem, dia 23, aconteceu o 1º Encontro da Família Colatusso e a comemoração dos 130 anos de migração para a Colônia Rebouças. Os descendentes de Domingos Mateus Cola-

tusso reuniram-se ontem na Colônia Antônio Rebouças, em Campo Largo, terra do nosso Arcebispo Emérito Dom Pedro Fedalto, e comemoraram os 130 anos de migração das famílias italianas para essa agradável localidade na região metropolitana de Curitiba. Mais de 500 pessoas participaram da festa, que teve início com uma celebração presidida pelo Monsenhor Francisco Fabris. Além do almoço, regado com um bom vinho artesanal produzido pelos integrantes da família, muita música italiana. Além do caráter festivo, esse encontro teve também uma dimensão social, cada participante levou um quilo de alimento não perecível, que foi destinado à Associação Bibi Meirelles, uma casa feminina de recuperação de dependentes do álcool e das drogas, localizada na Rondinha, próximo de Campo Largo. Os participantes do encontro da família Colatusso, dos descendentes de Domingos Mateus Colatusso, que nasceu na Comuna de Farra di Soligo, província de Treviso, região do Vêneto, na Itália, já afirmaram que em 2009 acontecerá um novo encontro dessa família.

Portanto, as nossas congratulações a toda a comunidade da Colônia Antonio Rebouças, de Campo Largo, à família Colatusso. E no ano que vem esperamos participar dessa grande festa com a comunidade italiana da região metropolitana de Curitiba.

Uma outra questão que merece registro, Sr. Presidente, é que hoje é o Dia do Rio, dia que lamentavelmente tem muito pouco a ser comemorado para nós, os curitibanos.

Tenho em mãos uma matéria do Caderno de Cidades, do jornal O Estado do Paraná, de ontem, que diz que os altos índices de poluição resultantes do despejo de esgoto doméstico, ocupações irregulares, desmatamento e depósito de lixo, por conta desse cenário e desses fatos, os rios e afluentes que cortam Curitiba estão quase mortos. Apesar das diversas iniciativas para a recuperação de sua águas, o processo é lento e os poucos resultados são muito pontuais.

O trecho do rio Belém, entre o bairro Cachoeira e o Parque São Lourenço, em função de um trabalho concentrado no local, este sim começa a mostrar sinais de recuperação. Como mostram também sinais de estabilidade os rios Piraquara, Pequeno, Curralinho, Verde, Passaúna e Miringuava. Porém, os rios Atuba, Belém e Barigui estão extremamente poluídos.

A Prefeitura de Curitiba tem em seu Programa de Governo, para 2009, um grande projeto de despoluição dos rios chamados Viva Barigui. O trabalho de conscientização da comunidade, evidentemente, será fundamental para que seja possível ocorrer a despoluição dos rios da nossa cidade.

Temos que nos preocupar e nos atentar a questão da poluição ambiental, porque temos que ter a consciência de que todos nós, seres humanos, vivemos em uma aldeia global e que na medida em que se polui o rio, em que se destrói uma mata, em que se polui o ar, estamos destruindo o mundo em que viverão, ou que não viverão,

se as coisas continuarem assim, os nossos netos, bisnetos e descendentes.

O mundo em que viveram os nossos ancestrais era um mundo menos poluído e, conseqüentemente, um mundo com menos catástrofes ambientais.

As catástrofes que temos visto em diversos lugares e, agora mesmo, devido a fatores climáticos, grande parte do estado de Santa Catarina está sendo destruído por chuvas torrenciais. Tudo isso que acontece é originário do que o homem vem fazendo com a natureza.

Portanto precisamos começar um grande mutirão, para salvar os rios de Curitiba e do Paraná. Segundo técnicos da Universidade Federal do Paraná, que me apresentaram dados ainda não oficiais, inclusive, me mostraram fotografias, existem mais de 1 mil e 400 pontos de despejo de esgoto, na cidade de Curitiba.

Ora, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Deputada Rosane Ferreira, a senhora que é uma mulher preocupada com a ecologia e o meio ambiente, quando pagamos a nossa conta de água, estamos pegando no talonário também para a SANEPAR o tratamento de esgoto. Portanto, é inconcebível que a SANEPAR continue permitindo, que mais de 1 mil e 400 ligações de esgoto não estejam sendo feitas e esse esgoto esteja sendo atirado nos rios da nossa cidade de Curitiba. Nossa cidade, hoje, lamentavelmente, é considerada por alguns ambientalistas, esta Curitiba que no passado já foi a Capital Ecológica do Brasil, como quase um ilha cercada de rios de fezes.

Temos que salvar o rio Atuba, o rio Belém, os rios de Curitiba. E isso começa como? Como uma fiscalização rígida em relação a SANEPAR para que ela cumpra a sua função, que é cuidar do esgoto da nossa cidade.

Agora, a população também precisa fazer a sua parte. As pessoas não podem usar os rios como se fosse uma lata de lixo. Existem casos em que encontram pneus velhos, até fogões jogados dentro do rio. Temos que conscientizar as pessoas para que elas aprendam a importância dos rios e não transformem os rios da nossa cidade em latas de lixo. O futuro das próximas gerações dependem muito disso.

Tenho ainda vários outros assuntos, Presidente. Não sei se o Deputado Elio Rusch teria a benevolência de me conceder alguns minutos do horário da Oposição? Posso utilizar? Então, vou ceder um aparte ao Deputado Jocelito Canto.

Passa a usar o horário da Liderança da Oposição

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Parabéns Deputado Ney Leprevost por defender os rios. É preciso cuidar dos rios. É preciso que os Prefeitos cuidem dos rios, primeiramente os da capital. Como também os Governadores, cuidar dos rios. É aquela história, às vezes se faz um olho mágico, como foi feito no passado, que custou 50 milhões e deixou, às vezes, de inves-

tir num rio que poderia ser aquilo que V. Exa. gostaria que fosse neste momento.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Obrigado, Deputado Jocelito Canto.

Gostaria de comunicar que amanhã estaremos realizando uma Audiência Pública da Comissão de Saúde, solicitada pelo CCJ, será às 11h da manhã, na sala das comissões, para debater com a classe médica, um projeto de lei apresentado pelo nobre Deputado Jocelito Canto, em que ele propõe que os médicos tenham que oficializar na receita médica, o horário de início e de término da consulta que é feita aos pacientes através do SUS. Convido todos os Parlamentares que têm interesse nesta área da Saúde.

Sr. Presidente, graças à benevolência do Deputado Elio Rusch, este estimado Líder da Oposição nesta Casa, Parlamentar competente, extremamente atuante, tenho ainda alguns minutos e alguns assuntos rápidos aqui para abordar.

O primeiro é o seguinte: não farei nenhuma crítica ao Parlamentar, muito pelo contrário, mantenho com o Parlamentar um relacionamento cordial, amistoso, como procuro manter com todos. Sou daqueles que prefere manter sempre um relacionamento diplomático com as pessoas.

Mas, no dia 30 de outubro de 2007, esta Casa aprovou sem nenhum questionamento aqui no plenário, um voto de louvor de minha autoria, por unanimidade, ao Juiz Pedro Sanson Corat, Chefe Geral da Vara de Inquéritos Policiais. O Juiz foi criticado aqui no plenário, na semana passada, não vou entrar no mérito das críticas, até porque o Juiz não precisa de advogado, aliás já tem como seu advogado um dos melhores criminalistas do Brasil, que é o professor René Dotti. Mas, gostaria apenas de destacar que esse Juiz que foi tão criticado aqui na semana passada, neste final de semana que passou, recebeu uma série de homenagens e de moções de solidariedade vindas das mais respeitadas entidades, entre elas a Associação dos Magistrados do Paraná - AMAPAR, a Associação dos Delegados da Polícia Federal, a Associação dos Delegados da Polícia Civil, o Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná, o Programa de Proteção e Assistência às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas - PROVITA, a Associação dos Magistrados do Brasil, o Sindicato dos Delegados da Polícia Federal do Paraná, a Secretaria de Segurança Pública e a Secretaria Especial Antidrogas do município.

Por que o Magistrado Pedro Sanson Corat foi tão elogiado? Porque ele, como chefe da Vara de Inquéritos Policiais de Curitiba, tem atuado com destemor e perseverança no combate legal ao crime organizado, dentro dos limites normais da sua jurisdição e, inclusive, foi quem iniciou procedimentos importantes que resultaram na prisão do mega traficante colombiano, Juan Carlos Abadia. Também foi o Juiz Pedro Corat um dos Juízes

responsáveis pelas investigações que resultaram na prisão do Sr. Luiz Fernando da Costa, Deputado Jocelito Canto, que é o famoso criminoso, criminoso de altíssima periculosidade, Fernandinho Beira-mar, e também a prisão do mexicano Lucio Rueda Bustos, pertencente ao Cartel de Juarez.

Esse Juiz corajoso possibilitou para o Brasil a recuperação de ativos de aproximadamente R\$ 2 bilhões, que foram recuperados para o nosso país graças a atuação séria do Magistrado Pedro Sanson Corat.

Eu não me alongarei nos comentários sobre este assunto. Não estou aqui criticando o colega Parlamentar que fez um desabafo e deve ter seus motivos para fazer esse desabafo, mas estou aqui para enaltecer a figura de um Magistrado que já foi homenageado por esta Casa de Leis, foi homenageado pelo Poder Legislativo de diversos municípios do Paraná, em todas as comarcas por onde passou, e é uma pessoa que tem se destacado pelo combate ao crime organizado.

Portanto, devemos fazer justiça e enaltecer aqueles que levantam a bandeira do combate a violência e o combate ao crime.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Obrigado, Deputado Ney Leprevost. Quero apenas me somar ao seu pronunciamento, porque acredito, como V. Exa. bem o disse, nenhum Juiz precisa que se faça a defesa, muito menos o Dr. Corat, que se faça a defesa dele aqui neste Plenário.

Mas é bom lembrar, e V. Exa. o faz neste momento, as ações que já foram praticadas e acredito que é correto, como V. Exa. faz, de certa forma m desagravo ao Juiz Corat, porque me parece que o nosso papel aqui na Assembléia é fazer todo tipo de denúncia, todo tipo de fiscalização, mas em nenhum momento, e também não quero entrar no mérito do que foi feito, porque acho que deve ter suas razões, acho que em momento nenhum Deputado deveria usar a tribuna para fazer críticas pessoais sem que esta crítica fosse fundamentada, inclusive num processo anterior, porque críticas pessoais nos levam muitas vezes ao destempero, e o que é para ser um desabafo passa a ser um desaforo e esse desaforo pode até ter um preço, e que nesta Assembléia não tem tido e acho que não terá também, que é você passar do que é um pronunciamento normal, corriqueiro, para uma quebra de decoro parlamentar.

Então, acredito sim que temos uma responsabilidade com aquilo que falamos, e no momento que passamos a agredir as pessoas gratuitamente, isso tem um preço.

Parabéns pelo seu pronunciamento, e mais uma vez me somo a ele. Embora não conheça o Juiz, acho que nenhuma pessoa, em nenhum momento, nenhum cidadão pode ser agredido desta tribuna por qualquer motivo.

Obrigado, Deputado.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Obrigado pelo aparte, Deputado Tadeu Veneri.

Quero deixar claro e público, nesta tribuna, que sou contra qualquer grampo telefônico que seja feito de forma ilegal, ao arrepio da lei. A Constituição Federal Brasileira garante direito à privacidade, inclusive um Deputado só pode ter o seu sigilo quebrado com a autorização do órgão especial do Tribunal de Justiça. Mas ao que me consta até o momento não surgiu, e por conhecer o Magistrado, o seu caráter, a sua lisura, a sua seriedade, tenho certeza que não surgirá nenhuma informação de grampo que tenha sido autorizado sem estar exatamente dentro daquilo que a legislação prevê e sem solicitação do Ministério Público ou das autoridades policiais.

Portanto, temos que ter temperança, temos que ter bom senso, tem que ter serenidade quando tratamos deste assunto e devemos sempre externar aqui o nosso respeito pelo Poder Judiciário do Estado do Paraná, como o Presidente Nelson Justus, que preside esta Casa, como um verdadeiro Magistrado, sempre tem externado. Em um Poder ou outro podem existir algumas exceções que manchem a imagem deste Poder, mas tenho certeza que o Pedro Corat, não é uma exceção que mancha o Poder Judiciário. Pelo contrário, é um jovem de 38 anos, idealista, dedicado, trabalhador, que dignifica o Poder Judiciário do Paraná pela sua dedicação contra o crime organizado. Tenho certeza que todas as mães e pais que sofrem com os seus filhos como vítimas dessa doença do terceiro milênio, que é o tráfico de drogas, sentem-se gratas ao Juiz Pedro Corat por ter colocado na cadeia pessoas como o colombiano Abadia e tantos outros. Este é o momento de agradecer a esse Juiz e não atacá-lo!

Gostaria de me inscrever, desde já, para o encaminhamento do projeto que será votado daqui a pouco, de autoria do Deputado Caíto Quintana.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças, Bloco PSB/PRB/PV, com a palavra o Deputado Reni Pereira.

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje me dirijo especialmente ao Sr. Presidente que tenho certeza, se pudesse faria esse pronunciamento que faço agora.

Nós, Deputado Marcelo Rangel, participamos assim como alguns outros Deputados de todas as Audiências Públicas que essa Assembléia promoveu para discutir o tema reforma tributária, inclusive na sua cidade de Ponta Grossa. Seria um desrespeito muito grande desse Poder, não é do Deputado Nelson Justus, do Deputado Romanelli, do Deputado Elio Rusch, do Deputado Rossoni, do Deputado Reni Pereira, o desrespeito para aque-

las centenas de pessoas que se prepararam para ir ao encontro da Assembléia nas suas regionais.

Preparação dos dois jeitos, Deputado Douglas Fabrício, V. Exa. acompanhou, tanto em Cascavel quanto em Foz do Iguaçu quanto aqueles empresários, aqueles contabilistas se preparam para levar uma argumentação para a Assembléia Legislativa. Da mesma maneira na cidade de Maringá também aquele empresário, Presidente da Associação Comercial, se manifestando favoravelmente à mensagem do Governo levou argumentação. Então, até para que não fique dúvida que essa Assembléia está fazendo todo esse itinerário de Audiências Públicas e sequer vai levar em consideração eu quero passar essa certeza em nome dos Deputados que certamente estão acompanhando porque querem ver a argumentação e o resultado, realmente ainda não foi votado. Como se tinha certeza no ano passado, Deputado Elio Rusch, que aquele pacote com aumento do IPVA, com aumento do ITCMD, aumento das taxas do DETRAN, passaria e seria aprovado nesta Casa, já que o Governo naquela época tinha mais ainda Deputados integrantes da sua base, e o Governo recuou.

Quem garante que neste ano não teremos a mesma surpresa? Até porque o discurso, que principalmente os Deputados do nosso bloco independente, da Oposição tem feito desde o início não é um discurso pessoal, é um discurso baseado no equilíbrio. E o equilíbrio e a sensatez, que pautam a grande maioria dos Deputados nesta Casa é que tem que ser a imagem que passa. Por que falo isso? Por que na cidade de Maringá, tive a oportunidade de antes de ir a Audiência Pública, assistir a TV Assembléia. E realmente, Deputada Cida, a imagem que o telespectador tem desta Casa é dos Deputados que utilizam esta tribuna. O Deputado Ney Leprevost foi muito feliz agora pouco e o Deputado Tadeu Veneri, em fazer algumas considerações dizendo que: todo aquele Parlamentar que pauta a sua atuação com base numa vontade individual, ele está realmente podendo cair em erro e muitas vezes até em falta de decoro.

Então, queria dizer que assim como o Poder de Fiscalização não é individual de cada Parlamentar e deste Poder Legislativo, das Comissões. Também nenhum Deputado vai sozinho fazer com que a imagem desta Casa perante a população saia envaidecida ou rabiscada principalmente em respeito aquelas pessoas. Nunca fui na escolinha porque sei que o Poder Legislativo tem que garantir o respeito baseado na distância e no equilíbrio. Queria fazer essas considerações e dizer que esta Casa, sai enriquecida das Audiências Públicas e aquilo que foi falado será com certeza levado em conta.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Agradecê-lo primeiramente. Também, tenho participado das Audiências Públicas, acho que está sendo... Aliás, já manifestei outras vezes os parabéns ao Deputado Nelson Justus e ao Deputado Durval Amaral pela iniciativa. Já também, recebi o parabéns de várias pessoas

pela Assembléia estar indo ao encontro da opinião das pessoas para que possamos votar este projeto que na minha opinião não é bom projeto para a população do Paraná. Pode até ser bom para o Governo, mas não para a população. Vi ainda a pouco o Líder do Governo pedindo para colocar no site da Assembléia Legislativa a manifestação do relatório de um empresário que apresentou favoravelmente ao Governo.

Temos também que apresentar os relatórios daqueles que foram contrários ao Governo. Foz do Iguaçu, vi vários que se manifestaram, vi em Guarapuava, vi em Londrina. Ponta Grossa eu não fui, mas fiquei sabendo. Diz o Deputado Marcelo Rangel que em Ponta Grossa tiveram várias pessoas se manifestando contrárias. Conversei com técnicos do SEBRAE, não estou autorizado a falar o nome do SEBRAE e eles também não estão se manifestando, mas o micro e pequeno empresário não levam vantagem nenhuma com esse projeto. Ao contrário vai sofrer com esse projeto do Governo, porque os benefícios concedidos agora atingirão as grandes empresas. Por isso que vejo grandes empresários se manifestando. Aproveitando que V. Exa. recuperou, agradeço o aparte e dizer que foi um gol de placa essa atitude da Assembléia Legislativa ir ao encontro dos pequenos empresários, dos empresários, das pessoas para ouvir. Se tem Deputado, de repente, que acha que isso não vale para nada, pode não participar, mas tenho certeza que aqueles que estão participando vão ganhar com isso.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Com o aparte a Deputada Rosane Ferreira.

A Sra. Rosane Ferreira (PV)

Quero me somar ao seu pronunciamento, também estive em Foz do Iguaçu, em Cascavel, em Ponta Grossa, não pude estar em Londrina e Maringá e posso assegurar que são de grande valia para a Casa e par a sociedade as Audiências Públicas. Primeiro porque estamos fazendo democracia participativa, temos como exercício a democracia representativa onde ocupamos lugar nesta Casa, mas é muito importante a democracia participativa.

Para que eu caminhe para um posicionamento foi fundamental estar lá, ouvi o setor de farmácia, os setores de supermercados, mas quero colocar um adendo, ainda acho que faz falta estarmos com técnicos da área, Deputado Reni Pereira, a sugestão do Deputado Elton Welter em Sessões anteriores, onde pudéssemos ouvir rapidamente um corpo técnico isento, que não estivesse atrelado a esse ou àquele movimento político partidário. Seria interessante para nós.

Hoje, posso dizer para o senhor que tem uma tendência maior de votar favorável ao Governo, no sentido de ver a questão da transparência, posso dizer isso para o senhor, uma tendência maior, ainda não está definido o meu voto. Seria fundamental, para que eu votasse com conhecimento de causa, ouvir os técnicos da área.

Muito obrigada.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Obrigado, Deputada Rosane.

Gostaria de dizer que esse pronunciamento não é para ofender nenhum, Deputado, até porque temos que defender é esta Casa. Se necessário for, para defender este Poder, eu que de imediato, quando o Deputado Durval Amaral sugeriu essas Audiências Públicas, o apoiei. Acho que seria um desrespeito não só para com os Deputados que se deslocaram para outras regiões, não buscando voto, buscando participar e dar credibilidade à essas Audiências Públicas, não poderíamos deixar passar essa dúvida para a população do paraná, que assiste a TV Assembléia.

Gostaria, por último, de dizer, Sr. Deputado, que assim como o Deputado Tadeu Veneri falou, sempre que colocamos um conteúdo pessoal à frente de um mandato, podemos eventualmente insurgir e até adentrar num erro, que isso pode redundar até numa improbidade administrativa. Falo isso porque teria todos os motivos do mundo, disputei uma eleição e perdi, recentemente, protocolaram nesta Casa um leque de denúncias, inclusive com algumas provas, com relação ao Prefeito de Foz do Iguaçu, a um processo de licitação de transporte público. O que diz de imediato? Remeti à Comissão de Fiscalização e respondi à pessoa que protocolou nesta Casa que este Parlamentar não tem o poder de fiscalização de maneira individual, mas sim, esta Casa tem o poder de fiscalização e que a Comissão de Fiscalização, inclusive com base na Constituição do Estado, poderia levar a termo aquela denúncia e essa pessoa teria a resposta.

Acho que com equilíbrio tudo se alcança, inclusive aqueles objetivos de foro municipal, em qualquer município que os Parlamentares defendem nesta Casa.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 040/08, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, que tem por objetivo a extinção da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA, e a criação do Instituto Paranaense das Águas-IPAGUAS, entidade autárquica vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos-SEMA. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 041/08, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente encaminhando anteprojeto de lei objetivando instituir o Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas Globais, visando conscientizar e mobilizar a sociedade paranaense para a discussão

e tomada de posição sobre o fenômeno das mudanças climáticas globais. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 042/08, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente encaminhando anteprojeto de lei que objetiva autorizar o pagamento de auxílio-financeiro, a jovens, pela Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, como mecanismo concreto de participação social da juventude para o desenvolvimento de atividades educativas, socializadoras e de produção cultural junto a criança e adolescentes. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 043/08, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente encaminhando anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo, por meio do DER, a efetuar a cessão de uso de parte das instalações do Posto Fiscal João Elírio Lima Ribas Maia, construído em área de faixa de domínio de rodovia de propriedade do DER, com recursos da Coordenação da Receita do Estado, situado na rodovia BR-163, quilômetro 350, no município de Guaíra, à Polícia Rodoviária Federal, órgão vinculado, ao Ministério da Justiça, nos termos de convênio ou contrato a ser firmado entre os órgãos interessados. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 442/08, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, sugerindo à Sra. Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Governador do Estado, a destinação de um ônibus escolar para o município de Jardim Alegre. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 443/08, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Ivaiporã. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 444/08, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Goioxim. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 445/08, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Quedas do Iguaçu. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 446/08, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Anahy. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 447/08, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Lindoeste. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 448/08, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Diamante do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 449/08, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Santa Izabel d'Oeste. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 450/08, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Itapejara d'Oeste. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 451/08, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de São João. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 452/08, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Porto Barreiro. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 453/08, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Nova Laranjeiras. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 454/08, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Pinhal de São Bento. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 455/08, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Realeza. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 456/08, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da

Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Bela Vista da Caroba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 457/08, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Santo Antonio do Sudoeste. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 458/08, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Capanema. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 459/08, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Verê. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 460/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando à Mesa que seja oficiado à Sra. Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Presidente do Conselho Estadual de Educação a revisão dos termos da Deliberação nº 002/08 **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 461/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo a Secretaria de Estado da Cultura, a construção de um mini-teatro no distrito de Vale Azul, em atenção especial ao atendimento das necessidades do município de Sarandi. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 462/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo a Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social que dedique especial atenção ao atendimento das necessidades do município de Roncador. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 463/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos que dedique especial atenção ao atendimento das necessidades do município de Goioerê. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 464/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo a Secretaria de Estado dos Transportes que dedique especial atenção ao atendimento das necessidades do município de Goioerê **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 465/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo a Secretaria de Estado e Ação Social que dedique especial atenção ao atendimento das necessidades do município

de Roncador. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 466/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo à Viação Mourãoense a ampliação do número de veículos e horários para o atendimento aos usuários da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR no município de Campo Mourão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 467/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo a Secretaria de Estado da Educação, atenção especial à necessidade de ônibus escolar para o município de Santa Fé. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 468/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, atenção especial à necessidade de ônibus escolar para o município de Alto Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 469/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo a Secretaria de Estado da Educação, atenção especial à necessidade de ônibus escolar para o município de Altamira do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 470/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo a Secretaria de Estado da Educação, atenção especial à necessidade de ônibus escolar para o município de Guaiaraçá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 471/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo a Secretaria de Estado da Educação, atenção especial à necessidade de ônibus escolar para o município de Pitanga. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 472/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo a Secretaria de Estado da Educação, atenção especial à necessidade de ônibus escolar para o município de Mandaguari. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 473/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo a Secretaria de Estado da Educação, atenção especial à necessidade de ônibus escolar para o município de Marialva. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 474/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo a Secretaria de Estado da Educação, atenção especial à necessidade de ônibus escolar para o município de Xambê. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 475/08, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, a doação de uma ambulância para o município de Quitandinha. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Inicialmente, esta Presidência solicita atenção especial de V. Exas. para convidar a todas as lideranças, os Líderes dos partidos, acrescidos do Líder da Oposição e do Líder do Governo, os membros da Mesa Executiva e dos Deputados que quiserem participar de uma reunião na presidência da Assembléia Legislativa, amanhã, às 11h da manhã, com o único objetivo de discutirmos a pauta do restante do ano legislativo. Portanto, amanhã, às 11h, V. Exas. Líderes dos partidos já receberam o convite, na sala da presidência, uma reunião com as lideranças.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 409/08, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que institui no calendário oficial do estado do Paraná, o dia 15 de novembro como o Dia da Umbanda e do Umbandista. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. (**Publ. no DA nº 120/08, DE 14/10/08, em Projetos de Lei**).

Com sua discussão encerrada. Em votação.

Estão inscritos para encaminhar a votação os Deputados Ney Leprevost; o autor do projeto, Deputado Caíto Quintana; Deputado Tadeu Veneri e Deputado Jocelito Canto.

Concedemos a palavra, para encaminhar, ao Deputado Pastor Edson Praczyk.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Sr. Presidente, consulto V. Exa. sobre o tempo que terei para encaminhamento da votação. Apenas se houver necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O tempo é de 10 minutos, há um acordo para que seja cinco. Faremos de cinco minutos, com acréscimo de mais um minuto. Portanto, cada Deputado terá seis minutos para encaminhar a matéria.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, imprensa, amigos telespectadores.

Ocupo esta tribuna, e hoje muito mais à vontade com a presença do autor desta proposta de lei, tendo em vista que na quarta-feira passada discutimos este projeto e, por motivos de força maior, o autor não estava presente e agora me sinto mais à vontade em fazê-lo.

Meu posicionamento é nem contra nem a favor, mas faço questão de registrá-lo. Expliquei na última quarta-feira e repito minha fala. Nasci católico apostólico romano, como grande parte de sociedade brasileira, e eu e minha família, estivemos um bom período na Umbanda, num momento mais frágil ou fragilizado de nossas vidas, que no momento oportuno trarei à baila o assunto.

Hoje, convertido ao Evangelho, Pastor por vocação, deixei bem claro o imenso respeito que tenho à Umbanda e aos umbandistas, como a qualquer segmento religioso. Não poderia ser diferente, Mas, reforcei minha fala, dita nesta Assembléia Legislativa em outras ocasiões, quando se afirma do posicionamento do estado como um estado laico. Tenho discordado veementemente sobre essa afirmação e tenho provado isso, porque se o estado de fato fosse laico, não existiria um dia de um padroeiro ou padroeira, esta Assembléia Legislativa não teria um crucifixo, símbolo do Catolicismo Romano, com a presença de um exemplar da Bíblia Sagrada, embora seja uma Bíblia Apostólica Romana. O Poder Legislativo não teria uma capela Católica Apostólica Romana, que muitas vezes, ou raras vezes, é usada em atos ecumênicos, e não teríamos feriados de Santos e assim sucessivamente. Então, o estado não é laico.

Por que não posso votar favoravelmente a esse projeto?

Todo mundo sabe que faço parte de um segmento extremamente polêmico e que, inúmeras vezes, já foi para o campo do debate de idéias e inclusive isso já culminou até com ações na Justiça, e se eu votar favoravelmente, obviamente estarei sendo extremamente hipócrita. Quer dizer: “Ele agora, Pastor de um segmento que tem suas divergências do ensinamento da Umbanda, ou como um todo o Espiritismo, como ele está político, então agora lhe coube por bem votar favoravelmente em uma matéria que aborda esse tema”. Então, não posso votar favoravelmente. E também não posso votar contra, porque aí deixo de ser Deputado, puxo o tema para o lado pessoal e aí a emenda fica pior do que o soneto. Então: “Ele só esta votando contra porque é Pastor da Igreja Universal do Reino de Deus”, e assim por diante.

Então, acho por bem que fique de bom tamanho a minha abstenção, com todo respeito à Umbanda e principalmente aos umbandistas. Então, quero deixar esse registro, Sr. Presidente, e pedir a V. Exa., ainda na minha fala, que essa votação seja nominal, para que fique registrado o meu posicionamento e de tantos quantos aqui presentes estiverem.

Quero também enfatizar o grande respeito que tenho - e não precisaria falar disso, porque acredito que ele reconhece e sente isso - da pessoa do Deputado Caíto Quintana, que para mim é um grande ícone como Deputado e como político deste estado, uma pessoa brilhante, uma pessoa de quem eu me orgulho, e muito, em me espelhar, quando cheguei nesta Casa de Leis extremamente perdido, seja por ser calouro, ou por militar em uma outra esfera religiosa e de repente vir para a esfera política. Inúmeras vezes me socorri no Deputado Caíto Quintana, o que em muito me orgulha.

Então, deixando bem claro que não é minha intenção que os demais Pares me acompanhem na votação, mas para que não parem dúvidas, enquanto posicionamento coerente deste Parlamentar.

Então, a votação nominal, Sr. Presidente, e já antecipo dizendo que estarei digitando abstenção, em função de tudo isso que já explanei.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Ney Leprevost.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Sr. Presidente, em primeiro lugar quero cumprimentar o Deputado Pastor Edson Praczyk, pela postura íntegra e correta ao separar a sua postura como Pastor e Líder Espiritual do seu trabalho parlamentar como Deputado. Creio que o senhor agiu da maneira correta. Receba aqui os meus respeitos, caro Pastor Edson Praczyk.

Presidente, sigo a religião Católica Apostólica Romano. Admito que não sou um dos melhores católicos, daqueles que vai à missa todo domingo. Muito pelo contrário, não tenho vergonha nenhuma de dizer, até porque sou humano que sou um homem cheio de pecados, como aliás todos os homens e mulheres o são, caso contrário não precisaríamos, muitas vezes, buscar o perdão no confessional. Mas tenho um profundo respeito por todas as religiões que pregam o bem, que pregam a caridade, que pregam a paz. Tenho amigos evangélicos, já frequentei vários cultos evangélicos como convidado, tenho conhecimento sobre a doutrina kardecista, já li os livros de Alan Kardec, respeito muito a Umbanda, não apenas como uma doutrina religiosa, mas também como algo que faz parte da cultura deste país.

E aí um apelo aos Deputados, em nome da diversidade religiosa e cultural, para que votem a favor deste

projeto ora proposto pelo Deputado Caíto Quintana. Não creio que os Deputados que têm base política mais forte em uma ou em outra religião irão perder votos por apoiar essa proposta que visa, acima de tudo, valorizar algo que vem através da história, através dos anos na cultura dos brasileiros, e principalmente na cultura dos brasileiros afro-descendentes, que foram inclusive homenageados nesta Casa de Leis na semana que passou. Não farei aqui uma defesa embasada em questões teológicas, mas creio que o poema que irei ler a seguir, e se necessário for pedirei alguns minutos de tolerância do nosso Presidente, porque é algo que tocou o meu coração, algo comovente o poema que vou ler agora, e tenho certeza que justifica este voto favorável a favor do projeto do Deputado Caíto Quintana e a favor da diversidade religiosa e cultural no nosso país.

Por 60 anos dos direitos humanos, iguais na diferença, escreveu o grande poeta Thiago de Melo o Estatuto do Homem.

(Lê):

“Art. 1º Fica decretado que agora vale a verdade, que agora vale a vida, e que de mãos dadas, trabalharemos todos pela vida verdadeira.

Art. 2º Fica decretado que todos os dias da semana, inclusive as terças-feiras mais cinzentas, têm direito a converter-se em manhãs de domingo.

Art. 3º Fica decretado que, a partir desse instante, haverá girassóis em todas as janelas, que os girassóis terão direito a abrir-se dentro da sombra; e que as janelas devem permanecer, o dia inteiro, abertas para o verde onde cresce a esperança.

Art. 4º Fica decretado que o homem não precisará nunca mais duvidar do homem. Que o homem confiará no homem como a palmeira confia no vento, como o vento confia no ar, como o ar confia no campo azul do céu.

Parágrafo Único. O homem confiará no homem como um menino confia em outro menino.

Art. 5º Fica decretado que os homens estão livres do jugo da mentira. Nunca mais será preciso usar a couraça do silêncio nem a armadura das palavras. O homem se sentará à mesa com seu olhar limpo porque a verdade passará a ser servida antes da sobremesa.

Art. 6º Fica estabelecida, durante dez séculos, a prática sonhada pelo Profeta Isaías, e o lobo e o cordeiro pastarão juntos e a comida de ambos terá o mesmo gosto de aurora.

Art. 7º Por decreto irrevogável fica estabelecido o reinado permanente da justiça e da claridade, e a alegria será uma bandeira generosa para sempre desfraldada na alma do povo.

Art. 8º Fica decretado que a maior dor sempre foi e será sempre não poder dar-se amor a quem se ama e saber que é a água que dá à planta o milagre da flor.

Art. 9º Fica permitido que o pão de cada dia tenha no homem o sinal de suor. Mas que sobretudo tenha sempre o quente sabor da ternura.

Art. 10. Fica permitido a qualquer pessoa, a qualquer hora da vida, o uso do traje branco.

Art. 11. Fica decretado, por definição, que o homem é um animal que ama e que por isso é belo, muito mais belo que a estrela da manhã.

Art. 12. Decreta-se que nada será obrigado nem proibido. Tudo será permitido, inclusive brincar com os rinocerontes e caminhar pelas tardes com uma imensa begônia na lapela.

Parágrafo Único. Só uma coisa fica proibida: amar sem amor.

Art. 13. Fica decretado que o dinheiro não poderá nunca mais comprar o sol das manhãs vindouras. Expulso do grande baú do medo, o dinheiro se transformará em uma espada fraternal para defender o direito de cantar e a festa do dia que chegou.

Artigo Final. Fica proibido o uso da palavra liberdade, a qual será suprimida dos dicionários e do pântano enganoso das bocas. A partir deste instante a liberdade será algo vivo e transparente como um fogo ou um rio, ou como a semente do trigo, e a sua morada será sempre o coração do homem.”

Em nome da liberdade, voto a favor do seu projeto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o autor do projeto, Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Cumprimento às pessoas umbandistas que acompanham esta votação.

Quero dizer ao Pastor Edson Praczyk que é recíproca a admiração que tenho por V. Exa., que entendo os motivos que o fazem abster-se de votar. Tive o cuidado de conversar com V. Exa. antes da votação, para que não privássemos esta Casa de aprovar um projeto de lei que é muito mais simples do que deveria ser. Estamos apenas propondo que seja fixada uma data comemorativa, no estado do Paraná, para a Umbanda e para os umbandistas. Nada mais que isso.

Esta Casa aprovou tantas e tantas outras manifestações de datas festivas e segmentos da sociedade que não

vejo, sob hipótese alguma, qualquer restrição que possa existir por um dos Deputados a esta votação.

(Lê):

“O reconhecimento público e a inclusão do Dia da Umbanda e do Umbandista no calendário oficial do estado do Paraná, faz com que seja reconhecido por nós o valor e a relevância da diversidade na cultura brasileira, e em especial, na cultura afro-brasileira- e é também uma proposta que vem ao encontro às comemorações de 100 anos da Umbanda no Brasil.

Há algo na Umbanda que é igual em todo o Brasil: a tolerância e a abertura em relação à diversidade comportamental, racial e religiosa. Isto vem também ao encontro à Carta Magna, que assegura a inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença, assegurando o livre exercício dos cultos religiosos e garantindo, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias.”

A Constituição Brasileira garante a liberdade religiosa no seu inciso VI do artigo 5º. É, também, encontrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos esse direito da livre expressão religiosa e cultural. Portanto, o que estamos fazendo, no dia de hoje, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, é determinar no estado do Paraná uma data comemorativa da única religião genuinamente brasileira. Quando falo única, Deputado Praczyk, falo no sentido de que é do Brasil, é brasileira, nasceu conosco, nasceu na manifestação do sincretismo de trabalhadores que vieram ao Brasil, de escravos, de outros pensamentos religiosos que se incorporaram.

A Umbanda é uma das religiões plurais, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, que respeita as outras religiões, que faz com que se pregue por meio da fé, do entendimento, da harmonia, a elevação do espírito. Acho que seria uma discriminação muito ruim se não fôssemos capazes de reconhecer isso. V. Exa., Nobre Presidente, que como eu frequenta o nosso litoral, que tem interesses nos municípios litorâneos, aqueles que aqui estão, Srs. Deputados, que se comovem com a fé do Dia de Iemanjá, é impossível que não se faça uma correlação entre esse espírito extraordinário das pessoas mais simples, mais humildes que, muitas e muitas vezes, precisam de uma sustentação na fé para poderem superar suas dificuldades. É a fé que os impulsiona, que os mantêm de pé. É a sua devoção, é a sua crença.

Este Brasil plural, que admite todas as demonstrações de religião, de cultura, sem dúvida alguma, este Brasil reconhece a existência de todas as religiões que aí estão, mas reconhece também a nossa pioneira Umbanda como manifestação cultural do povo brasileiro, pregando o bem. Por isso, Pastor Edson Praczyk, entendo sua colocação, porque V. Exa. como Pastor, como pregador de uma outra Igreja que tem princípios, pode ser de caminhos diferentes, mas que tenta encontrar o mesmo fim, que é de fazer com que o ser humano acredite na existência de um ser superior, que possa nos fortalecer nas nossas dificuldades, que faça a razão de ser da nossa vida

para que possamos, caminhando pelo bem, termos esse suporte para podermos viver nas nossas dificuldades.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, acredito que no dia de hoje, ao votarmos tão simplesmente uma lei que não está valorizando a Umbanda sobre as demais religiões, que não está impondo obrigações para nenhum cidadão, que não está dizendo que a pessoa deve ser espírita ou não, mas apenas está dizendo: existe um segmento brasileiro que pratica, que acredita, que tem sua fé depositada na Umbanda e que esse segmento brasileiro possa ter uma data de confraternização e de comemoração. Acima de tudo, estaremos bem melhor enquanto a nossa população acreditar na fé. Muito melhor do que os descaminhos que a vida oferece, muitas e muitas vezes, de graça para os nossos cidadãos.

Então, fica aqui esta solicitação, que possamos votar no dia de hoje, no dia de amanhã, sancionarmos essa lei para que no dia 15 de novembro seja comemorado no nosso estado o Dia da Umbanda e o Dia do Umbandista.

Muito obrigado.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Deputado Caíto Quintana e o Deputado Ney Leprevost, com certeza, muito do que irei dizer já falaram, mas lembro que no dia 13 de novembro tivemos, aqui nesta Casa, uma Sessão Solene homenageando os 100 anos da Umbanda no Brasil. É uma homenagem, como bem lembrou aqui o Deputado Caíto Quintana, embora singela e nem de longe representando tudo aquilo que centenas de pessoas, durante todo esse período, milhares delas lutaram para que a Umbanda fosse reconhecida pela sociedade como uma religião, nos trouxe a reflexão da necessidade de termos no estado plural, com a ressalva que foi feita aqui pelo Pastor Praczyk, que nem sempre laico, porque laico seria se não tivéssemos dias de padroeiros para as cidades, que não temos de todas as religiões, mas temos apenas da religião Católica que tem o seu padroeiro, por uma questão inclusive histórica, sabemos como foi construído e constituído o nosso estado, e o estado que tem toda uma denominação política, econômica, social para um determinado campo religioso e não para todos de forma igualitária.

É justamente por isso que acho que a iniciativa do Deputado Caíto Quintana é extremamente importante, porque nos coloca a razão acima de qualquer paixão, acima de qualquer questão individual ou de crença individual, e nos coloca a necessidade de aceitarmos com a generosidade que entendemos ser necessária para a convivência em sociedade de aceitarmos o outro como diferente, mas como necessário.

Então, o que estamos fazendo no dia de hoje, o Deputado Caíto Quintana bem lembrou, é singelo homenagear no dia 15 de novembro, no Paraná, como o Dia da Umbanda. Mas, certamente está sendo repetido também em outros estados, em outros municípios, porque aqui

nos municípios do Paraná está sendo feito o mesmo tipo de homenagem. Estamos caminhando em um processo que, acredito, é evolução, porque permite que tenhamos diferentes pontos de vista, convivendo no mesmo espaço sem que precise se destruir. E isso significa entendermos que, como V. Exa. já citou aqui, Deputado Caíto Quintana, acreditarmos que há, sim, uma entidade superior. E essa entidade superior, esse ser superior que muitas vezes aqui o Deputado Praczyk nos ensina, esse ser superior rege a todos nós, mesmo aqueles que temporariamente - porque a nossa existência temporária - não acreditam que exista. Mesmo àqueles que não acreditam que existe, é lhes dado o direito de acreditarem que não existe, é que chegamos à conclusão que ainda como alguns ateus acreditam que, mesmo sendo ateu, há um ser superior, tenha o nome que você quiser, a entidade que você quiser, a sociedade que você quiser, mas em algum momento, em algumas horas da vida, sabemos que nos socorremos com aqueles que estão acima de nós.

Então, hoje, essa singela homenagem que V. Exa. faz a nós, todos Deputados, aos nossos convidados, é feita a toda a sociedade paranaense.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Primeiramente, cumprimentar o Deputado Caíto Quintana, por ter a coragem de fazer esse projeto. Infelizmente, há muitas pessoas que não têm coragem de propor algo tão simples, mas tão importante. V. Exa. coloca nesta tarde, nesta Casa, uma defesa espetacular, colocando o princípio do bairrismo, de sermos brasileiros e de valorizarmos o que é nosso, e principalmente, algo que é do povo.

Cumprimentar o Deputado Edson Praczyk, o nosso Pastor. Não poderia ser diferente. Ele com uma postura sempre ética, de colocar aqui com muita responsabilidade o seu pensamento. É por isso que o Parlamento é bonito. Todo mundo aqui tem o direito de expressar, da melhor maneira possível, o que acha. Uns falam mais catedraticamente, alguns riem, e isso não quer dizer que ele é mais inteligente que você. Às vezes, ele é menos culto do que você, que não tem o mesmo estudo dele. É normal ver pessoas sorrindo, outros dormem, outros não vêm ao Parlamento no dia da Sessão.

Vou votar a favor, principalmente, nós que representamos o segmento da sociedade, temos dentro dos nossos eleitores e colaboradores pessoas que têm uma ligação muito direta com muitas religiões. Acho que não devemos discriminar nenhuma delas. Todas têm o seu direito.

Digo com muito carinho que já estive participando de eventos em terreiros de Umbanda, na condição de Prefeito. Certa vez houve um idiota de um jornalista que me

criticou, dizendo que jamais um Prefeito católico poderia ir a um evento desse. Respondi da maneira mais simples possível: sou Prefeito de todas as religiões. Devo ir em todos os locais em que for chamado.

É esse o respeito que quero demonstrar, aqui, hoje, votando favorável. Porque é uma homenagem justa e muito simples que o Deputado Caíto Quintana faz, que tem todo o nosso respeito e de muita gente. “Deus só tem um”, acredito no que minha mãe dizia continua me dizendo. Há várias formas de você acompanhar a Deus: uns gritam, alguns choram, outros ficam em silêncio, cada um faz o seu ritual. O importante é estar com Deus.

Por isso, sou favorável a esse projeto. Parabenizo o Deputado Caíto Quintana pela belíssima defesa. Aqueles que acham que nós, políticos, não podemos nos manifestar, temos que nos manifestar sim. Quem está em casa vendo pela tevê, vê a cara e a coragem de cada um. Aqueles que têm coragem de votar SIM, NÃO ou até de se abster, como é o caso do Pastor Edson, pelo seu vínculo com sua religião. O meu voto é em respeito a todos aqueles que acreditam. Voto favorável.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Última oradora inscrita, Deputada Rosane Ferreira.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

O multiculturalismo, a diversidade, a troca e a integração cultural, étnica e social, para uma sociedade democrática e existencialmente rica. Preservação do patrimônio cultural, contra todas as formas de preconceito e discriminação racial, cultural, etária e de orientação sexual. A espiritualidade. A transformação interior das pessoas para a melhoria do planeta. Reconhecimento da pluralidade de caminhos na busca da transcendência através de práticas espirituais e de meditação, ao livre arbítrio de cada um.

Estes são dois valores fundamentais do Partido Verde. E como uma Parlamentar do Partido Verde, votaremos favorável à iniciativa do Deputado Caíto Quintana.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, queria na verdade fazer um encaminhamento favorável, em nome da bancada da base que sustenta o nosso Governo, favorável ao projeto. Deputado Caíto Quintana, foi muito oportuno o seu projeto de lei e, ao mesmo tempo, queria requerer chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Será feita, atendendo o pedido do Deputado Pastor Edson.

O SR. CHICO NOROESTE (PR) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, com relação a este projeto, também da mesma forma do Pastor Edson, vou me abster. Mas,

dizer a todos os interessados que têm o nosso respeito todas e quaisquer religiões.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Para Encaminhar**)

Encaminho favoravelmente ao projeto, pela liberdade religiosa no estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão. Atendendo o requerimento verbal do Deputado Pastor Edson, a votação será nominal pelo painel eletrônico.

Vai se proceder a chamada nominal. Com a palavra, Deputado Jonas Guimarães.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Jonas Guimarães**)
(Procede à Chamada Nominal).

Vai-se proceder a votação.

Trinta Srs. Deputados presentes.

Vinte e quatro votaram com a expressão SIM.

Cinco abstenções.

Está aprovado o projeto.

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 381/08, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, que denomina contorno Pedro Mariotto, o contorno sul, localizado no município de Jaguapitã. **Aprovado. (Publ. no DA nº 110/08, de 10/09/08, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 420/08, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que declara de utilidade pública a Associação Sensibilizar - ASSEN, com sede e foro no município de Francisco Beltrão. **Aprovado. (Publ. no DA nº 124/08, de 21/10/08, em Projetos de Lei).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 021/08, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de outubro de 2008, Resolução nº 003/04. **Aprovado. (Publ. no DA nº 137/08, de 17/11/08, em 1ª discussão).**

3ª Discussão

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 201/08, de autoria dos Deputados Luiz Eduardo Cheida e Teruo Kato, que dispõe sobre a recuperação e o manejo sustentável da reserva legal no estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CEMA. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Em votação a emenda. **Aprovada.**

Em votação o projeto, da maneira do substitutivo.
Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

2ª Discussão

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 465/08, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Fundação Cândido Garcia, com sede e foro no município de Umuarama. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 126/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, que dispõe sobre a obrigatoriedade de comunicação à Secretaria de Estado da Saúde, de óbitos de mulheres durante a gravidez, ou a ela relacionadas, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. COM EMENDA DA CCJ. **(Publ. no DA nº 026/08, de 01/04/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 126/08

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Dr. Batista, dispõe sobre a obrigatoriedade de comunicação à Secretaria de Estado da Saúde, de óbitos de mulheres durante a gravidez, ou a ela relacionadas.

A proposição já recebeu apoio da Secretaria de Estado da Saúde (documentos em anexo), que apresentou sugestão que abrangesse, também, os óbitos neonatais.

Chamada a opinar, a Comissão de Constituição e Justiça apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 126/08, opinando pela sua aprovação, na forma de emenda em anexo.

Sala das Comissões, em 20/05/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
FRANCISCO BÜHRER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 126/08

Fica alterado o artigo 1º do Projeto de Lei nº 126/08, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituída a obrigatoriedade de comunicação à Secretaria de Estado da Saúde, nos casos de óbito de mulheres durante a gravidez, ou a ela relacionadas, e dos casos de óbitos neonatais, que ocorrem até 1 (um) mês de vida, quando atendidos pelos serviços de saúde públicos e privados no estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 20/05/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
FRANCISCO BÜHRER - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 126/08

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Dr. Batista, que dispõe sobre a obrigatoriedade de comunicação à Secretaria de Estado da Saúde, de óbitos de mulheres durante a gravidez, ou a ela relacionadas.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por objetivo que sejam fornecidas informações à Secretaria de Estado da Saúde, para que a mesma possa organizar e processar, em banco de dados próprios, com objetivo de possibilitar a formulação de conclusões e diagnósticos e serem utilizadas em ações de medicina preventiva.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 11/11/08.

(aa) NEY LEPREVOST - Presidente
MARCELO RANGEL - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Só para informar a Casa que o parecer da Comissão de Saúde é favorável a este projeto do eminente Deputado Dr. Batista.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Parabéns.

Em discussão. Em votação.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Eu tenho uma dúvida, Sr. Presidente. Gostaria que fosse esclarecida - existe uma portaria ministerial, a Portaria nº 653, de 28 de maio de 2003, que versa exatamente sobre o tema.

Nós temos lá o artigo: *Estabelecer que o óbito materno passe a ser considerado evento de notificação compulsória para investigação dos fatores determinantes e as possíveis causas desses óbitos, assim como para adoção de medidas que possam evitar novas mortes maternas.*

Eu li somente o primeiro artigo, mas ele regula, esclarece e norteia os serviços de Saúde há vários anos. Na verdade, a portaria foi feita em 2003, mas já é um norteador. Todo óbito materno é obrigado a ser notificado desde o ano de 2000. Então, é uma prática comum.

Hoje estamos votando a constitucionalidade. Eu nem quero entrar na questão do mérito, porque a iniciativa do Deputado Dr. Batista com relação ao mérito é inquestionável, mas com relação a constitucionalidade, existindo uma portaria ministerial, é necessário que façamos uma lei estadual, versando sobre o mesmo assunto?

É a minha dúvida.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente. Na realidade a lei tem mais força que a própria portaria, mas estamos votando a constitucionalidade.

Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 370/08, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que classifica a visão monocular como deficiência visual. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. (**Publ. no DA nº 106/08, de 01/09/08, em Projetos de Lei**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 370/08

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Caíto Quintana, classifica a visão monocular como deficiência visual.

O projeto de lei ora analisado não encontra nenhum óbice constitucional, tendo respaldo na Constituição Federal, que assegura:

Art. 24 - Compete à união, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

§ 2º A competência da união para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos estados.

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade, e tem por objetivos:

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

Já a Constituição Estadual diz:

Art. 216. É dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança, ao adolescente e ao deficiente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (grifo nosso)

Dentro desse paradigma, verifica-se que a proposição intentada encontra-se dentro dos ditames legais e constitucionais.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 16/09/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 370/08

P A R E C E R :

De autoria do Deputado Caíto Quintana o presente projeto de lei classifica a visão monocular como deficiência visual.

A proposição foi analisada anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça, recebendo parecer favorável.

Chamada esta Comissão de Saúde Pública a opinar, conclui-se que: o projeto de lei tem por finalidade incluir a visão monocular entre as deficiências Físicas, buscando desta forma promover um tratamento isonômico as demais deficiências.

O presente projeto de lei irá beneficiar os deficientes, aumentando as oportunidades de trabalho, promovendo a integração social e a melhoria da qualidade de vida.

Assim sendo, no âmbito desta Comissão, opinamos pela aprovação da matéria, através do parecer favorável ao Projeto de Lei nº 370/08.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11/10/08.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
NEY LEPREVOST - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. FELIPE LUCAS (PPS) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

É muito importante esse projeto do Deputado Caíto Quintana. Acho que o dia do Caíto hoje está muito - todos os dias são dias importantes - mas ele hoje, de toda forma, está se sobressaindo.

A visão monocular é muito importante porque, de certa forma, ela é discriminada e nós, como médicos, às vezes passamos por isso, e quando diversas profissões se candidatam, ele já relatou aí na sua justificativa, às vezes não são aceitas. Eu mesmo já tive um parente muito próximo que chegou a ser profissional do Coritiba, embora eu seja do Atlético, mas só foi descoberta a sua deficiência visual quando ele foi fazer uma carteira de motorista. É lógico que o campo visual amplia e de certa forma supre a sua deficiência. Este projeto é importante para todas as pessoas que vão ter essa oportunidade de usufruir dessa lei.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Sr. Presidente, apenas quero fazer coro às palavras

do médico e Deputado Dr. Felipe Lucas. Recebemos diversas mensagens eletrônicas de todo Paraná, pessoas pedindo a aprovação desse projeto de lei. A Comissão de Saúde se debruçou e analisou detalhadamente a importância desse projeto, e a classificação de visão monocular como deficiência visual representa, inquestionavelmente, um avanço muito importante para as pessoas portadoras dessa doença, na verdade desse problema.

Então, o parecer da Comissão de Saúde é favorável e o nosso voto é com o Deputado Caíto Quintana.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão. Em votação. **Aprovado.**

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, faço essa questão de ordem antes de encerrar a pauta. Aprovamos, há alguns dias atrás, um requerimento pedindo informações à Secretaria da Fazenda. Essa informação acredito que esteja até pronta, porque na cidade de Guarapuava os técnicos da Secretaria da Fazenda fizeram uma citação à questão dos precatórios dizendo que este número não era tão grande quanto se imaginava. Mas nós ainda estamos na imaginação e esperando essa resposta.

Faço essa questão de ordem para ver se esse requerimento já saiu da Casa, porque tenho certeza que essa votação ocorrerá ainda este ano e essa informação é muito importante para nós podermos votar o projeto da reforma tributária.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Cabe a questão de ordem de V. Exa. Vou verificar, deve ter saído daqui sim, mas não houve a resposta. Vamos apurar para que haja a resposta a V. Exa. para que tenhamos condição de votar essa matéria. Satisfeita a sua dúvida?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu disse aqui, quando da aprovação do requerimento, que poderíamos encaminhar via Liderança do Governo, que a resposta, até pelo trâmite que tem que percorrer quando é aprovado formalmente, a resposta viria mais rapidamente. Embora eu já tenha revelado os números referentes a 2007 e aquilo que eu dispunha de 2008, ou seja, menos de 5% do valor recolhido pelo setor supermercadista foi efetivamente pago com precatório, de 183 milhões foi um total de R\$ 8 milhões e 900.

Isso já foi dito aqui no plenário desta Casa mais de uma vez e eu estou aqui publicamente informando novamente.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 461/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que declara de utilidade pública o Centro Social Antenor Prestes

Vieira, com sede e foro nesta capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 128/08, de 29/10/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 461/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ney Leprevost, declara de utilidade pública estadual o Centro Social Antenor Prestes Vieira, com sede e foro no município de Curitiba, à rua José Rossetim, 365, Santo Inácio.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, não se faz necessário informar o endereço do respectivo Centro Social que se pretende declarar de utilidade pública, uma vez que o referido endereço consta em seu Estatuto Social. Desta forma, a fim de adequar os dispositivos do presente projeto, sugere-se a emenda modificativa em anexo, previsto no artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 11/11/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 461/08

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda modificativa, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual o Centro Social Antenor Prestes Vieira, com sede e foro no município de Curitiba.”

Sala das Comissões, em 11/11/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3443, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELI (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 3439 e 3441, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constantes do expediente.

Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3442, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3449 e 3484, de autoria do Deputado Plauto Miró, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3485, 3488 a 3495, de autoria da Deputada Cida Borguetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3512, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 3513, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Lembrando aos Srs. Deputados que amanhã, às 11h, V. Exas. estão convidados para a reunião na sala da presidência.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 084/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 126, 370, 409 e 461/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 180, 311, 312, 322, 419, 430 e 440/08.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 072/08.

Levanta-se a Sessão.